

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 22 de Setembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1085 • Director: Carlos Brito

Carvalhas acusa em Belém

INADMISSÍVEIS MANOBRAS DO GOVERNO

Pág. 32

Defender a Constituição - objectivo do projecto de revisão do PCP

Págs. 4, 5, 20 e 21

Regresso à Escola

MALES DE TODO O ANO

Centrais



Carvalhas visitou Évora

Pág. 5

Adjectivos novos Objectivos velhos

• Artigo de
Jerónimo de Sousa Pág. 18

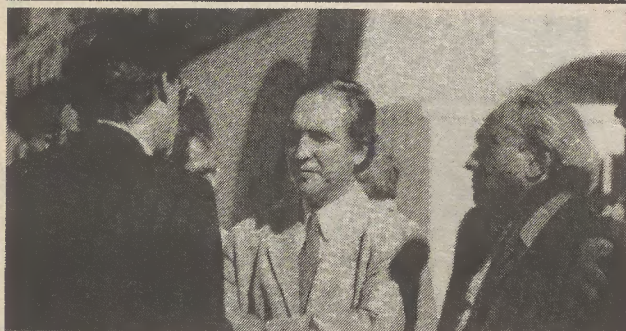
Conferência do Cairo

• *Sérgio Ribeiro* Pág. 23



E os direitos da mulher?

• *Paula Assunção* Pág. 22



«Um acto de intimidação» foi como Carlos Carvalhas qualificou em Évora a reunião de segurança interna promovida pelo Governo

RESUMO

14 Quarta-feira

O PCP, em conferência de imprensa, defende a imediata anulação dos aumentos da portagem da Ponte 25 de Abril, na perspectiva da abolição da portagem ■ O PSD acusa o PCP de estar por trás das manifestações na ponte ■ A travessia da ponte faz-se a conta-gotas ■ Os Verdes propõem a discussão pública de 60 dias antes da aprovação do texto da revisão constitucional ■ Palestínios e israelitas assinam mais um acordo, em Oslo ■ Protestantes de Belfast disparam tiros e lançam «cocktails molotov» contra forças policiais ■ Um vaso de guerra americano exhibe-se diante de Port-au-Prince e um avião lança sobre a cidade milhares de panfletos anunciando o regresso do presidente Aristide.

15 Quinta-feira

Inicia-se o ano lectivo 94/95 ■ O bloqueio na Ponte 25 de Abril continua. Ferreira do Amaral anuncia que vai reforçar os transportes alternativos ■ Surge uma nova associação de utilizadores da ponte próxima do PSD, que quer o fim do bloqueio ■ Operários portugueses, em Leipzig, entram em greve da fome para obrigar a empresa onde trabalham a pagar-lhes salários em atraso ■ Os Sindicatos dos Bancários admitem que podem fazer greve e que não estão dispostos «a aceitar o inaceitável» ■ A Junta Militar haitiana promete resistir à anunciada invasão dos EUA. Clinton diz que «esgotámos as alternativas».

16 Sexta-feira

Os trabalhadores portugueses que trabalham na Alemanha recebem parte dos seus salários em atraso e terminam a greve da fome ■ São afixados os nomes dos alunos colocados no ensino superior ■ A Casa Branca confirma que Clinton encarregou Jimmy Carter de negociar a rendição da Junta Militar do Haiti ■ Um antigo primeiro-ministro jamaicano revela que foi contactado pelos militares haitianos para negociar com os EUA a sua saída voluntária do poder em troca da anulação da invasão do país ■ John Major anuncia o levantamento da proibição de direito de antena ao Sinn Féin.

17 Sábado

Cavaco Silva reúne-se com três ministros e membros do Conselho de Segurança para analisar notícias sobre eventuais «planos de agitação, preparados por forças políticas extremistas» ■ Carlos Carvalhas, em visita a Évora, considera que a reunião de segurança interna foi uma «acção de intimidação» ■ Membros das direcções do PCP/Madeira e Açores reúnem-se para debater a revisão constitucional, no que respeita às regiões autó-

nomas ■ A CGTP considera o modelo da concertação social «esgotado e desacreditado» ■ Três emissários dos EUA deslocam-se ao Haiti. Bill Clinton garante que a missão constitui apenas mais uma oportunidade para a junta militar partir voluntariamente ■ O Governo angolano e a UNITA chegam a acordo sobre a presença de observadores internacionais no processo de paz.

18 Domingo

Os Verdes declaram-se contra o pagamento de qualquer portagem na Ponte 25 de Abril ■ Realizam-se negociações entre os EUA e a junta militar haitiana. Os resultados apontam para a hipótese de um acordo entre os dois países ■ Realizam-se na Suécia eleições legislativas. A esquerda, no seu conjunto, sagra-se a grande vencedora ■ A ONU ameaça bombardear posições dos sérvios e muçulmanos da Bósnia, se os combates em Sarajevo não cessarem ■ E noticiado que a polícia brasileira está a investigar uma conta do vice-presidente da equipa do concorrente à presidência, Fernando Henrique Cardoso ■ O ministro do Ambiente israelita lança um apelo aos colonos dos montes Golã para que saiam dali, de forma a permitir a paz com a Síria.

19 Segunda-feira

Utentes da Ponte 25 de Abril desafiam os automobilistas a não pagar a portagem entre as 8 e as 9 horas ■ A TVI divulga um relatório da SIS sobre alguns autarcas e jornalistas, relacionados com o processo da ponte ■ Os CTT iniciam uma greve geral, tentando pressionar a administração a aumentar a proposta de aumentos salariais ■ A ministra do Ambiente anuncia os locais potencialmente elegíveis para a instalação de aterros industriais ■ Depois de um acordo de última hora, os soldados americanos invadem pacificamente o Haiti ■ As forças sérvias da Bósnia retiram as minas que bloqueavam os movimentos dos capacetes azuis ■ O primeiro-ministro da República da Irlanda defende a criação de um mercado único irlandês, que incluiria a Irlanda do Norte.

20 Terça-feira

O PCP e Os Verdes apresentam o seu projecto de revisão constitucional ■ Mário Soares recebe uma delegação do PCP, chefiada por Carlos Carvalhas, para discutir a situação da ponte e a situação económica do país ■ A Associação Portuguesa de Escritores atribui a Sophia de Mello Breyner o prémio «Vida Literária» ■ A Câmara dos Representantes dos EUA aprova uma moção em que felicitia Clinton pela invasão do Haiti mas, ao mesmo tempo, exorta o presidente americano a retirar do país o mais rapidamente possível.

A

s últimas atitudes e iniciativas do Governo e do PSD em relação ao movimento de protesto contra as portagens na Ponte 25 de Abril puseram mais uma vez em evidência dois traços especialmente característicos do cavaquismo: a arrogância com que trata com o País e o pendor para recorrer à provocação quando se vê em apuros.

A arrogância é a marca do comportamento do Governo desde que iniciou este processo, com a aprovação da portaria dos aumentos, e constantemente mantida, salvo no recuo a que foi obrigado pelo grande protesto de 24 de Junho e, mesmo neste, com a ideia reservada de que a propaganda, a demagogia e a intimidação policial acabariam por desgastar a resistência dos utentes.

A provocação surgiu e desenvolveu-se numa escalada verdadeiramente histórica quando o estado-maior cavaquista percebeu, desorientado, que o movimento de protesto se aguentava e continuava contra os expedientes propagandísticos, intimidatórios e repressivos usados pelo Governo e que politicamente começava a fazer mossa ao poder laranja.

O completo fracasso da palavra de ordem dos «quatro piscas», lançada por Nunes Liberato, para ser seguida pelos apoiantes do Governo na questão da Ponte, teve o condão de demonstrar o seu terrível isolamento.

A escalada provocatória iniciou-se com as conferências de imprensa das distritais do PSD de Lisboa e Setúbal, onde o PCP foi acusado de ter a responsabilidade de tudo: de inspirar, de organizar e de comandar o movimento de protesto. Depois apareceu o secretário-geral adjunto do partido do Governo, João de Matos, com a boçal provocação de tentar relacionar a «desobediência civil» dos utentes da Ponte com o caso do assassinato de dois agente da GNR, em Bragança. Seguiram-se as aleivosias de Duarte Lima, sobre a «guerrilha urbana» de «extremistas de esquerda» e a «ameaça da demissão» do Governo pelo Presidente de República, tomando como pretexto uma reportagem, pelo menos, muito estranha da «Visão». Vieram a público os relatórios do SIS, em jornais, pelos vistos, da intimidade dos «serviços», anunciando a ameaça retumbante do «grande cerco» a Lisboa, com a participação dos «quar-

Tentações liberticidas

teís», «ex-MFAs», «oficiais subalternos» e «quadros activos do PCP muito habituados em acções de agitação».

É a culminar esta escalada, e preparada por ela, que se dá, no sábado, a reunião do Conselho Superior de Segurança (desfalcado) e vêm a público as suas conclusões (através de um elemento anónimo) retomando o rosário anterior de provocações e de «preocupações», que assim se procura credibilizar, e anunciando que as forças de segurança «têm informações e meios para garantir a tranquilidade e ordem públicas».

A conduta do Governo, que não hesita em lançar mão da provocação para justificar a repressão de um grande movimento popular de descontentamento e protesto, volta a chamar a atenção para as tentações liberticidas do poder cavaquista.

A reunião do Conselho de Segurança teve claros propósitos intimidatórios em relação aos utentes da Ponte, aos partidos da oposição e à própria comunicação social, mas, além disso, tudo indicia que visava preparar o recurso mais generalizado e violento à repressão.

A conduta do Governo, que não hesita em lançar mão da provocação para justificar a repressão de um grande movimento popular de descontentamento e protesto, volta a chamar a atenção para as tentações liberticidas do poder cavaquista.

Estas tentações estão vivamente presentes, quer na visão redutora do espaço que, na concepção do estado-maior laranja, está reservado à acção dos partidos políticos, quer no crescente e inadmissível campo de intervenção que o mesmo estado-maior está a abrir aos serviços secretos de informações, especialmente ao SIS.

Em relação aos partidos - aos da oposição, claro - é o próprio Cavaco Silva que, em repetidas intervenções, tem defendido que devem estar impedidos de tomar posição sobre o que se discute na Concertação Social e, de forma mais difusa, sobre toda a problemática laboral (o que espantosamente parece ter a aquiescência do PS); e é agora esta grande campanha (que tem muitos outros antecedentes menos expressivos nestes últimos anos) a procurar ilegítimar o apoio, a

solidariedade e a participação activa dos partidos políticos nos grandes movimentos populares de protesto, como o que ocorre na Ponte.

A fazer valer esta concepção, o PSD tinha garantida, em boa medida, a sua eternização no poder, pois impediria que os partidos que lhe fazem oposição lançassem ou reforçassem as suas raízes no povo, ao mesmo tempo que lhes vai tapando a boca no plano institucional, como ainda agora se viu ao impedir a convocação da Assembleia para discutir a situação na Ponte.

Entretanto, pela mão do Governo de Cavaco Silva e do PSD, os serviços secretos de informações, especialmente o SIS, estão transformados num monstro omnipotente em toda a vida política do país.

Com um descaramento que é um insulto à Constituição, à lei e às instituições democráticas, são os próprios serviços, especialmente o SIS, que passam fugas para a comunicação social onde se gabam não só de terem «bufos» e «infiltrações» nos movimentos sociais, mas também de estarem a vigiar e a inquirir autarquias locais e partidos políticos.

Como de há muito alerta o PCP, a actividade do SIS e de outros serviços de informações, transformados numa espécie de polícia secreta do PSD, constituem uma crescente ameaça à democracia e lembram cada vez mais a PIDE, pelos poderes de facto que lhes estão a ser conferidos e pelos métodos seguidos na sua actuação.

Se outros motivos não houvesse, este é muito esclarecedor sobre o perigo da degeneração da nossa democracia num regime de cariz autoritário.

Os acontecimentos dos últimos dias, em que a própria actuação do Governo parecia subordinada aos critérios da contra-informação, constituem motivo bastante de preocupação para que sejam exigidas prontas medidas para reconduzir o SIS e os outros serviços de informações ao acatamento da Constituição e da lei, e sejam inquiridas as responsabilidades nos abusos de poder que vieram a público.

Estas é que são, sem dúvida, as grandes e candentes questões do nosso sistema político e não as que o PS inventou para desencadear um processo de revisão da Constituição que, no próprio momento em que se inicia, se confirma como inteiramente inoportuno e muito perigoso para o nosso sistema político democrático.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tavada Nova
Cajia Rosa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Bêta Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome: _____ Telef.: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

«Uma outra política»

Com o título acima escreve Claude Julien um interessante artigo no «Le Monde diplomatique», de Setembro.

A tese essencial é pelo próprio autor destacada nestes termos: «Agravada por uma desregulamentação selvagem, a crise económica poderá ser ultrapassada se os governos ousarem impor ao «mercado» o respeito por normas democráticas, que desde de há vinte anos o capitalismo se obstina em eliminar.»

Não esclarece o artigo que governos quereção e poderão, pela sua natureza política e de classe, ousar fazer estas imposições, mas comporta muitas notícias, apreciações e reflexões do maior interesse.

Desde logo, Claude Julien chama a atenção para os sinais de declínio da influência do «liberalismo» e a crise da sua tese-chave do «menos Estado», lembrando o resultado de uma sondagem recentemente realizada em França, em que a maioria a rejeitou, os gritos de um banqueiro pelo «regresso do Estado» e as interrogações dos socialistas franceses.

Quanto a estes afirma: «o próprio Partido Socialista (francês), sobressaltado por duas derrotas eleitorais (...) começa finalmente a interrogar-se sobre se, durante treze anos, esquecendo os seus princípios, não foi

demasiado longe nas concessões aos dogmas mirabolantes do mercado, do individualismo a todo o custo, do economicismo e da competitividade sem lei».

Será assim com os socialistas franceses. Quanto aos portugueses, apesar de estarem há quase dez anos na oposição, ainda «estão a ir demasiado longe».

São especialmente severas as acusações, do articulista do «Le Monde diplomatique», ao «liberalismo» e ao seu delírio desregulamentador.

Em relação ao agravamento e alastramento da corrupção afirma: «a corrupção tomou um desenvolvimento sem precedentes graças à 'desregulamentação' generalizada da era Reagan-Thatcher».

Em relação à desordem económica lembra o «frenesim negociista e especulativo», a «financiarização excessiva da economia», a «incessante invenção de 'produtos financeiros' cada vez mais sofisticados, os enriquecimentos fulgurantes e as falências retumbantes».

Conhecemos todas estas «maravilhas» que também fazem parte da «democracia de sucessos» de Cavaco Silva.

Claude Julien salienta, contundente: «A desregulamentação anulou importantes conquistas devidas ao sufrágio universal. Ela

remeteu os cidadãos para os seus negócios privados».

Já na matéria da «outra política», três observações de grande actualidade.

A primeira sobre o binómio salários-desemprego. O autor apoia-se na «insuspeita» autoridade do economista americano John Galbraith que afirma: «Eu não acredito que a redução de salários seja uma forma de combater o desemprego. Ao contrário. Se se baixam os salários baixa o poder de compra e o desemprego aumenta.»

A segunda sobre a justiça social. O artigo abona-se também no economista americano que afirma: «A justiça social não é apenas justa, ela preenche uma verdadeira função económica.»

Finalmente, em relação às «conquistas sociais» do último meio século, o autor, depois de lembrar que as «classes dominantes» as aceitaram como forma de contrariarem as «seduções do comunismo», recorda que elas «aceleraram e sustentaram o desenvolvimento económico».

Curioso como os fazedores de opinião cá da terra silenciam estes grandes debates que vão pelo mundo e procedem como se todo o pensamento estivesse rendido às teorias ultraliberais do filósofo Karl Popper, agora falecido.

■ Carlos Brito

O fado da pobre vítima

É uma evidência que os dirigentes do PS mostram um embaraço cada vez maior sempre que são confrontados com as suas responsabilidades e empenho na abertura de um processo de revisão da Constituição nas vésperas de eleições legislativas.

As reservas e críticas à orientação assumida pelo PS devem ser tão extensas nas suas próprias fileiras que ultimamente os mais destacados responsáveis do PS parecem ter decidido enveredar pelo péssimo caminho da invenção de desculpas de mau pagador que lhes permitam alijar as responsabilidades.

Uma recente entrevista de Almeida Santos à «Visão» (de 15/9) é, a esse respeito, exemplar.

O Presidente do PS volta a afirmar a sua opinião de que «não há, neste momento, um «estado de necessidade» que obrigue a uma revisão profunda, pois a Constituição já atingiu um determinado ponto de equilíbrio» e que «não havia qualquer urgência nesta revisão e que, se ela não fosse feita neste momento, o país não perdia nenhum comboio», concluindo logo de seguida que «dever-se-ia ter esperado até depois das legislativas».

Até aqui tudo bem, só que Almeida Santos resolveu rematar o parágrafo acrescentando que «esta era a posição do PS, mas o CDS inviabilizou essa possibilidade ao apresentar uma proposta de revisão».

Já antes, em entrevista ao «DN» (de 24/8), António Guterres tinha usado a mesma técnica desculpabilizante ao afirmar que «colocámos a hipótese, através do nosso líder parlamentar, de fazer a revisão constitucional depois das eleições» mas «o PSD manifestou-se contra dizendo que os calendários deveriam ser mantidos».

Estas declarações mistificatórias merecem mais do que a simples e inócua observação de que o Secretário-geral do PS e o Presidente e líder

parlamentar do PS deviam ponderar a eventual vantagem de se entenderem os dois sobre se, publicamente, querem atribuir a culpa ao PSD ou ao CDS.

Merecem sobretudo o apelo a que, ao menos, tenham algum respeito por todos quantos, acompanhando com alguma atenção o curso da vida política nacional, têm na memória um conjunto arrasador de factos e acontecimentos que comprovam que, nesta matéria, o PS, longe de ser uma pobre vítima arrastada pelas posições ou iniciativas do PSD e do CDS, se arrogou o papel de locomotiva política de uma urgente revisão da Constituição.

Merecem sobretudo que se lembre que, para além do facto de o projecto de revisão do PS ter entrado antes do do CDS, se o PS tivesse tornado clara a sua oposição à abertura deste processo teria inevitavelmente condicionado o PSD e o CDS e morto à nascença qualquer ideia de revisão antes das legislativas.

Merecem sobretudo que se lembre que, bem ao contrário, o que António Guterres fez foi proclamar, do alto da tribuna da AR na sessão comemorativa dos 20 anos do 25 de Abril, a grande urgência, prioridade e importância que o PS atribuía a uma revisão constitucional centrada sobre a alegada «reforma do sistema político», desencadeando assim uma orientação que nos meses seguintes viria a ter variados desenvolvimentos em numerosos discursos e conferências de imprensa.

Os dirigentes do PS passam a vida a falar da necessidade de transparência e de dignificação da vida política.

E com a experiência quotidiana que têm de orientações e procedimentos que as comprometem e ofendem, é caso para dizer que sabem do que falam.

■ Vítor Dias

Obras da Ponte

Bons sinais para os portugueses: anda nervosíssimo o José Pacheco Pereira.

Ao verbo habitual, à ronha educada na longa marcha do «maoísmo» queque e anti-PCP para o fundamentalismo cavaquista, sucede agora uma prosa acossada, que dispara por tudo e por nada, em todas as direcções.

«Atravessando a ponte», no DN do dia 8 de Setembro, JPP vangloriava-se de ter previsto que «difícilmente se repetiria o que aconteceu em Junho», pois «para se repetir ou ampliar o que acontecera em Junho tinha que existir uma marca de genuinidade e de espontaneidade que gerasse uma surpresa face à opinião pública». Volta à bola de cristal, dois dias depois, para «prever» uma nova maioria absoluta de

Cavaco Silva em 95. Logo no dia 13 - azar... - a Ponte entrou novamente em erupção.

Fugiram as debutantes e desmaiaram as colunáveis da Olá! perante o escrito seguinte, no DN de 18 de Setembro. Nele antevê com cores fortes, como na BD, um combate de morte entre o super-Bem e as forças do super-Mal: «no ano político de 1994-95, o Governo terá dois implacáveis inimigos, o Presidente da República e o PCP». Quanto ao PCP, qual implacável Skeletor, «encontrando terreno favorável aí vai, competente e rápido, com a intuição do "mal" que dezenas de anos de experiência dura lhe dão».

A última prosa de JPP, acessível no Expresso do passado sábado, constitui uma peça de antologia. Enraivecido com o facto de vários

órgãos de comunicação social terem evidenciado a ligação do PSD à recém-aparecida associação-proveta de utentes da Ponte, deitando assim por terra o plano conspirativo laranja, JPP investe de cabeça contra «a manipulação da opinião pública» e contra «a vergonhosa duplicidade de alguns órgãos de comunicação social (que) atinge limites que descredibilizam toda a sua informação».

Perante os sucessivos desastres da «task force» do PSD constituída para o caso da Ponte que é dirigida, segundo a imprensa, pelo ministro mínimo, compreende-se o desvario de JPP.

Um manda acender os piscas dos carros para vencer o «bloqueio»? Põe o país a rir. Outro fertiliza *in vitro* uma «associação de utentes», envia-a com livre trânsito para a zona da Ponte, põe-lhe um port-voz que desempenhara papel

análogo na questão das propinas - um fura-lutas profissional, portanto? A manobra não pega. A outro é cometida a tarefa suja de relacionar a luta da Ponte com o crime de Bragança? A indignação da opinião pública fulmina-o de imediato. Outro é encarregado de mobilizar as «bases» do PSD de Lisboa e de Setúbal para furar o «bloqueio»? Pois soma apenas meia dúzia de automóveis com «utentes» da noite lisboeta. Quanto ao ministro da comunicação social, nunca a sua desmultiplicação obtivera resultados tão avessos.

Tanto infortúnio junto suscita inevitável comiseração pela profissão de «analista» da corte. Não fosse a memória de velhos tempos e de provocações antigas, que chamam alerta, seria caso (até) para alguma caridade intelectual.

■ Edgar Correia

HAITI

Restabelecer que ordem?

A intervenção militar norte-americana no Haiti assumiu inesperadamente, no fim-de-semana, contornos e aspectos imprevistos. Mas que em nada mudaram o conteúdo e os objectivos reais da tão anunciada invasão.

As negociações «in extremis», com mediadores «escolhidos» pelo próprio Raul Cedras, e o rápido entendimento alcançado aparecem como elementos elaborados na estratégia do imperialismo norte-americano. Assegurando de facto a sua permanência no Haiti, a administração norte-americana visa com este golpe de teatro atenuar a contestação interna nos EUA à invasão, ao mesmo tempo que Clinton poderá vir a recuperar a sua imagem, desgastada pela derrota da intervenção na Somália e pelo incumprimento das promessas eleitorais no plano social. Raras vezes uma acção de política externa dos EUA esteve tão subordinada a razões de carácter interno. Clinton talvez tenha assim contido a sua crescente impopularidade e aberto melhores perspectivas para a campanha dos democratas nas próximas eleições para o Congresso (já em Novembro).

Para o Haiti e o seu povo, esta intervenção, não aparecendo, no imediato, com consequências tão dramáticas como a invasão, não deixará contudo de frustrar o seu desejo de profundas mudanças políticas, económicas e sociais. O não afastamento imediato dos militares golpistas (aliás, ex-alunos e íntimos colaboradores dos EUA) e o regresso adiado de Aristide (aliás, durante muito tempo hostilizado pelos EUA), são sinais evidentes que o homem internacionalmente reconhecido como Presidente do Haiti pouco contará para uma evolução democrática da situação. No terreno estarão os que com o beneplácito dos EUA deram o golpe de Setembro de 91 e todos os que tiranizaram o povo, as forças de ocupação militar e Aristide (caso venha a concretizar-se o seu regresso), cujo mandato termina em breve. O quadro que se desenha, a par da consolidação da corrupta burguesia local, é o da realização de eleições. Eleições que terão lugar num Haiti condicionado pela ocupação entretanto verificada, em que o movimento popular e as forças progressistas terão dificuldade em organizar-se e intervir, se não forem mesmo ainda mais duramente golpeadas. Eleições que não darão nenhum contributo seguro no sentido de uma real e radical mudança da situação. Eleições que, contudo, poderão servir para os EUA anunciarem ao mundo que «restabeleceram a democracia» no Haiti.

A política intervencionista norte-americana no Haiti, que foi rejeitada pela generalidade dos países latino-americanos, evidencia o carácter de grande potência dos EUA e os seus desígnios de dominação regional e mundial. Visa «dominar o Haiti e controlar o seu futuro» como considerou (talvez inadvertidamente) um comentador da TV2. É mais uma forma de (r)estabelecer a sua «ordem» onde e quando lhe convém.

M. B.

PCP apresenta projecto de revisão constitucional

Mantêm-se inalteráveis as reservas do PCP quanto à legitimidade, à oportunidade e à necessidade do actual processo de revisão constitucional. Tais objecções, conhecidas desde a primeira hora, não só se fortaleceram, como a elas se veio juntar um novo alerta: os "gravíssimos perigos" que um tal processo comporta para a democracia configurada pela Revolução de Abril.

Em conferência de imprensa, terça-feira passada, destinada a apresentar publicamente o projecto de lei de revisão constitucional do PCP (ver nota preambular ao diploma nas páginas 20 e 21), todas estas ideias foram reiteradas por Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar comunista.

Na declaração que proferiu perante os jornalistas, este membro da Comissão Política do CC do PCP foi mesmo mais longe e não hesitou em considerar que "nada justifica a realização, neste momento,

de uma revisão constitucional", havendo, pelo contrário, "claras razões para que ela não seja concretizada".

Fundamentando esta posição, duas ordens de motivos foram por si recordadas. "Em

primeiro lugar - disse - não há nenhuma questão urgente ou inadiável que possa ser invocada para justificar esta pressa e esta precipitação". "Em segundo lugar - acrescentou - não é democraticamente admissível que a actual Assembleia da República encete este processo, já que nenhum partido, nas eleições de 1991, apresentou a intenção de rever a Constituição, nem fez submeter a debate quaisquer propostas concretas".

Uma outra questão, considerada "essencial", foi ainda invocada por Octávio Teixeira para qualificar a abertura deste processo "particularmente inoportuna". "É que ela ocorre num momento em que todas as energias - observou - deveriam ser canalizadas para as urgentes tarefas de luta pela resolução dos

graves problemas económicos e sociais e do combate à política do Governo".

Pronunciando-se sobre o "papel impulsor" da revisão constitucional desempenhado pelo PS, Octávio Teixeira, que estava acompanhado na mesa da conferência de imprensa por Luís Sá, da Comissão Política, e João Amaral, do CC, sublinhou que uma tal postura fá-lo incorrer "na responsabilidade de contribuir para um processo de enorme gravidade".

A este propósito lembrou que aí estão, para o mostrar, os projectos de revisão do PSD e do CDS que "querem aproveitar este processo para promoverem uma ruptura constitucional no princípio da representação proporcional mas também no campo dos direitos dos trabalhadores e dos direitos fundamentais,

dos direitos sociais, económicos e culturais, visando uma profunda subversão e liquidação do regime democrático".

Sem críticas não passou também o conteúdo do projecto socialista, que, inserido numa "lógica de alcançar o Poder a todo o custo", apresenta propostas da maior gravidade, como sejam as que introduzem "graves entorses do sistema de representação proporcional", a que introduz a moção de censura construtiva de protecção artificial de governos (em especial minoritários), ou ainda a que prevê a "liquidação da eleição directa e por representação proporcional das câmaras municipais".

Ao apresentar o seu próprio projecto de lei, pela sua parte, de acordo com as palavras de Octávio Teixeira, o PCP "assume sem hesitações



que a defesa da Constituição e do seu conteúdo de progresso é uma exigência da democracia e do progresso social". Nesse sentido, ainda de acordo com as afirmações do líder parlamentar comunista, as prioridades do PCP vão no sentido da intervenção na Assembleia da República com vista a dar combate às propostas de revisão gravemente lesivas do regime

Pela defesa e aperfeiçoamento da Constituição

Ao elaborar o seu projecto de revisão constitucional, para o PCP, uma preocupação central norteou a redacção de todo o articulado: não subverter a Constituição em nenhum dos seus domínios, seja nos aspectos da democracia política, social, económica e cultural, seja no capítulo da defesa da soberania e independência nacional.

Nesse sentido, e tendo presente a necessidade de defender estas características da Lei Fundamental, três grandes objectivos presidem às propostas do Grupo Parlamentar do PCP, como salienta o projecto de lei na sua nota preambular: "a introdução de aperfeiçoamentos e melhorias, que se justifiquem pelo seu conteúdo; a resposta a novos problemas, que hoje preocupam os trabalhadores e as populações em geral; a correcção de algumas soluções contidas na Constituição de conteúdo negativos, em resultado de alterações introduzidas em revisões anteriores".

Assim, no plano do sistema político, merecem relevo as propostas que apontam para o reforço do papel e poderes da Assembleia da República, designadamente, pelo alargamento das competências política e legislativa e da reserva absoluta da competência legislativa, bem como pela reposição dos poderes do Parlamento em matéria de fiscalização de decretos-lei.

Destaque ainda para as propostas que estabelecem o reforço da ligação dos deputados aos eleitores, e, bem assim, para as que definem garantias de moralização e maior transparência da vida política e prevêm a criação de novos mecanismos de intervenção dos cidadãos na vida política.

De referir, ainda no plano do sistema político, são também as propostas que asseguram melhoramentos no sistema de formação e subsistência do Governo, havendo igualmente que assinalar as que têm em vista a correcção pontual do estatuto do Presidente da República (conferindo-lhe no plano das relações internacionais os poderes e dignidade indispensáveis).

O melhoramento da representação política no Conselho de Estado, a Constitucionalização da Comissão Nacional de Eleições, e a possibilidade de fiscalização da constitucionalidade de actos políticos, constituem outras tantas áreas no plano do sistema político que foram objecto de propostas por parte do Grupo Parlamentar do PCP.

Noutro plano, mais concretamente no que se refere à participação de Portugal nas Comunidades, as propostas subscritas pelos parlamentares comunistas vão no sentido, por um lado, da admissão do recurso ao referendo sobre todas as questões relativas à participação de Portugal nas Comunidades que envolvam a soberania nacional, e, por outro, da garantia de intervenção da Assembleia da República na sua esfera própria de competência, com a consequente desgobernalização da participação nacional nos processos comunitários de decisão.

Atenção particular por parte da formação comunista foi dada também aos direitos dos trabalhadores, capítulo onde sobressaem propostas como as que estabelecem garantias de melhoria do valor real do salário mínimo nacional, a redução progressiva do horário de trabalho, garantias no direito ao salário, a consagração de novos direitos e novas obrigações do Estado em matéria de higiene e segurança e acidentes de trabalho, a protecção da contratação colectiva em caso de cessão da empresa, e a consagração da legitimidade processual às organizações dos trabalhadores.

Quanto aos direitos sociais e culturais, importa referir a consagração constitucional da gratuidade do Serviço Nacional de Saúde, eliminando-se o "tendencialmente" que PS e PSD introduziram na revisão constitucional de 1989, bem

como a proposta que garante a actualização regular e valorização em termos reais das pensões e reformas.

Neste domínio, foi ainda preocupação dos deputados do PCP incluir no seu projecto de revisão constitucional as propostas que prevêm o estabelecimento de um rendimento mínimo de garantia da subsistência, a obrigação do Estado de criar um sistema público de educação pré-escolar gratuito e universal, a obrigação de desenvolver a acção social escolar, e, por último, a que prevê a obrigação estadual de estabelecer a gratuidade de todos os graus de ensino público.

A valorização do papel do associativismo desportivo e a consagração da obrigação estadual de promover a generalização da prática desportiva constitui outra das propostas inserida no articulado do diploma apresentado pelo PCP, no qual se incluem, por outro lado, propostas que visam introduzir melhorias nas garantias e direitos da juventude, e a obrigação de progressiva eliminação de barreiras arquitectónicas que afectam os deficientes.

A clarificação da obrigação do Estado de criar as condições para a efectivação do princípio da igualdade, surge, por seu turno, como um aspecto a que os deputados comunistas prestaram particular atenção no capítulo dos direitos, liberdades e garantias, matéria onde sobressaem simultaneamente outras propostas de igual importância como sejam o reforço das garantias de acesso à

Justiça, o reforço da responsabilidade do Estado e outras entidades públicas perante os cidadãos, a protecção das vítimas de crimes, a garantia do acesso dos cidadãos a dados informáticos, a garantia de maior eficácia no exercício do direito de petição, e a garantia de uma fiscalização efectiva dos Serviços de Informações.

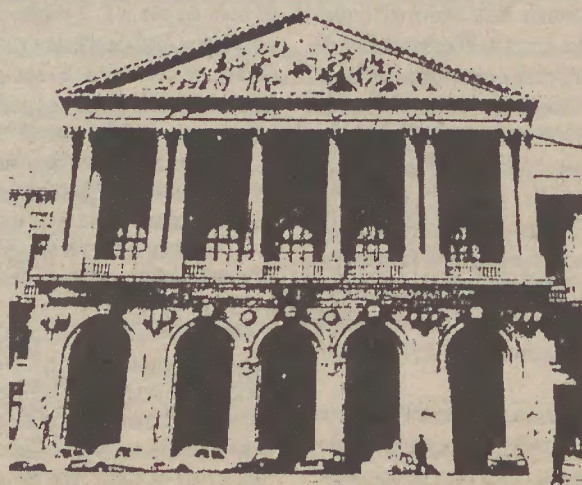
Na ordem das preocupações da formação comunista, como não podia deixar de ser, estiveram também os aspectos relacionados com a liberdade de imprensa, área relativamente à qual é apresentada a proposta de substituição da Alta Autoridade para a Comunicação Social, enquanto que no domínio da defesa do ambiente são avançadas medidas que consagram a ideia de novas obrigações do Estado nesta matéria, bem como o direito das associações ambientalistas serem ouvidas.

Não menos importantes são ainda as propostas contempladas no projecto comunista relativamente à defesa da economia nacional. Entre elas, no quadro da defesa dos interesses nacionais, um destaque para as que incidem em esferas como a política da água, a segurança alimentar e a apropriação do solo por estrangeiros. Igual realce, noutro plano, estão também as propostas que pretendem contribuir para a defesa do mundo rural e combater a desertificação, objectivos que são indissociáveis das propostas que têm em vista a promoção da produção agrícola e a garantia do desenvolvimento florestal.

Ainda no plano da defesa da economia nacional, uma palavra final para as propostas que estabelecem a inclusão das taxas no sistema fiscal, submetendo-as ao mesmo regime dos impostos, e para a explicitação do princípio da irretroactividade dos impostos e consagração de direitos dos particulares perante a administração fiscal.

A fixação do princípio da desburocratização da Justiça e da sua proximidade aos cidadãos, a par da garantia da dependência funcional dos órgãos de polícia criminal às magistraturas, constituem, por sua vez, duas das medidas previstas no projecto do PCP

no que diz respeito ao sistema judicial, um campo onde avultam ainda outras propostas de inegável interesse como são os casos da enunciação da indispensabilidade da actividade forense na administração da Justiça, da consagração da regra da obrigatoriedade das decisões dos tribunais, da confinação da existência dos tribunais militares ao tempo de guerra, e da garantia da existência de tribunais administrativos e fiscais de primeira e segunda instância, e previsão do funcionamento em secções especializadas.



O PCP POLÍTICA PARA UMA VIDA MELHOR



Octávio Teixeira, que estava acompanhado por Luís Sá e João Amaral, apresenta em conferência de imprensa o projecto de revisão constitucional do PCP

democrático apresentadas pelo PSD, PS e CDS, usando para o efeito todos os meios constitucionais e regimentais ao seu alcance.

Quanto à natureza das propostas do diploma comunista, segundo Octávio Teixeira, elas visam sobretudo a introdução de aperfeiçoamentos e melhorias na Lei Fundamental, responder a novos problemas sentidos pelos trabalhadores e pelas populações e corrigir soluções contidas na Constituição de conteúdo negativo emergentes de alterações introduzidas em anteriores processos de revisão.

mentos e melhorias na Lei Fundamental, responder a novos problemas sentidos pelos trabalhadores e pelas populações e corrigir soluções contidas na Constituição de conteúdo negativo emergentes de alterações introduzidas em anteriores processos de revisão.

Quanto à garantia da autonomia do Ministério Público, do conjunto de propostas apresentadas, importa salientar a que prevê a subtracção ao Ministério Público da função de representar o Estado, deixando este de funcionar como uma espécie de advogado do Estado, merecendo igual relevo a que estabelece o alargamento do elenco constitucional das competências do Ministério Público e reforço das suas garantias de autonomia e independência, bem como a que aponta para a consagração constitucional da existência do Conselho Superior do Ministério Público, composto maioritariamente por magistrados.

O alargamento da competência legislativa das assembleias regionais, sempre com respeito pela Constituição e pelas leis gerais da República, ao mesmo tempo que são clarificados os limites aos poderes das regiões autónomas, do mesmo modo que é estabelecida a obrigação de regular por lei o relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões autónomas, constituem, por seu turno, algumas das propostas elaboradas pelos deputados comunistas no âmbito do estatuto constitucional das regiões autónomas.

Área da maior importância, o estatuto do poder local mereceu igualmente uma atenção muito particular de quantos intervieram na redacção do projecto de revisão constitucional do PCP, tendo presente sobretudo a introdução de medidas visando o seu reforço. Estão neste caso, por exemplo, as propostas tendentes a incluir melhorias no regime das finanças locais, bem como, noutro plano, as propostas que permitem a criação de comissões municipais em sectores de actividade a cargo de municípios, e as que prevêem a possibilidade de constituição de associações de freguesias.

Realce merecem ainda as propostas elaboradas no sentido da flexibilização do regime de instituição das regiões administrativas (eliminando a exigência à sua criação simultânea), e a que prevê a intervenção no PDR das organizações representativas das actividades económicas, sociais e culturais, dos trabalhadores e das autarquias locais.

Uma chamada de atenção final merecem ainda as propostas relativas a outros domínios, como sejam, por exemplo, as Forças Armadas, relativamente às quais é definida, de forma rigorosa, as finalidades e condições em que podem participar em missões de paz fora do território nacional.

O aprofundamento das relações com os PALOP's e com os seus cidadãos; várias definições no capítulo da Defesa (como é o caso, para citar um exemplo, das garantias na prestação do serviço militar obrigatório); e o aperfeiçoamento dos direitos e garantias dos administrados, constituem outras tantas propostas que enriquecem o projecto de lei de revisão constitucional apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Carlos Carvalhas visita Évora O exemplo de uma autarquia

O trabalho exemplar desenvolvido nos últimos anos pelo município de Évora, não é segredo para ninguém. Património mundial, a cidade é a maior e a mais desenvolvida do Alentejo, sendo a única na região que tem registado um aumento populacional, contrastando com a desertificação que se tem vulgarizado em todo o interior do País.

Foi para verificar no local as grandes realizações da autarquia que, no passado sábado, Carlos Carvalhas se deslocou àquela cidade, onde foi recebido por Abílio Fernandes, presidente da edilidade.

Logo após a recepção nos paços do concelho, o secretário-geral, acompanhado por Raimundo Cabral, do Conselho Nacional do PCP, Lino de Carvalho, deputado na AR, entre outros dirigentes locais do partido e autarcas eleitos pela CDU, passou pelo centro histórico de Évora e visitou o magnífico Teatro Garcia de Resende que se encontra em obras de restauro e conservação, como explicou o seu director Mário Barradas.

Pouco antes, em declarações aos jornalistas, Abílio Fernandes anunciava que Évora tinha sido uma das duas cidades escolhidas para participar na Conferência que marcará a despedida de Jacques Dellors da Presidência Europeia. Na iniciativa, a realizar em Bruges, na Bélgica, Évora apresentará a sua experiência como cidade património mundial. Aliás, como acrescentou Abílio Fernandes, Évora também viu recentemente aprovada a sua proposta de logotipo que passará a representar as doze cidades património mundial actualmente existentes.

Há cerca de dois anos e meio, a Câmara Municipal decidiu adquirir o parque industrial do concelho. Na altura, a taxa de ocupação resumia-



Carlos Carvalhas com Abílio Fernandes durante a visita do primeiro a Évora

-se a oito por cento, hoje a autarquia já tem 60 por cento da área ocupada, e coloca já a hipótese de ampliar os actuais 50 hectares de terreno.

O parque está totalmente infra-estruturado e conta com instalações de apoio a empresários, pavilhão de exposições, entre outros equipamentos. Com várias unidades em fase de instalação no terreno, sobressai já em pleno funcionamento a fábrica de confecções Lee que emprega 600 trabalhadores. Em breve ali irão surgir outras empresas nomeadamente, uma de construção de pequenos helicópteros, de origem norte-americana, uma fábrica de máquinas para a apanha da azeitona, cuja patente pertence a um inventor eborense, fábricas de enchidos e carnes de porco, carpintarias e serralharias, etc. Também a Parmalat, juntamente com uma cooperativa da região, avança com uma fábrica de leite e derivados.

Já depois do almoço, Carlos Carvalhas visitou ainda as obras municipais de captação de água na Barragem de Monte Novo, onde a autarquia está a fazer grandes investimentos para abastecer a cidade de água de qualidade, designadamente com a utilização de filtro de ozono.

Carvalhas acusa Governo de intimidar utentes da ponte «Está montado um cenário de provocação»

Na sua deslocação a Évora, sábado passado, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, alertou para a possibilidade de «estar em marcha uma grande provocação armada pelos SIS» na Ponte 25 de Abril. «Responsabilizamos o Governo pelo que vier a acontecer», afirmou Carvalhas, que falou ainda sobre os problemas do Alentejo. Das declarações feitas no decorrer da visita publicamos de seguida os extractos mais importantes.

«O Poder Local tem dado uma importante resposta, dentro dos seus limites aos problemas das populações e tem criado as estruturas básicas para o desenvolvimento e a industrialização.

«Mas é também uma evidência que o poder local não se substitui ao poder central.

«O poder central, o Governo são os responsáveis pela política de desenvolvimento e pela política de desenvolvimento regional.

«A situação do envelhecimento e da desertificação do interior do país e os graves problemas sociais que têm atingido as populações do Alentejo não se resolvem com medidas de cosmética ou com respostas pontuais de conjuntura.

«O êxodo, o desemprego e as bolsas de pobreza continuam patentes no Alentejo.

«As medidas que o Governo foi obrigado a tomar quando a voz de protesto das autarquias e das populações chegou a todo o país, relatando os casos de fome e a extrema degradação social, são meros paliativos.

«São insuficientes e não atacam os problemas estruturais.

«Para combater o êxodo e a degradação da situação social no Alentejo é necessário uma nova política, que promova o desenvolvimento e o investimento e defenda a produção nacional.

«É necessário que se leve à prática uma verdadeira política de desenvolvimento regional.

«É necessário que se dê cumprimento à Lei fundamental que não permite a reconstituição do latifúndio e se resolva a contradição de haver trabalhadores sem trabalho e querendo trabalhar, ao lado milhares de hectares de boa terra abandonadas ou subproveitadas. (...)

Os acontecimentos na Ponte 25 de Abril: o Primeiro-Ministro convive mal com a democracia

«Na última reunião do Conselho de Ministros, o Governo deu

mais uma vez provas da sua insensibilidade e arrogância perante as justas reclamações e protestos dos utentes da Ponte 25 de Abril.

«Sobranceiro e prepotente diz que não recuará. Não com argumentos, mas à base da força, transformando um grande movimento social e um profundo descontentamento, num caso de polícia e de ordem pública! Insensível aos prejuízos causados aos utentes e à economia nacional que o reinício da cobrança das portagens e do seu aumento têm causado, o Governo mantém-se na postura do quero, posso e mando, convencido que com tal posição ganha autoridade e credibilidade.

«A autoridade e a credibilidade ganham-se não com posturas arrogantes, mas dialogando, reconhecendo os erros, dando resposta às justas reivindicações das populações. É uma evidência que a Ponte está paga e mais que paga e que a eliminação da portagem seria uma das medidas que mais contribuiria para a fluidez do trânsito. É pois uma exigência democrática e uma exigência para o bem estar das populações a imediata eliminação dos aumentos no quadro do urgente processo da eliminação das portagens.

«Insensível aos imensos prejuízos o Governo pretende desmobilizar a luta dos utentes pela divisão, pelo cansaço e pela inti-

midação. Mas é uma realidade que o Governo não consegue calar o buzinao e a indignação que cala bem fundo em todos aqueles que são penalizados por trabalharem e terem de atravessar a Ponte.

«E hoje, em vez de se reunir para resolver os problemas, aspirações e anseios das populações, o Primeiro-Ministro reuniu-se com o "Conselho Superior de Segurança Interna", depois do grupo parlamentar do PSD ter dado o mote e dos SIS terem feito o seu serviço de contra informação lançando o alarmismo sobre uma nova "insurreição dos pregos", a insurreição das fotocópias dos jornais como lhe chama alguma imprensa. É uma vergonha, mas indicia também que o Governo não desiste das suas acções de intimidação e que pode estar em marcha uma grande provocação armada pelos SIS. Nós reponsabilizamos desde já o Governo pelo que vier a acontecer, pois o cenário para a provocação já está montado.

«O Primeiro-Ministro e o seu Governo dão cada vez mais mostras de conviver mal com a democracia...

«A indiferença e o desprezo pelos interesses das populações dá bem a dimensão ética e classista deste Governo e do seu Primeiro-Ministro, por isso a luta pela sua derrota e substituição deve conjugar todos os esforços»(...)

No Barreiro, com a presença de Luís Sá Quadros da DORS do PCP debatem revisão constitucional

“Com esta pressa de revisão, o que querem é obter maiorias que o povo lhes não deu nas urnas”, acusou Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP e deputado no Parlamento Europeu, durante um plenário distrital de quadros realizado na biblioteca municipal do Barreiro no passado sábado, sublinhando, igualmente, que a discussão a pretexto da revisão constitucional deverá servir para “derrotar a direita, na luta por uma alternativa democrática para o nosso país”. A iniciativa, promovida pela DORS do PCP sob a consigna “Não à revisão da Constituição contra Abril”, sinalizou o arranque de outras semelhantes com que o Partido prosseguirá e aprofundará o debate à volta desta questão.

Chegado directamente de Bruxelas, o deputado do PCP, Luís Sá, era aguardado por uma multidão que encheu por completo o auditório da biblioteca municipal do Barreiro. Na mesa, representantes dos órgãos executivos da DORL deram de imediato a palavra ao orador, que fez duas intervenções de fundo, no princípio e no encerramento, além de responder a várias questões colocadas pelos presentes durante a sessão.

Assinalando que a iniciativa demonstrava “sensibilidade perante a batalha a travar” em torno da apressada revisão constitucional pretendida pela direita com a convicção do PS, Luís Sá entrou de imediato na questão, recordando as consequências das anteriores revisões constitucionais: a primeira, em 1982, virou-se para o sistema político nela consagrado, afectando-o ao ponto de desequilibrar a correlação de forças dos diferentes órgãos de soberania, restringindo, nomeadamente, os poderes e competências da Presidência da República; a segunda revisão atingiu fortemente o sistema económico consagrado na Constituição, com o PS a desempenhar o papel de “lebre” da direita, o que permitiu que esta conseguisse introduzir profundas

alterações constitucionais neste domínio.

PS – “lebre” da direita

Quando a esta revisão, agora tão apressadamente pretendida pelo PSD e pelo PS, a questão está na sua oportunidade política, “quando estamos a um ano de eleições legislativas e quando a tarefa central de todas as forças democráticas deveria ser a criação de uma alternativa” à política do PSD/Cacaco Silva.

Neste ponto, o orador recordou que o PS, mais uma vez, está a servir de “lebre” às pretensões da direita, com o seu secretário-geral, António Guterres, a avançar na Assembleia da República, nas últimas comemorações do 25 de Abril, com uma proposta de revisão constitucional, em vez de se mobilizar para o afastamento da direita no poder. “Este processo de revisão é inoportuno e só faz sentido num PS que quer parecer-se cada vez mais com a direita, na ilusão de lhe conquistar votos”, vincou Luís Sá, que recordou terem as anteriores revisões constitucionais durado entre 16 e 19 meses. “Quer fazer agora uma revisão em três meses, só será possível com acordos de bastidores”, acusou o dirigente do PCP, apontando

o dedo ao PS e recordando que, em 1991, nenhum partido propôs uma revisão da Constituição.

Daí a proposta do PCP de que, na próxima campanha eleitoral, “todos os partidos afirmem claramente o que pretendem em matéria de revisão constitucional”.

Quanto aos projectos de revisão dos outros partidos, com maior ou menor acento, tendem a romper com a representação proporcional (o que permitiria engenharias pós-eleitorais desvirtuadoras dos resultados reais), além de avançarem propostas que afectariam profundamente os direitos dos trabalhadores.

Por exemplo, no caso do projecto do PSD, seriam proibidas as chamadas “greves políticas”, chegando ao cúmulo de se propor a extinção das comissões de trabalhadores (coisa que nem Salazar conseguiu impor), acabaria o direito do Presidente da República em dissolver a Assembleia da República e seria desmantelado o Sistema de Segurança Social, enquanto a proposta do PS (que já serviu de “lebre” à direita para pôr em causa os direitos dos trabalhadores) insiste na “moção de censura construtiva”, uma ilusão do PS que julga, assim, poder manter governos minoritários seus com o apoio da direita e esquece que, ao mesmo tempo, abre caminho, isso sim, a que a direita se eternize no poder.

Maiorias à força

Apesar da sua frontal oposição a esta manobra, o PCP, obviamente, não se demite de participar no processo de revisão constitucional e, ao mesmo que crítica, vai também apresentar uma proposta de revisão. Tal proposta “dá-nos direitos adicionais de intervenção e visa marcar, por contraste, a posição dos que querem prosseguir Abril” e o seu caminho de progresso, contra os que querem, na prática, afundar tudo isso. “Temos de fazer que a luta em volta da revisão constitucional sirva para esclarecer o País e derrotar a direita, na luta por uma alternativa democrática”, sublinhou.

Luís Sá recordou, entretanto, que a Constituição portuguesa continua a ser “das mais progressistas do mundo”, assinalando os direitos fundamentais nela consagrados, apesar de crescentemente desrespeitados pela política governamental. “A luta que vamos travar é parte integrante da luta que sempre travámos e continuamos a travar”, realçou.

No quadro dessa luta há, por exemplo, que desmascarar tanto o PS como o PSD quando afirmam que pretendem “aproximar os eleitos dos eleitores” com a sua pretendida alteração da representação proporcional em vigor no sistema eleitoral português. “Trata-se de uma enorme demagogia”, alertou Luís Sá. “O sistema de círculos uninominais (de repente tão louvado pela direita, com o PS atrás) é típico do caciquismo do século XIX, quando os ‘notáveis’ vinham ao Terreiro do Paço meter



cunhas”, após serem eleitos através de imensas “chapeladas”. “Isto fazia sentido no século XIX, quando quem só votava eram os proprietários e os que tinham dinheiro”. E perguntava Luís Sá: “Imaginemos um só deputado, de direita, a representar o Distrito de Coimbra. Os eleitores comunistas desse Distrito sentir-se-iam representados por ele? Sentir-se-iam tão representados como se sentiria o eleitorado de direita do Distrito de Setúbal que tivesse como seu único representante um deputado comunista”, exemplificou.

Quanto aos também tão repentinamente incensados “eleitos independentes”, mover-nos-íamos um bocado no sistema do “rouba e foge”, em que ninguém é responsabilizado, ao contrário do que acontece com os eleitos através dos partidos, que são estruturas responsabilizáveis e obrigadas a assumir os programas que apresentam.

E Luís Sá concluiu: “No fim de contas, o que eles querem é obter maiorias que o povo lhes não dá. Essa é a grande questão que aqui está!”

Os abusos da transgás

O Executivo da Direcção Regional de Leiria do PCP considera em comunicado como «inqualificáveis os métodos e práticas da Transgás que, a coberto do interesse nacional do projecto do Gás natural, esmaga os mais elementares e legítimos interesses dos proprietários, a maioria dos quais pequenos e médios agricultores e rendeiros».

A nota da DORLEI aponta designadamente «a imposição de critérios unilaterais no cálculo e valores atribuídos às indemnizações, a fuga às negociações e ao diálogo e a recusa de representantes dos agricultores nas equipas de avaliação, bem como toda uma postura arrogante e autoritária, quantas vezes intimidatória e chantagista».

Os comunistas de Leiria condenam a «apatia e a indiferença com que o Governo assiste aos atropelos dos mais elementares direitos dos proprietários» e chama a atenção para o facto de «serem os barões do PSD, os responsáveis pela condução do processo e nele jogarem os seus interesses, naquele que é sem dúvida um dos grandes negócios do século».

Face ao impasse na situação e à intransigência da Transgás, a DORLEI considera que «cumpra ao Governo agir no sentido da salvaguarda dos pequenos interesses, responsabilizando claramente a empresa concessionária pela manutenção do conflito existente e na criação das condições necessárias a uma real negociação entre as partes, nomeadamente com os representantes dos proprietários».

PS quer privatizar serviços na Covilhã

O Executivo da Comissão Concelhia da Covilhã do Partido Comunista Português, reunido no passado dia 14, considerou, em comunicado distribuído à imprensa, que existem «sinais claros de que o Partido Socialista na Câmara Municipal da Covilhã está a definir uma estratégia de entrega ao sector privado dos Serviços Municipalizados da Covilhã».

«O PS, pela voz do seu vereador Teles André, tenta fazer passar a ideia de que a eficácia e o rigor de uma gestão apenas acontece no sector privado, desresponsabilizando-se deste modo dos seus compromissos perante o eleitorado ao nível do investimento e da prestação de serviços do fundamental sector das infra-estruturas básicas, abastecimento de água e saneamento básico».

«Ao longo destes 18 anos de Poder Local democrático nem o PS nem o PSD enfrentaram de forma séria e responsável o problema da conclusão das infra-estruturas básicas no Concelho da Covilhã».

«Com as inúmeras carências existentes, mas quando ainda se pode dispor dos financiamentos

comunitários, quer agora o PS deitar pela janela fora a oportunidade que poderá restar para se dar o salto qualitativo na resolução destes problemas».

Qual será o ingénuo que verá a iniciativa privada como “benemérita” em todo este processo?

«A busca do lucro mais ou menos rápido e fácil irá assim sobrepor-se ao interesse público e à defesa das populações».

«Para o PCP, é claro que a privatização da água e do saneamento básico irá pôr em causa:

— O emprego e os direitos sociais dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados;

— Agravar o preço do fornecimento da água e dos restantes serviços prestados à população e adiar no tempo a realização dos investimentos necessários à modernização dos serviços, passo indispensável para a melhoria da qualidade de vida no concelho da Covilhã».

«O PCP convida o PS a falar claro à população, explicando as razões que o levam a praticar o contrário do que prometeu ao eleitorado há menos de um ano».

Entroncamento Manutenção da CP passa para EMEF

Ao que tudo indica, confirmam-se os receios recentemente manifestados pela Célula do Entroncamento do PCP sobre a integração das manutenções na EMEF. Os comunistas baseiam-se agora em dois comunicados do SINDEFER, que «desempenha o papel de desbravar caminho às intenções do Conselho de Gerência», e condenam desde já o possível desmantelamento da manutenção que a acontecer teria «gravíssimas consequências a nível técnico, económico e social, não se vislumbrando qualquer vantagem para a CP nem para os utentes».

A célula chama a atenção para o facto da «manutenção do Entroncamento ter sido aquela que mais reduziu o pessoal e a que tem um nível etário mais baixo». Por outro lado, os comunistas vêem com preocupação o futuro dos trabalhadores, sendo já conhecido que a EMEF apenas integrará um reduzido número nos seus quadros. Os restantes, segundo o PCP, serão deslocados para os locais para onde irá o material (Lisboa, Porto e Figueira da Foz), o que «acarreta gravíssimos problemas sociais aos trabalhadores com a vida pessoal e familiar estabelecida na região».

Afirmando que, a concretizar-se, «o desmantelamento da manutenção do Entroncamento se traduz num péssimo e irresponsável acto de gestão», a Célula do PCP considera que «as razões desta reestruturação são políticas» que visam a «partilha do poder e servir clientelas», exortando todos os trabalhadores «a resistir, lutando em defesa dos seus direitos e dos seus postos de trabalho».

Preparação da Conferência Nacional do Partido Transportes da ORL realizam 5.ª Assembleia

No âmbito da preparação da Conferência Nacional, que terá lugar no dia 26 de Novembro sob o lema «Reforçar e renovar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores», o Sector dos Transportes da ORL marcou para o próximo dia 5 de Novembro a sua 5.ª Assembleia que decorrerá em torno de três ideias fundamentais: reforçar o partido, dinamizar a luta de massas e contribuir pela acção dos comunistas do sector para a alternativa democrática.

Em conversa com o «Avante!», Paula Henriques, da DORL e suplente do CC, Custódio Luz, do secretariado do Sector dos Transportes e do Organismo de direcção da Cidade de Lisboa, e Mário Ribeiro, do Executivo do Sector dos Transportes, referiram que a 5.ª Assembleia fará o balanço da evolução das empresas do sector e aprovará um documento final que se encontra neste momento em fase de discussão.

Para além de orientações para o trabalho de direcção e reforço da ligação às massas, é objectivo da assembleia criar um espaço para que os militantes discutam as deficiências e debilidades e encontrem formas de melhorar o trabalho.

Como sublinhou Mário Ribeiro, nas empresas do sector - em que se incluem, a CP, Caris, TAP, RN de Lisboa, Metro, ANA/EP, marinha mercante, sector portuário, entre outros - regista-se uma evolução negativa com reflexos graves na situação económica das empresas, na oferta de transporte rápido e seguro à população, e nos direitos e regalias dos trabalhadores.

Os baixos salários, a tentativa de retirada de direitos e a destruição de milhares de postos de trabalho, pela via da rescisão de contratos e pré-reformas, têm vindo a criar uma situação nova nas empresas que se traduziu negativamente nas organizações dos trabalhadores e nas células do Partido.

A redução dos postos de trabalho tem levado muitos camaradas a saírem o que acaba por dificultar o funcionamento da célula. A isto junta-se a intensificação do clima de repressão e limitação das liberdades nas empresas, a par do seu desmembramento que em alguns casos apenas visa enfraquecer a unidade dos trabalhadores: «Só na CP foram criadas 12 empresas», ilustra Mário Ribeiro que não deixa de realçar que «nas grandes empresas os secretariados de célula continuam a reunir semanal e quinzenalmente».

A reforçar esta ideia, Paula Henriques lembra que «o papel do Partido e das células de empresa tem sido fundamental na resistência à política de destruição das empresas levada a cabo pelo Governo. E apesar das grandes dificuldades, continuam

trabalhadores, nomeadamente através da edição de materiais. Pensamos que ainda são insuficientes os comunicados das células e que há muito por fazer nesta área», diz Mário Ribeiro.

Outras das orientações de trabalho a seguir no sector é «procurar alargar o núcleo activo do partido» afirma Paula Henriques que considera haver condições para desta forma se fazer um maior recrutamento. Aliás, o prestígio granjeado pelos militantes comunistas junto dos trabalhadores está a trazer mais militantes ao Partido, muitos dos quais participavam há muito em estruturas unitárias.

O enquadramento dos militantes é mais uma tarefa importante, onde é necessário encontrar novas formas, «mais maleáveis» de comunicar com aqueles militantes que por várias razões têm contactos mais esporádicos com o Partido. «A realização de plenários de célula em dia certo, poderá ser uma forma de regula-



Só na CP ultimamente foram criadas 12 empresas

rizar contactos», sugere Paula Henriques.

Face à grande ofensiva da direita no sector dos Transportes, Custódio Luz salienta como grandes temas da dinamização da luta de massas, «a exigência da reposição do poder de compra, a defesa dos direitos, no-

meadamente o direito à contratação colectiva e o direito à greve, a defesa dos postos de trabalho e a manutenção das empresas no sector empresarial do Estado».

Até 5 de Novembro, data em que realizam a sua Assembleia, os comunistas do Sector dos

Transportes da ORL vão continuar a debater o reforço da Organização do Partido, as novas realidades nas empresas e formas de melhorarem a ligação às massas. Esta será a sua contribuição para a Conferência Nacional que vai fazer avançar o Partido.

DORS reuniu

Desemprego aumenta no distrito de Setúbal

Reunida no passado sábado, no Barreiro, a Direcção da Organização Regional de Setúbal analisou, entre outras questões da actualidade, os acontecimentos recentes na Ponte 25 de Abril, (a que fazemos referência noutra página desta edição), a situação dos trabalhadores e a actividade do partido. Do comunicado distribuído publicamos de seguida os extractos mais importantes:

«Contrariando os tão apregoados auto-sucessos governamentais, no distrito de Setúbal continua a assistir-se ao encerramento de empresas, ao aumento do desemprego (já passa de 50 000 trabalhadores), aos salários em atraso, à precariedade nas relações de trabalho e, pasme-

se!, até a Auto Europa anunciou que, face à situação do mercado, tem de rever os investimentos a realizar no Complexo Industrial de Palmela.

À já dolorosa e difícil vida dos trabalhadores vêm agora, Governo e patronato com a colaboração do PS, juntar a tentativa

de desregular ainda mais as relações de trabalho, através do chamado acordo social até 1999 e do processo de revisão constitucional.

Com o objectivo único de aumentar a exploração dos trabalhadores, pretendem limitar o direito à greve, baixar os salários, aumentar os horários de trabalho, acabar com a contratação colectiva e com as Comissões de Trabalhadores, privatizar a saúde e a segurança social.

A gravidade dos problemas com que se confrontam os trabalhadores (Indústria Naval — Lisnave e Setenave — Siderur-

gia Nacional, Quimigal, Portucel, CP, Torralta, entre outros) traduzindo-se na continuação do desmantelamento do aparelho produtivo no distrito, merece da DORS do PCP o mais vivo repúdio e o apelo aos trabalhadores para se manterem unidos em torno dos seus órgãos representativos, com a sua provada predisposição para a luta, fazer frente a mais esta ofensiva contra os seus direitos.

A DORS do PCP considera que este não é o caminho para a elevação do bem-estar dos trabalhadores e do povo. É indispensável o protesto e a luta no sentido de ser imposta uma política alternativa à que tem vindo a ser seguida pelo Governo do PSD.

de residência, as dificuldades de acesso ao ensino superior público e os obstáculos administrativos ao tratamento da acção social escolar, pondo em causa a vida normal dos encarregados de educação.

O Partido activo e interveniente

A DORS do PCP, avaliada como extremamente importante para a afirmação do Partido o êxito de que se revestiu a realização da Festa do «Avante!». A Festa de Abril confirmou a influência e capacidade de mobilização do Partido, constituindo um novo estímulo para a concretização das tarefas e para as batalhas que se avizinham.

No quadro da grande acção partidária, mereceu particular destaque a preparação das iniciativas nacionais — a Conferência Nacional do Partido a 26 de Novembro, sob o lema «Renovar e Reforçar a Organização e Intervenção do Partido no Seio dos Trabalhadores» bem como o «Debate com o País para uma Nova Política», a par da intervenção do Partido no debate da revisão constitucional.

É ainda de salientar a realização do Encontro Distrital da JCP a 9 de Outubro, na Baixa da Banheira.

A DORS do PCP decidiu convocar a IV Assembleia da Organização Regional de Setúbal, para 18 de Fevereiro de 1995, certa de uma vez mais ir a afirmar-se como um ponto alto da vida do Partido no distrito de Setúbal».

Viabilização da TLC é vitória dos trabalhadores

Depois de meses de angústia e incerteza quanto ao futuro da Têxtil Lopes da Costa, foi dado, na passada semana, um importante passo ao ser aceite pela assembleia de credores o plano de viabilização para esta empresa.

«É uma primeira e importante vitória dos trabalhadores conseguida com a sua luta e unidade, com a confiança que sempre depositaram nas potencialidades da empresa» afirma em comunicado a Comissão Concelhia de Gouveia do PCP, que recorda:

«Durante mais de um ano as acções levadas a cabo pelos trabalhadores e pelas suas estruturas sindicais, desde o corte de estrada até à manifestação na Guarda, e, ultimamente, com a marcha a pé da fábrica até Gouveia, foram determinantes para sensibilizar a opinião pública e o poder político e demonstrar aos credores e sócios maioritários que os trabalhadores não aceitariam nenhuma solução que não passasse pela recupera-

ção e viabilização da empresa com a manutenção dos postos de trabalho.

«Esta exigência foi conseguida. Daí a saudação da Comissão Concelhia de Gouveia do PCP aos operários e empregados da têxtil e o apelo para que continuem atentos e mobilizados para que o plano de viabilização seja executado sem desvios.

«Neste processo ganharam também o concelho de Gouveia, a população e todos os que estiveram, sincera e empenhadamente, solidários com este processo. Se o encerramento se tivesse consumado, seriam dramáticas as consequências sociais e económicas para o concelho e o desenvolvimento necessário estaria irremediavelmente comprometido.

«Fica o exemplo de como a firmeza, a coragem e a organização podem vencer os maiores obstáculos. Que a postura dos trabalhadores da TLC frutifique para bem do concelho e de quem nele trabalha.»

DORBA inaugura novo Centro de Trabalho em Mirandela

A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP (DORBA) esteve reunida no passado dia 15 do corrente para analisar a situação política e social do distrito e programar uma conjunto de iniciativas para os próximos meses, onde se destaca a inauguração, em Outubro, das novas instalações do centro de trabalho em Mirandela, e a realização, em Dezembro, da 2ª Assembleia da Organização.

Em comunicado, a DORBA considera que «o Governo continua sem tomar medidas que o Nordeste urgentemente precisa, com vista a contrariar a desertificação, sobretudo humana; e apostar decisivamente no desenvolvimento. O 2º Quadro Comunitário de Apoio e a aplicação das suas verbas são disso prova e demonstra mais uma vez a política vergonhosa de discriminação que este Governo tem em relação ao interior do País».

A DORBA fez ainda o balanço da gestão autárquica do PS no

distrito, onde este partido ganhou, nas últimas eleições, a maioria em dez das 12 câmaras, salientando que, apesar das «grandes expectativas» criadas, «os nove meses de gestão socialista começam a defraudar os que esperavam o início de uma nova fase a nível do poder local».

«Os autarcas do PS em pouco diferem nos métodos e estilo de gestão dos anteriores e, tal como os autarcas do PSD, continuam sem propostas globais e perspectivadoras

de progresso e desenvolvimento: veja-se a elaboração dos planos directores municipais, instrumentos fundamentais para o ordenamento do território concelhio e coordenadores do seu desenvolvimento. Os PDM's ou estão atrasados ou foram aprovados à pressa (é o caso de alguns municípios da Terra Quente) e em qualquer dos casos a sua aprovação foi, ou tudo indica que vai ser, marcadamente técnico-burocrática, sem debate profundo e a participação efectiva das populações.

O escândalo do vinho

Os comunistas de Bragança condenam a decisão comunitária referente à adição de sacarose no vinho, considerando-a

como «um verdadeiro escândalo», que irá prejudicar ainda mais os vitivinicultores portugueses que já hoje enfrentam grandes dificuldades no escoamento da sua produção.

Analisando o conjunto de três recentes diplomas que tratam da utilização dos recursos hídricos, a DORBA sublinha que, em especial a nova Lei 46/94 de 22 de Fevereiro cuja revogação reclama, é «uma verdadeira lei-roubo dos direitos tantas vezes ancestrais dos titulares ou usufrutuários de águas privadas, superficiais e subterrâneas, já exploradas ou a explorar, para consumo agrícola e humano, através de poços, minas, furos, nascentes, levadas, represas, lagoas, etc.».

Ainda na área agrícola, a reunião da DORBA manifestou preocupação com a quantidade de incêndios registados, este ano, por todo o distrito. Os comunistas acusam o Governo de «não tomar medidas de prevenção que evitem este flagelo e o balanço é infelizmente de hectares ardidos de floresta e paisagem».

Balanço positivo

«Bastante positiva» foi a participação desta Organização regional na Festa do «Avante!», onde participou com a cozinha regional, os vinhos, o artesanato e apresentou uma exposição sobre a actividade do PCP no distrito, apontando algumas propostas para o desenvolvimento do Nordeste Transmontano.

A DORBA decidiu ainda marcar para o próximo mês de Outubro a inauguração de novas instalações do Centro de Trabalho do PCP em Mirandela, e para Dezembro na cidade de Bragança, a realização da 2ª Assembleia da Organização Regional. Os comunistas do distrito estão empenhados em dinamizar as estruturas locais e concelhias do Partido com vista ao seu reforço e alargamento.

DORBraga denuncia perseguições do patronato

Reunida no passado sábado, a Direcção da Organização Regional de Braga apreciou a situação política e social e definiu as principais linhas da actividade partidária nos próximos meses.

Para além da análise dos aspectos fundamentais da actualidade nacional, a DORBraga debruçou-se sobre o quotidiano da vida dos trabalhadores do distrito concluindo que continuam a fazer-se sentir «a perseguição e arbitrariedades do patronato, que animado pela ofensiva, exemplo e apoio do Governo, quer ir cada vez mais longe contra os direitos dos trabalhadores: continuam os despedimentos colectivos, o encerramento de empresas, a fuga ao fisco ou o atraso no pagamento de salários e subsídios de férias».

Esta estrutura regional do PCP constata o agravamento da situação económica e social em todo o distrito - citando em particular os exemplos das empresas Onça, Barnabel, Alves & Vieira, Costa e Borges.

Também a abertura do ano lectivo no distrito mereceu a atenção dos comunistas que assinalam a existência de «escolas com excesso de alunos, com falta de funcionários, o que afecta o funcionamento dos serviços administrativos, cantinas, a segurança nas escolas, etc. Milhares de professores sem colocação e edifícios degradados» completam o quadro. No superior, a DORBraga salienta que «dezenas de milhar de estudantes com o 12º ano são impedidos de entrar nas universidades públicas».

No plano da organização e actividades partidárias, a DORBraga decidiu marcar para o próximo dia 8 de Outubro uma reunião de quadros para a discussão das grandes tarefas; prosseguir os trabalhos de dinamização das Organizações locais, socioprofissionais e células de empresa e agendar até ao final do ano as assembleias de organização ainda não realizadas.

Até fim do mês de Novembro, decorrerão reuniões e debates sobre o reforço da organização nos locais de trabalho, células de empresa e organismos socioprofissionais, no decorrer dos quais serão eleitos os delegados para a Conferência Nacional do Partido. De referir, por último, que a DORBraga confirmou a data de 29 de Janeiro para realizar a 3ª Assembleia da Organização Regional.

Guarda

Também reunida no passado sábado, a Direcção Regional da Guarda analisou vários problemas sociais e políticos do distrito, tendo manifestado a sua enérgica condenação das «medidas do Ministério da Educação sobre o Sindicato dos Professores da região Centro/FENPROF, onde impõe uma drástica diminuição do número de dirigentes a tempo inteiro».

Para a DORG, trata-se de uma «tentativa para limitar a capacidade de luta de classe», que não é, no entanto, aplicada ao SPZC-FNE/UGT que «embora sendo menos representativo ficou com o triplo de destacamentos».

Os comunistas de Braga denunciam ainda a «grave interferência do PSD na Rádio Alitude, visando tutelar esta estação à imagem e semelhança do Governo», atitude que qualificam de «grosseira violação da autonomia» dos órgãos de comunicação.

PCP lamenta morte de militares da GNR

A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP lamenta a morte de dois soldados da GNR (BT) e as circunstâncias tão graves e trágicas em que perderam a vida, considerando este acto merecedor do mais vivo repúdio.

A DORBA repudia também a falta de princípios e a insensibilidade humana demonstradas pela Comissão Política Distrital do PSD, cujo presidente é o governador civil do Distrito de Bragança que, de uma forma despropositada e sem o mínimo respeito pelos mortos e

seus familiares, pretende ligar tão hediondo crime «à acção dos meios de comunicação social». Tal atitude faz lembrar outros tempos e revela bem o carácter oportunista e desumano de quem não olha a meios para atingir fins.

A posição tomada pela Distrital do PSD não prestigia a acção dos militares da GNR nem a própria Corporação.

O PCP manifesta a sua solidariedade e consternação para com as famílias enlutadas, aguarda e deseja que, o mais rápido possível, se esclareça tão bárbaro crime.

Portucel entrega secção de sacos

A privatização da secção de Sacos da Portucel/Cacia é mais um exemplo da destruição do Sector Empresarial do Estado que, para além de visar «a reconstituição dos grandes grupos económicos, pretende precarizar o trabalho, retirar direitos aos trabalhadores, aumentar a exploração e o lucro desmesurado do grande patronato, despedir os trabalhadores mais activos na luta e destruir as organizações representativas dos trabalhadores», denuncia uma nota do executivo da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP.

O texto insiste que nos despedimentos são «alvo prioritário do patronato» os activistas sindicais e das organizações dos trabalhadores, que são vítimas de «repressão, de chantagem e até de actos pidescos como o de fotografar os que mais se destacam nas lutas».

O PCP manifesta-se solidário com a luta dos trabalhadores da Secção dos Sacos que visa «salvaguardar os direitos contratuais que têm com a Portucel e que a nova empresa privada não lhes quer garantir».

Os comunistas sublinham que a determinação é «fundamen-

tal», e que esta é uma luta de todos os trabalhadores da Portucel: «não há dúvida que a investida que se está a verificar na Secção dos Sacos é também um balão de ensaio para testar a resistência dos trabalhadores e das suas organizações de classe».

Delegações da DORAM e DORAA debatem autonomia

Delegações da DORAM e da DORAA estiveram reunidas no Funchal durante o último fim-de-semana para debaterem questões da autonomia a incluir no projecto de revisão constitucional do PCP.

As delegações aprovaram uma extenso documento a que voltaremos numa próxima edição do «Avante!».

A delegação açoriana que se deslocou à Madeira era constituída por José Decq Mota, coordenador regional do PCP, e pelo deputado regional Paulo Valadão. Encabeçou a delegação da DORAM, o camarada Leonel Nunes, coordenador regional. Dificuldades nas ligações aéreas não permitiram que Octávio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP, estivesse, como previsto, presente na reunião.

CAMARADAS FALECIDOS

Alfredo dos Santos

Faleceu, no passado dia 12 de Setembro, Alfredo Quesma dos Santos. Contava 71 anos, era reformado da CTM e estava organizado na Comissão de Freguesia de Almada.

Armindo Marques

Vítima de doença, faleceu, com 69 anos, Armindo Guerra Marques, operário químico da Sapec, organizado em Praias do Sado à Setúbal, onde foi activista na venda do nosso jornal, participando noutras iniciativas do Partido.

José Rodrigues

Faleceu, no passado dia 30 de Agosto, José Francisco Rodrigues, de 56 anos. Reformado da Lisnave, estava organizado em Sarielhos Pequenos, mantendo-se sempre muito ligado ao movimento associativo.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Lisboa com iniciativa inédita Câmara forma jovens para a educação ambiental

O Vereador do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, Rui Godinho, o presidente da Junta de Freguesia de S. João, Virgílio Lopes, e o provedor da Casa Pia de Lisboa, Luís Rebelo, assinaram na passada terça-feira, à hora do fecho da nossa edição, um protocolo de cooperação para a realização de um curso de monitores em Educação Ambiental, na área dos Espaços Verdes. O acto realizou-se nas instalações do Colégio Maria Pia.

Trata-se de um projecto-piloto, de ocupação de tempos livres, que visa formar 40 jovens, dos 14 aos 19 anos, para o desenvolvimento de acções de sensibilização junto dos utentes dos espaços verdes, com vista à sua correcta utilização, preservação e de dinamização desses espaços.

O curso, com a duração de 166 horas, abrange áreas de formação como a Ecologia, Biologia, Diagnóstico de problemas ambientais-vs-legislação, técnicas de observação da natureza, técnicas de comunicação e dinamização de espaços verdes.

O início desta acção de formação está previsto para o mês de Novembro e as inscrições podem ser feitas a partir de 26 de Setembro, em todas as Juntas de Freguesia de Lisboa.

Esta iniciativa representa um aprofundamento da colaboração entre a edilidade e outras instituições, no desenvolvimento de acções de Sensibilização e Educação Ambientais que captem a adesão e empenhamento de todos os cidadãos na melhoria da qualidade ambiental da cidade.



Concelho de Loures Iniciativa URBAN revitaliza Odivelas

As verbas da iniciativa URBAN atribuídas ao concelho de Loures, no montante de 630 mil contos, vão ser integralmente investidas na requalificação e revitalização da área urbana de Odivelas, abrangendo as freguesias de Odivelas, Olival Basto, Póvoa de Santo Adrião, Ramada, Santo António dos Cavaleiros e Caneças, contínuo urbano onde vivem mais de 130 mil pessoas.

Este investimento, disponível a partir de 1995, será canalizado para a concretização de projectos municipais nas áreas de infra-estruturas viárias, urbanismo, espaços verdes e ambiente e em iniciativas de desenvolvimento económico, social e cultural, projectos que o Município de Loures tinha em carteira, mas que ainda não tinham sido contemplados por falta de recursos financeiros. A listagem dos projectos a realizar foi apresentada ao Governo já no passado dia 16, para que possa ser enviada para Bruxelas em Outubro.

A decisão de escolher a área urbana de Odivelas coube ao presidente da autarquia, Demétrio Alves, que já há algum tempo vinha sensibilizando a Administração Central para a necessidade de disponibilizar ajudas financeiras para a revitalização urbana das áreas periféricas de Lisboa. Esta revitalização está em parte assegurada na zona oriental de Loures, com a realização da Expo-98, a despoluição do Trancão e a concretização de importantes investimentos viários como a nova ponte sobre o Tejo e a CRIL, surgindo agora a oportunidade de beneficiar a zona urbana de Odivelas.

Câmara de Lisboa Pelouro da Educação apresenta Programa

À hora do fecho da nossa edição, o Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, da responsabilidade do vereador António Abreu, apresenta publicamente o seu Programa de Acção de 1994/95 perante duas centenas de professores e delegados escolares de todos os graus de ensino (excepto o Superior), numa sessão em que estavam presentes, também, representantes de associações de pais, de sindicatos e outras indivi-

dualidades ligadas ao meio escolar.

É a primeira vez que o Programa de Acção do Pelouro da Educação é apresentado publicamente.

A sessão de apresentação prevê intervenções do Vereador e da equipa de assessores sobre os pontos essenciais da actividade, seguindo-se um debate com os professores presentes, durante o qual se espera possam ser discutidas questões prementes da realidade escolar da Cidade.

CDU exige transparência ao executivo PSD da Maia

Na última reunião da Assembleia Municipal, a CDU solicitou ao presidente da Câmara da Maia uma exposição pormenorizada sobre a situação financeira da autarquia, de molde a esclarecer preocupações e especulações que têm surgido ultimamente.

Tais preocupações «fundamentam-se no facto de a Câmara da Maia ter decidido há pouco contrair um empréstimo obrigacionista no valor de um milhão e quinhentos mil contos, acumulando com outros ainda em curso no valor de um milhão de contos», explica a CDU, acrescentando que «na mesma reunião de Assembleia Municipal», o presidente da Câmara da Maia «não fundamentou devidamente os seus objectivos, não demonstrou que estão a ser respeitados os limites legais do endividamento da Autarquia e ludibriou mesmo a decisão da Assembleia Municipal», acusa a CDU, que prossegue:

«De facto, se na Assembleia Municipal anterior informou que o empréstimo se destinava a captar investimentos no quadro da União Europeia, acabou por afectar o valor do empréstimo a obras que já constavam do plano de actividades aprovado no início do ano, bem como a um empréstimo aos SMAS. Ao anterior quadro cor-de-rosa do município traçado pelo presidente maiato, sucede-se agora a corrida acelerada ao endividamento, em condições que não primam pela transparência.»

A CDU da Maia chama ainda a atenção da opinião pública «para o facto deste endividamento ir servir os interesses eleitorais do PSD no próximo ano, a exemplo da chamada «Operação asfalto» nas autárquicas, comprometendo assim gestões futuras, que terão de pagar a factura da megalomania do presidente maiato».

Barreiro A Cidade e a Música

Continua, até ao final do mês de Outubro no concelho do Barreiro, a iniciativa denominada «A Cidade e a Música». Esta acção, organizada pela Câmara Municipal do Barreiro em colaboração com a Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, S.D.U.B. «Os Franceses» e que conta com o apoio da organização de Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura, é composta por uma série de concertos que têm tido lugar em diversos locais do concelho.

São os seguintes, os espectáculos ainda previstos até ao final do mês:

DIA 22 DE OUTUBRO

Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, 17.30 horas - Orquestra Sinfónica Portuguesa.

S.D.U.B. «Os Franceses», 21.30 horas - Coral Púbia Hortênsia.

DIA 23 DE OUTUBRO

Igreja de Nossa Senhora da Graça, 21.30 horas - Ars Musicae.

DIA 29 DE OUTUBRO

Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, 21.30 horas - Entrega das Bolsas de Estudo Fernando Lopes-Graça; Camerata Juvenil do Barreiro.

DIA 30 DE OUTUBRO

Auditório da Biblioteca do Barreiro, 17.30 - Banda Municipal do Barreiro.

Com fundos da CE Moita melhora zonas periféricas

A Câmara Municipal da Moita vai formalizar, através da Junta Metropolitana de Lisboa, novas candidaturas ao Quadro Comunitário de Apoio II (Sub-Programa A). O conjunto de projectos foi aprovado na última reunião do executivo municipal e avalia-se em cerca de 8 milhões de contos.

As candidaturas dizem respeito à infra-estruturação das zonas periféricas, saneamento e abastecimento de água, devendo as obras ser concretizadas no horizonte temporal de 1994-1999.

Discussão começou na Comunidade CNA e Casa do Douro querem que Governo rejeite OCM do vinho

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Casa do Douro pretendem que o Governo rejeite a proposta da Comunidade Europeia com vista à reforma da OCM Vitivinícola, por ser lesiva para Portugal e Sul da Europa. Num encontro com os jornalistas, quarta-feira, elementos da CNA e da Casa do Douro consideraram "urgente a intervenção imediata" do Governo português perante a União Europeia, e que "mesmo usando o seu direito de veto", não aceite a proposta da Comissão para reforma da Organização Comum do Mercado (OCM) Vitivinícola. Nos doze, a proposta começou a ser discutida segunda-feira, e a maioria dos Governos criticou a Comissão, nitidamente a apresentar uma reforma favorável aos alemães.

Responsáveis da CNA acusaram a Comissão Europeia de querer "desinvestir na vitivinicultura e aplicar reduções orçamentais no Feoga", para o sector. As propostas sobre a OCM do vinho prevêm, nomeadamente, importantes reduções da pro-

"Os produtores portugueses confrontam-se com custos elevadíssimos devido aos altos preços dos factores de produção", salienta a CNA num comunicado distribuído, registando "as dificuldades financeiras com que se debate o sector cooperati-

ram a controversa proposta da Comissão europeia que foi alvo de numerosas e duras críticas por parte da generalidade dos ministros da Agricultura dos Doze.

A forma como decorreu o debate ministerial sobre a futura organização comum do mercado (OCM) vitivinícola indica que provavelmente o processo de adopção das propostas do Executivo comunitário se vai arrastar por muitos meses.

Uma coisa chamada Colza

A CNA emitiu também um comunicado onde protesta contra o pedido de autorização sobre o qual o Conselho Agrícola da União Europeia terá de se pronunciar, de entrada no mercado de uma nova semente de colza, modificada geneticamente, para ser mais resistente aos herbicidas. No entender da CNA, a introdução dessa espécie "contribuirá, sem dúvida, para o aumento do uso dos pesticidas", com danos para o ambiente irreparáveis.

Por outro lado, "ninguém pode garantir que o géne modificado não se vá espalhar entre as outras espécies, conhecida que é a capacidade de cruzamento entre as brássicas. Assim, através de cruzamento com o nabo, o rabanete e a couve, o géne modificado poderá difundir-se no meio ambiente de uma forma incontrolada e com consequências imprevisíveis mas certamente nefastas" diz a nota da CNA que conclui: "os interesses das multinacionais e da agro-indústria não se podem sobrepor aos interesses da humanidade".

A colza encontra-se em quinto lugar na produção mundial de oleaginosas, sendo a China e a Índia os seus maiores produtores. Todavia, ao nível da produtividade, a Europa encontra-se em primeiro lugar.



Manuel Carvalho da Silva e José Carreira numa manifestação promovida pela ASPP em 1992: razões políticas parecem estar por detrás da tentativa de afastamento do dirigente sindical da PSP

Por criticar reestruturação Carreira afastado da PSP

O Conselho Superior de Justiça e Disciplina da PSP deu parecer favorável à aplicação da pena de aposantação compulsiva ao dirigente da Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP) José Carreira.

Para a ASPP, a decisão traduz "o carácter de profunda militarização de que está imbuída a instituição policial", pois foi tomada por um órgão colegial formado pelo próprio Comandante-Geral e sete conselheiros, dos quais apenas um é eleito pelos agentes policiais.

O processo disciplinar de José Carreira, que lhe foi instaurado por ter feito declarações públicas sobre a reestruturação da PSP, deverá ainda passar pelo Ministro da Administração Interna e pelo Supremo Tribunal Administrativo.

A CGTP-IN considera que a pena de aposantação compulsiva que foi aplicada pelo Conselho Superior de Justiça e Disciplina da PSP ao primeiro subchefe Carreira "é contrária ao que consagram a Constituição da República e as leis portuguesas, merecendo, por isso, o repúdio de todas as forças e organizações democráticas", declara a central sindical num comunicado à imprensa onde se mani-

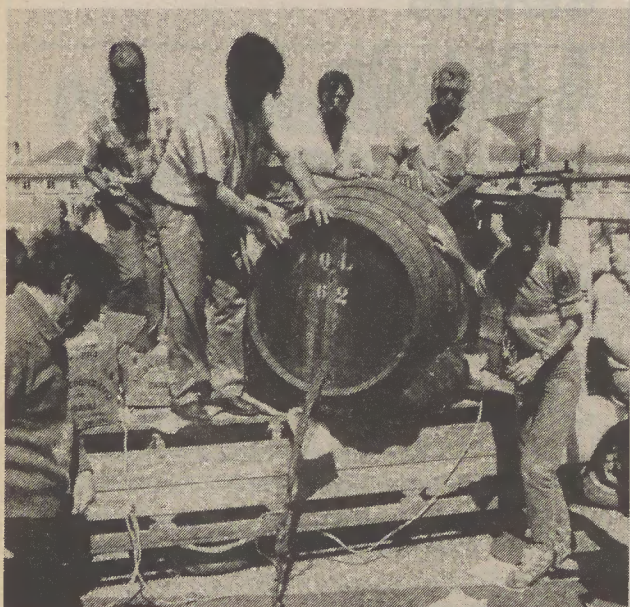
festa a solidariedade daquela estrutura com o sindicalista.

"O facto de um cidadão, em seu nome pessoal ou do colectivo de cidadãos que representa, tecer críticas a medidas e comportamentos por quem tutela a sua actividade profissional, não pode ser considerado crime", diz a CGTP.

Entretanto, também a associação espanhola de polícias (ANPU), protestou contra "a sistemática perseguição sindical" a que o Ministério da Administração Interna português "tem submetido os legítimos representantes" da Polícia de Segurança Pública.

Em comunicado enviado à agência Lusa, em Madrid, a associação sindical solidarizou-se com os representantes da Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP).

A ANPU apelou às forças políticas e sociais portuguesas no sentido de evitarem que situações como a que afecta o dirigente da ASPP, José Carreira, e outros companheiros que lutam pelas liberdades sindicais, não aconteçam "num Estado de direito, num país como Portugal, membro da União Europeia, onde impera a essência do sistema democrático".



Em 1992, a CNA fez uma acção espectacular no Terreiro do Paço contra a chamada "zurrapa espanhola". Parecem vir os tempos de a luta se dirigir contra a "zurrapa" alemã

dução de todos os Estados-membros e admitem a produção do chamado "vinho a martelo" em certos países, como a Alemanha.

A CNA considera que existem "alternativas para garantir condições favoráveis aos vitivinicultores", quer em Portugal quer no Sul da Europa em geral.

vo", e não deixando de referir "a invasão do mercado português por vinhos estrangeiros sem qualidade, perante a conviência do IVV (Instituto do Vinho e da Vinha)".

Entretanto os representantes portugueses integraram a maioria de Estados da UE que segunda-feira em Bruxelas contesta-

Mais de metade fora da Universidade

Dos 66 mil 464 candidatos este ano às 32 mil 289 vagas existentes no Ensino Superior, foram colocados 31 mil 891 alunos na primeira fase, segundo foi anunciado sexta-feira pelo Ministério da Educação. Significa isto que de fora ficaram mais de 52 por cento dos alunos que se candidataram nesta fase e desejavam frequentar o ensino superior público.

O resto das vagas destinam-se aos candidatos à segunda fase, existindo mais três mil vagas de acesso especial para militares, estudantes dos PALOP's e atletas de alta competição.

Nesta primeira fase de candidatura, 16 mil 112 alunos (50,5 por cento) foram colocados na primeira opção, 5 mil 320 (16,7) na segunda opção, três mil 566 (11,2) na terceira, dois mil 820 (8,8) na quarta, dois mil 226 (7,0) na quinta e mil 847 (5,0) na sexta.

Quanto às notas de acesso, verificou-se este ano "uma subida nos cursos de Letras por oposição a uma descida nas notas dos cursos de Ciências", o que certamente tem a ver com as modificações introduzidas no sistema de avaliação que permite o ingresso na Universidade.

Governo escolhe "candidatos" à recepção de lixos tóxicos

A Ministra do Ambiente anunciou segunda-feira a redução para quatro, dos locais onde poderão ser instalados os dois aterros que integram o sistema nacional de lixos tóxicos. Por vontade do Governo, o aterro para o Norte deverá ficar ou em Midões, concelho de Gondomar, ou Cardal, Vagos, enquanto o aterro Sul ficará ou em Vale Madeiros, Santiago do Cacém, ou Barrancão, Alcácer do Sal.

A escolha definitiva deverá ser feita até ao final do ano, disse Teresa Gouveia. Por anunciar ficou a selecção de locais para onde vai a componente mais problemática deste projecto: o local da incineradora de lixos tóxicos.

A lista anunciada afasta assim a possibilidade do aterro Sul ser instalado em Grândola, onde a forma vigorosa como a autarquia e população se vinham opondo a essa hipótese certamente foi decisiva para o seu

afastamento da lista inicial.

Recorde-se que Sines, Setúbal, Estarreja e Palmela são os quatro locais já anteriormente seleccionados pelo Ministério do Ambiente e Recursos Naturais para a possível instalação da incineradora de resíduos industriais tóxicos.

Também as autarquias e as populações de Alcácer do Sal e Santiago do Cacém recusam a instalação do aterro sanitário, e prometem encetar formas de luta - institucionais e outras - para impedir a concretização do projecto governamental. Dúvidas quanto aos alegados imperativos técnicos que seleccionaram os referidos locais e o facto de a instalação desses aterros violar as estratégias adoptadas nos Planos Directores Municipais ou planos de ordenamento do território, foram apontadas pelos autarcas em primeiras reacções a este anúncio. Por exemplo, no Alentejo a instala-

ção de um aterro deste tipo é incompatível com os planos de desenvolvimento turístico aprovados em diversas instâncias.

No norte, e apesar dos protestos já tornados públicos da população de Midões, só o presidente da Câmara de Gondomar, Valentim Loureiro, admitiu a hipótese de o aterro sanitário ficar ali instalado, "caso se prove que tecnicamente esse é o melhor local".

A ministra Teresa Gouveia recordou na conferência de imprensa de segunda-feira que o funcionamento do sistema vai ser fiscalizado tanto pela administração central como por representantes das autarquias, organizações ecologistas e população.

O Ministério do Ambiente e do Ministério da Indústria, revelou ainda Teresa Gouveia, estão ainda a preparar legislação que obriga os industriais a declararem os resíduos que produzem.

Protestos na Ponte 25 de Abril

Passar sem pagar ganha adeptos

Centenas de automobilistas passaram, na terça-feira, a ponte sem pagar, respondendo afirmativamente ao apelo lançado segunda-feira por um "Grupo de Utentes" com o aval da Associação de Utentes, que apelou ao não pagamento da portagem entre as oito e as nove horas desse dia. Num comunicado enviado à Agência Lusa, o grupo considerava "ilegítimas" as tarifas para atravessar o Tejo e os seus membros confessavam não estar interessados "em figurar no 'Guiness Book' como os únicos trabalhadores do Mundo que pagam portagem para ir trabalhar". No texto, o governo era acusado de "cegueira" perante a exigência "generalizada" de abolição das portagens, insistindo na "persistência ridícula numa prática de deturpação do significado real do protesto dos utentes". Nesse dia voltou a ser forte o "buziã", outra forma de protesto que se faz ouvir desde o início do mês.

A Associação de Utentes apelou, entretanto, na terça-feira para que os automobilistas se deslocassem ontem, pela segunda vez, a São Bento para protestarem junto à residência do primeiro-ministro.

Outro comunicado distribuído segunda-feira pela Associação de Utentes, diz que não pagar as portagens "não é

crime". Quanto muito será "uma simples infração ao código da estrada punível com multa máxima de três contos" no caso dos automóveis ligeiros.

Isto, no caso de o "Tribunal Constitucional não dar razão aos juristas que defendem que o pagamento da actual portagem não passa dum verdadeiro



Tal como no passado dia 8, os automobilistas voltam a São Bento

imposto ilegal", assinala o documento.

A Associação diz ainda que tem um numeroso grupo de juristas a estudar a questão e a assegurar apoio a "todos os que solicitem assistência e defesa jurídica gratuitas - no caso dos processos de transgressão serem encaminhados pela Junta Autónoma das Estradas (JAE) para o Tribunal de Almada".

«Brindes» são primeira vitória

A redução do número de automóveis e a reserva de uma faixa exclusiva para transportes públicos e camiões, tornaram no final da semana mais rápida a entrada na capital pela Ponte 25 de Abril, contrastando com o autêntico caos dos últimos dias.

"Brindados" com o reforço excepcional dos autocarros e dos barcos que ligam as duas margens do Tejo, muitos utentes da Ponte optaram nos últimos dias por deixar o automóvel em casa.

Desde quinta-feira, a GNR procede à interrupção da circulação junto das cabines de pagamento durante largos períodos para descongestionar o "garrafão" e controlar melhor os condutores que decidem protestar circulando a baixa velocidade.

Pouca adesão dos utentes parece ter tido o aumento do número de autocarros no percurso Almada-Lisboa, como opção ao uso dos carros particulares.

Estas alterações introduzidas pelo Governo levaram a Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril a reivindicar como uma "primeira vitória" a "melhoria da oferta dos transportes públicos", traduzida no aumento do número de autocarros e carreiras fluviais para atravessar o Tejo, dizendo esperar não se tratar de uma medida temporária.

PCP exige anulação de aumentos até abolição total das portagens

A exigência da anulação dos aumentos das portagens na Ponte 25 de Abril, "no quadro da urgente e necessária abolição" total das mesmas, foi decidida numa reunião realizada a semana passada na sede do PCP com a participação do secretário-geral do Partido, membros da Comissão Política, das Direcções Regionais de Lisboa e Setúbal, deputados da Assembleia da República, o presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, presidentes de Câmaras e outros autarcas do PCP.

Na nota distribuída à imprensa após essa reunião, o PCP assinala "a massiva e espontânea adesão e participação de dezenas de milhares de utentes" nos protestos na Ponte, dizendo ser essa "uma clara expressão do profundo descontentamento, da força da razão e da vontade de protestar e lutar pela satisfação das suas legítimas reivindicações".

"Autoritarismo!", "fraqueza moral" e "impotência política" são algumas das acusações feitas pelo Partido ao Governo de Cavaco Silva pela forma como tem feito recurso "à intolerância, à ostentação da força e à intimidação", bem como à tentativa de insistir na tese de actos isolados de pretensas minorias.

O PCP considera urgente e indispensável que o Governo receba a Associação de Utentes e requereu, com carácter de urgência, um encontro com o primeiro-ministro, ao abrigo do Estatuto da

Oposição, para discutir a matéria. Por outro lado será igualmente solicitada uma audiência ao Presidente da República.

DORSetúbal quer resolução global do problema dos transportes

Por outro lado, reunida no passado sábado, a DORSetúbal do PCP retoma em comunicado as críticas à actuação do Governo na matéria e, para além de exigir a anulação dos aumentos das portagens como passo para a sua futura abolição, considera que "os grandes problemas de transportes na Área Metropolitana de Lisboa (AML) têm que ser resolvidos na base de soluções globais, numa perspectiva de desenvolvimento integrado da região".

Para tal seria necessária uma política de "qualificação da Península de Setúbal e pela diminuição das dependências da Margem Sul em relação à cidade de Lisboa".

Tal significaria "um desenvolvimento polinucleado da AML, com várias centralidades no distrito de Setúbal, com a criação de novos postos de trabalho e a aproximação dos empregos dos locais de residência, assim como através da tomada de medidas nas áreas das acessibilidades e transportes".

pelo "quase permanente engarrafamento" da ponte, devido à cobrança da portagem, contabilizando apenas as horas de trabalho perdidas, "ultrapassam os 200 mil contos, isto é, cerca de 20 vezes mais do que o valor diário da cobrança na ponte.

Por outro lado, a Junta lembra que os impostos cobrados pelo Estado no sector automóvel foram em 1993 de cerca de 480 milhões de contos, "representando os custos de manutenção da ponte 0,1 por cento desta receita".

O Estado cobrou nesse mesmo ano dois milhões e 327 mil contos com a portagem, gastando cinco vezes menos com a manutenção da Ponte 25 de Abril.

"Estes dados são bem elucidativos da real possibilidade e justiça da solução do problema" apresentada pela Junta, diz o comunicado.

Reboque escondido com a identificação de fora...

Na tarde de 24 de Junho, data do primeiro "bloqueio" na Ponte 25 de Abril, chegava à Praça da Portagem o reboque M88 pertença do Exército.

Era o envolvimento das Forças Armadas (FAs) em questões de segurança interna, o que não deixou de suscitar dúvidas na instituição militar e de causar apreensão na opinião pública.

É que o recurso a meios militares em casos como o que se verificou na ponte é inconstitucional e contraria frontalmente as leis de Segurança Interna e de Defesa Nacional e Forças Armadas, designadamente no seu artº 24º, ponto 1, "a missão genérica das Forças Armadas consiste em assegurar a defesa militar..." e no nº 3 do mesmo artº quando diz poderem as FAs "...colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações...", o que não era e não é obviamente o caso.

Assim, ficam definitivamente esclarecidas (seria preciso?) as motivações cavaquistas para na proposta de lei 190/V - Lei de bases da organização das Forças Armadas - tentar criar um estado de excepção, sem cobertura institucional, que permitisse envolver as FAs em missões de segurança interna.

Apesar de derrotado nos seus propósitos de obter para as FAs possibilidades de intervenção e actuação em situações de foro interno como as que se verificaram na ponte, Cavaco Silva e seus pares têm perigosamente, através de artimanhas várias, procurado chegar a situações de facto que não têm acolhimento na Constituição e são contrárias à lei.

Ora desta vez o Governo borrou a pintura, isto é, borrou as portas da pesada viatura na tentativa desconsseguida de apagar completamente as iniciais de identificação - BST (Batalhão de Serviço de Transportes) e GML (Governo Militar de Lisboa), conforme se pode verificar através do "material" ainda em exposição na Praça da Portagem.

Para completar o embuste, foi mandada retirar também a matrícula militar e prender grosseiramente com arames uma matrícula da GNR para dar a ideia, de forma atabalhoada, que a viatura não é do Exército mas sim da GNR.

A partir daqui tudo é possível!

Por isso, não devemos estranhar que, perante acontecimentos idênticos aos que aconteceram na ponte 25 de Abril, o Governo procure mandar os militares da Brigada Aerotransportada disfarçados com os capacetes da GNR ou o Corpo de Fuzileiros com as bóinas da PSP.

A acontecer, resta-nos a esperança que algumas fraldas da camisa se soltem para ao menos se ficar a saber a que ramo das Forças Armadas pertencem...

A. Rodrigues

Junta Metropolitana de Lisboa exige suspensão das portagens

A Junta da Área Metropolitana de Lisboa aprovou segunda-feira uma moção em que exige a suspensão do pagamento da portagem da Ponte 25 de Abril até a sua abolição.

A moção, apresentada pela Presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília Sousa, defende a revogação do aumento da portagem.

Os autarcas signatários do documento, aprovado por maioria, vão pedir uma reunião urgente ao ministro dos Transportes, Ferreira do Amaral, para com ele discutirem a questão da portagem, assim como ao primeiro-ministro e Presidente da República.

A reunião da Junta Metropolitana, em que foram discutidos problemas relacionados com os acessos a Lisboa, particularmente a situação da Ponte 25 de Abril, durou mais de quatro horas e a resolução aprovada refere que os custos económicos causados

DOIS DIAS DE GREVE NOS CORREIOS

Com uma adesão de 60%, os trabalhadores dos CTT estiveram em greve na segunda e terça-feira, reivindicando salários justos, carreiras dignas e negociações sérias por parte da administração. No segundo dia, a adesão manteve-se na distribuição e subiu ligeiramente nas centrais.

A direcção do SNTC reuniu ontem para analisar a greve e os seus resultados, nomeadamente quanto ao pedido de reunião urgente com o conselho de administração dos CTT, que anteontem continuava sem resposta. Como referiu ao «Avante!» um dirigente do sindicato, se as posições do CA não se alterarem, a luta continuará, direccionada também para o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral.

SALÁRIOS EM ATRASO NA CONSTRUÇÃO

Cerca de 4 mil trabalhadores da construção civil, mármore e madeiras do distrito de Lisboa têm salários em atraso, denunciou o sindicato do sector. É saliente: «Se acrescentarmos as largas centenas de pessoas que se encontram a trabalhar em situação precária, ao dia ou à hora, por conta de falsos sub-empregados, que as grandes empresas recolhem, o número de trabalhadores com salários em atraso é bastante superior ao anunciado».

METALÚRGICOS PREPARAM LUTA

O Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal reuniu na passada semana para analisar a situação no sector e a situação geral no país. Foi apontada uma actualização salarial de 12,5% para as propostas reivindicativas a apresentar nas empresas e na contratação colectiva sectorial. Decidiu-se, ainda, dar prioridade às reivindicações e à luta pela redução do horário de trabalho, de forma a concretizar o horário máximo de 40 horas semanais em 1995.

MENOS CEM NA EZN

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, numa nota à imprensa, chama a atenção para o facto de o secretário de Estado da Agricultura ter homologado as listas de disponibilização de 118 funcionários da Estação Zootécnica Nacional, o que vai afectar gravemente o funcionamento da estação.

MAASTRICH E AS BURLAS

A situação de exploração dos portugueses que têm sido enganados para trabalhar na Alemanha deve-se ao Tratado de Maastrich e à política desastrosa do Governo português, concluiu o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção. Na mesma reunião decidiu-se realizar um encontro nacional de quadros na próxima quarta-feira, em Coimbra, para analisar a situação da contratação colectiva.

TORRALTA ADIADA

A Assembleia de Credores da Torralta foi adiada para 4 de Outubro, a pedido do Estado, o maior credor. Esta reunião decidirá a viabilização ou não da empresa turística e dela dependerá a estabilidade do emprego de 500 pessoas. Os trabalhadores da Torralta manifestaram-se na sexta-feira, em Grândola, contra este adiamento. A Câmara Municipal de Grândola enviou já uma carta ao ministro do Comércio e Turismo apelando para que os postos de trabalho sejam salvaguardados.

PORTUGAL TELECOM SEM ACORDO

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações denuncia, num comunicado, que a Portugal Telecom ainda não tem o Acordo de Empresa, após seis sessões de negociações entre a comissão negociadora sindical e a administração. Esta mantém as suas posições iniciais, que se traduzem fundamentalmente no congelamento de salários de todos os trabalhadores e na retirada de praticamente todos os direitos e regalias constantes em cada um dos AEs nas empresas antes da fusão (TLP, Telecom e TDP).

NORMALIDADE CONTESTADA EM BOLIQUÊME

Uma delegação do Sindicato dos Professores da Zona Sul entregou sexta-feira uma exposição à ministra da Educação em que contesta a «normalidade» na abertura do ano lectivo. O documento, refere a agência Lusa, foi entregue a Manuela Ferreira Leite à saída da escola de Boliquême, que acabava de ser inaugurada pelo primeiro-ministro, e perante o grito de «queremos trabalhar!» de trabalhadores não docentes despedidos recentemente das escolas. Na exposição, o Sindicato afirma que se mantém «a generalidade dos problemas estruturais que afectam o sistema educativo» e que se verifica a «sobrelotação de escolas e de turmas e a carência de pessoal não docente, agravada por um despedimento colectivo incompreensível». Protesta também contra a «insuficiência de material didáctico, a inexistência de instalações adequadas à implementação de uma reforma do sistema educativo» e ainda da «insatisfação e desmotivação dos professores em resultado de normativos relacionados com o Estatuto da Carreira Docente».

Envolvendo 340 mil trabalhadores Arranca revisão dos contratos nos têxteis, vestuário e calçado

Até 8 de Outubro está em curso uma campanha de informação e discussão promovida pela federação sindical do sector

Aumentos salariais de 10 a 14 por cento, a generalização do horário máximo de 40 horas semanais e a melhoria dos direitos e, em geral, das condições de trabalho são as grandes exigências da Direcção Nacional da Federação dos Têxteis, Vestuário e Calçado para a revisão da contratação colectiva.

As propostas globais e para os diversos sub-sectores foram apresentadas à comunicação social na passada sexta-feira, no Porto. Agora, a Fesete e os sindicatos filiados pretendem promover uma «forte discussão com os trabalhadores» do têxtil, dos lanifícios, das malhas e do vestuário, de forma a que as propostas sejam entregues às respectivas associações patronais em meados de Outubro. No calçado e na cordoaria e chapelaria as negociações entre sindicatos e patrões já se iniciaram. No total, refere a Fesete no documento que distribuiu aos jornalistas, a revisão da contratação no sector abrange 340 mil trabalhadores.

Justo e realista

Um aumento salarial mínimo de 10 por cento, afirma a federação, «justifica-se e é compatível com a evolução do sector», se se tiver em conta a inflação

verificada (5,9 por cento em Agosto de 1994), os ganhos de produtividade esperados (na ordem dos 4 por cento) e a situação da generalidade das empresas.

A Fesete cita as estatísticas divulgadas pelo INE, sublinhando que «em apenas 4 meses, as exportações de têxteis, vestuário e calçado em 1994 já representaram quase metade do total que se declarou como vendido, no ano anterior, à Comunidade», o que leva a prever que o valor no final do ano «venha a ultrapassar largamente o de 1993». «Os pró-

prios representantes dos industriais são unânimes em estimar uma recuperação nas vendas superior a 30 por cento», realça a federação.

Quanto à produtividade, um estudo da Fesete (a partir de dados do INE e dos quadros de pessoal do MESS) veio mostrar que a produtividade em valor por trabalhador (Valor Bruto de Produção por Operário) aumentou 4,5 por cento entre o primeiro quadrimestre deste ano e o período homólogo de 1993.

Entretanto, os trabalhadores do sector têm visto o seu poder

de compra reduzido ao longo dos anos. Tomando como ponto de partida o ano de 1976, a Fesete afirma que, nos 19 anos decorridos, é de cerca de 29 pontos a diferença entre os salários em vigor e aqueles que deveriam aplicar-se, apenas tendo em conta as taxas oficiais de inflação.

A federação chama a atenção para o facto de os trabalhadores portugueses dos Têxteis, Vestuário e Calçado serem os que, na Europa comunitária, têm mais horas de trabalho, enquanto recebem salários que variam entre metade e a sexta parte dos que se praticam nos outros países da Comunidade.

Administração Pública protesta hoje em Lisboa

Dirigentes e activistas sindicais da Administração Pública concentram-se hoje de manhã junto à secretaria de Estado do Orçamento, no Terreiro do Paço, exigindo uma resposta do Governo às reivindicações apresentadas em Julho pela comissão negociadora sindical.

Os sindicatos reclamaram então, recorda uma nota do STAL, a actualização do salário mínimo dos trabalhadores do Estado para um valor não inferior ao salário mínimo nacional. Exigem ainda que o primeiro-ministro respeite a afirmação que fez, antes das eleições para o Parlamento Europeu, de que o Governo procederia a aumentos salariais intercalares caso houvesse retoma económica. As

reivindicações da CNS contemplavam também a defesa do emprego, a qualidade dos serviços públicos, as carreiras profissionais, a higiene, saúde e segurança no trabalho, entre outras áreas.

Sem dar qualquer resposta aos sindicatos, o Governo procura agora «discutir as questões dos trabalhadores da Administração Pública no Conselho de Concertação Social, fugindo ao verdadeiro espaço de negociação», protesta o STAL, para quem «outra solução não resta aos trabalhadores que não seja, de imediato, percorrer o caminho da luta».

Na primeira quinzena de Outubro terá lugar uma concentração-manifestação nacional, anunciou o sindicato.

CGTP contacta partidos

Carlos Carvalhas recebeu anteontem à tarde uma delegação da CGTP-IN, dirigida por Manuel Carvalho da Silva e que incluía ainda João Paulo, Emídio Ribeiro, Manuel Lopes e Jerónimo Rodrigues, membros da Comissão Executiva da central. A delegação do PCP integrava, além do secretário-geral, Agostinho Lopes (da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central), Jerónimo de Sousa (da Comissão Política) e Henrique Sousa (do Secretariado).

No final da reunião, o coordenador da CGTP disse aos jornalistas que a delegação expôs as preocupações da central face à situação económica e social.

«Recusamos as propostas e exigências do Governo e do patronato apresentadas na Concertação Social e estamos empenhados, com fundamentos e com o apoio dos trabalhadores, em esgrimir reivindicações na base de uma ideia: é possível viver melhor neste País» disse Carvalho da Silva, adiantando que «vamos trabalhar fortemente para que a confiança nesta postura seja cada vez maior». «Pensamos também que, do ponto de vista político, é importante que essa nota de confiança seja trabalhada por todos», realçou.

Foi ainda expressa a posição da CGTP quanto ao processo de revisão constitucional iniciado pela direcção do PS, que é «inoportuno e perigoso». Para o coordenador da Inter, «há um ataque claro das forças que têm a maioria na AR, em particular do PSD, e há que tirar ilações disto. Registamos que, da parte do PCP, com a apresentação hoje de um projecto, há a preocupação de combater essa inoportunidade e essa perigosidade, designadamente valorizando um conjunto de direitos e o aperfeiçoamento da Constituição».

Carlos Carvalhas acusou o Governo de, encontrando-se no fim de mandato e não sendo capaz de resolver os problemas actuais do País, lançar «a manobra da Concertação para dar cobertura à sua política anti-social».

Nas propostas que apresentou aos parceiros, o Governo «dá cobertura às propostas da CIP e do grande capital: desregulamentação, diminuição dos salários reais, maiores facilidades para o despedimento e ainda cortes substanciais à Segurança Social», constatou o dirigente comunista, salientando que «é necessário que disto os trabalhadores tenham conhecimento e é necessário dar uma resposta a esta ofensiva». Para o secretário-geral do PCP, «a luta em defesa dos direitos e regalias e da melhoria do nível de vida dos trabalhadores está directamente ligada ao problema da revisão constitucional».

De manhã, o coordenador da CGTP chefiou também a delegação da central que se encontrou com António Guterres, secretário-geral do PS.

Ambos os encontros tiveram lugar por iniciativa da CGTP, que no final da semana passada reuniu o seu Conselho Nacional (ver pág. 13).



A delegação da CGTP foi recebida na Soelro Pereira Gomes pelo secretário-geral do PCP

Governo e patronato combinados na Concertação

Chantagem e falta de seriedade marcam negociação do «acordo»

Contra demagogias, delongas e falsas expectativas, o Conselho Nacional da CGTP-IN apela ao forte e imediato incremento da acção reivindicativa

O processo negociador para o «acordo económico e social até 1999» foi fortemente criticado pelo Conselho Nacional da CGTP. Na reunião de sexta-feira e sábado, a direcção da central analisou ainda outros aspectos da situação económica, social e política, e aprovou uma resolução sobre reestruturação e rejuvenescimento sindical.

O que decorre na Concertação Social é «uma discussão bilateral, em que de um lado está a parte sindical e, do outro lado, o Governo e o patronato, numa estratégia articulada e conjugada nos seus principais objectivos», denuncia-se na resolução político-sindical aprovada pelo Conselho Nacional e divulgada sábado à tarde aos jornalistas. Esta situação foi confirmada pelo conteúdo do documento/proposta que o Governo entregou aos parceiros sociais no dia 5 de Setembro e que «não é uma proposta séria de negociação», uma vez que «dá acolhimento às principais pretensões do patronato, e é cego e surdo relativamente às reivindicações e propostas apresentadas pela CGTP-IN» - afirma-se na resolução.

Sublinhando que o Governo «não diz uma palavra sobre a aplicação dos compromissos assumidos» relativamente a matérias de interesse dos trabalhadores, a Intersindical Nacional protesta porque «o Governo e o patronato constatarem que a precariedade e o não cumprimento das leis do trabalho constituem um grave elemento de concorrência desleal, mas, contraditoriamente, o que propõem como solução é transformar essa ilegalidade em lei».

Denunciando as ameaças que pairam sobre os direitos dos trabalhadores, a CGTP afirma que «está em curso uma manobra de chantagem, no sentido em que a política de redimentos é subordinada às restantes matérias» e «é por isso que o Governo recusa a discussão deste assunto».

A *Inter* acusa o executivo *laranja* de ter passado a semana a «secundarizar as reuniões tripartidas no Conselho Económico e Social», atitude que a central interpreta como uma tentativa de «à

margem do CES, conseguir compromissos encapotados para depois os celebrar em cerimónias formalizadas».

É «com grande preocupação» que a CGTP encara as afirmações de dirigentes da UGT admitindo alterações à legislação laboral, desde que não seja posto em causa o *equilíbrio existente*. «O que hoje se passa em termos de legislação laboral é um forte desequilíbrio no plano do exercício dos direitos», recorda a *Inter*. O documento saído da reunião de dias 16 e 17 alerta ainda para «a gravidade de se admitir a criação de mecanismos administrativos no plano da contratação colectiva, que poderiam fazer prevalecer posições de organizações sindicais sem representatividade, subvertendo a liberdade de negociação colectiva e a vontade dos trabalhadores».

Enquanto mantém «total empenhamento no processo em curso na Concertação Social», a CGTP afirma que «os problemas sociolaborais com que os trabalhadores se defrontam não se compadecem com demagogias e delongas que só podem suscitar falsas expectativas». «A resposta para os actuais problemas laborais exige um forte e imediato incremento da acção reivindicativa, tendo em vista, nomeadamente, a melhoria dos salários, o combate aos despedimentos e ao desemprego, a afirmação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, a defesa da Segurança Social e da Saúde».



A unidade e combatividade dos trabalhadores são determinantes para fazer face à ofensiva concertada do Governo e do patronato (foto de arquivo, do 1º de Maio deste ano no Porto)

Crise não é para todos

«Hoje, já nem as estatísticas oficiais, que o Governo tanto manipulou, conseguem ocultar a gravidade da situação do País e as consequências negativas da sua política. Até o Relatório do Banco de Portugal vem confirmar que, em 1993, o Produto Interno Bruto decresceu 1 por cento (pela primeira vez nos últimos 10 anos), que os salários reais dos trabalhadores diminuíram, tal como o rendimento disponível das famílias e o emprego.

Mas, ao mesmo tempo, o Relatório do Banco de Portugal também diz que a melhoria da produtividade e a quebra dos salários reais permitiram aumentar os lucros das empresas.

Ou seja, a crise, afinal, não tem sido para todos!

E, ao que parece, o Governo também quer o mesmo para uma eventual retoma económica: quer que esta beneficie o grande patronato e os detentores do capital, e que os trabalhadores continuem a ser sacrificados.»

O que eles querem

«Conhece-se um conjunto de matérias que estarão a ser *consensualizadas* entre o patronato e o Governo e que, a serem concretizadas, representariam recuos sociais inadmissíveis:

1. **Maior precariedade de emprego.** As propostas do patronato visam possibilitar o prolongamento dos contratos a termo certo, perpetuando assim a precariedade do emprego. Tal medida abria um precedente que seria explorado no futuro. É demagógico afirmar que se previnem despedimentos. Se estes trabalhadores são necessários, que se passem a efectivos, até por-

que grande parte desempenha funções de carácter permanente.

2. **Subversão dos direitos das trabalhadoras.** É conhecida a proposta da CIP, cujo objectivo é pôr em causa o direito ao trabalho das mulheres, dentro da linha ultraconservadora de que as mulheres devem ficar em casa a tratar dos filhos. É assim que se pretende incentivar o trabalho a tempo parcial após a licença de maternidade. Além disso, esta medida discriminatória e atentatória dos direitos das mulheres seria financiada pela Segurança Social, isto é, com o dinheiro dos trabalhadores.

3. **Limitação do direito a férias.** O patronato pretende condicionar o direito a férias à assiduidade dos trabalhadores. Esta intenção é tanto mais chocante, quanto se sabe que em Portugal a duração das férias é inferior a muitos países da CE que têm, por lei ou por negociação colectiva, mais de um mês de férias.

4. **Polivalência de funções.** O patronato quer impor maior polivalência, com o falso argumento de que os trabalhadores podem exercer outras funções para além das compreendidas na sua categoria profissional. A verdade é que a lei e as convenções em vigor regulam esta matéria. A intenção clara é a de os trabalhadores serem *pau para toda a obra*. Uma tal política teria custos elevadíssimos em termos de perda de qualificações, de que o País tanto necessita.

5. **Saída antecipada do mercado de trabalho.** Governo e patronato pretendem uma maior extensão de medidas e de práticas que estão a afastar cada vez mais cedo os trabalhadores do mercado de trabalho, o que contribuirá para aumentar a exclusão social e põe em causa a segurança social. É chocante o contraste entre, por um lado, a política de elevar a idade de reforma e, por outro lado, a incentivação da saída precoce dos empregos.

6. **Subversão de princípios fundamentais na segurança social.** Põem em causa o princípio da universalidade, através da selectividade das prestações familiares, sobretudo do abono de família. E pretendem que os contribuintes de mais altos rendimentos deixem de descontar para a segurança social a partir de um tecto especificado, o que seria uma medida iníqua (quem mais pode menos paga) e anti-solidária (os que mais podem deixam de ser solidários com os restantes).

7. **Ataque ao direito de contratação colectiva e à liberdade sindical.** Pretendem pôr em causa direitos fundamentais, com o objectivo de impor certas convenções colectivas que não são subscritas por organizações da CGTP-IN exactamente por conterem normas menos favoráveis que as da contratação em vigor.

8. **Livre direito de negociação colectiva.** A CGTP-IN reafirma que não abdica do direito de negociação colectiva e do respeito integral à autonomia e independência sindical e contratual. Por tal facto, opor-se-á a qualquer arbitragem obrigatória ou outra via administrativa que ponha em causa a livre negociação, a autonomia e a independência sindical e contratual e, ainda, que vise a liquidação de direitos contratualmente consagrados.

A CGTP-IN reafirma ainda que a arbitragem voluntária continua a ser uma forma legítima de resolução de conflitos. Recusará e combaterá qualquer via que condicione a liberdade negociadora, a autonomia e independência sindical e contratual.

9. **Redução da função social do Estado.** A CGTP-IN rejeita claramente o prosseguimento de uma política de reestruturação da Administração Pública assente em dogmas privatizadores ao serviço de interesses privados, redutores da função social do Estado e dos direitos dos traba-

lhadores, considerando indispensável promover a modernização e melhoria dos serviços públicos com vista a uma mais eficaz satisfação das necessidades colectivas.»

Por melhores salários

O Conselho Nacional da CGTP definiu os seguintes «critérios para as reivindicações salariais em 1995:

- a **evolução do custo de vida.** Em 1994, a inflação com habitação andarà próxima dos 6%. Em relação a 1995, a inflação prevista pelo Governo não é credível. O Governo fornece informações à CE e a organismos internacionais, como a OCDE, com valores mais realistas (entre 4,4 e 5,1%), mas para a Concertação Social usa valores mais baixos, com o objectivo de alinhar os salários pelos referenciais mais baixos;

- a **evolução da produtividade,** que poderá atingir os 2,5% em 1995. Os valores fornecidos pelo Governo à CE têm implícita uma produtividade de 3,2%;

- a **aproximação dos salários à média comunitária.** Os indicadores sobre o custo da mão-de-obra na indústria mostram que, entre 1988 e 1991, Portugal se afastou de praticamente todos os países cuja evolução é conhecida;

- a **consideração de perdas salariais ocorridas este ano.** Essas perdas devem ser quantificadas em cada sector. Refira-se que na Função Pública as perdas em 1994 são superiores a 5%, considerando-se o agravamento dos descontos para a segurança social, e que nas empresas públicas os salários reais diminuem mais de 3%».

(Excertos da Resolução Político-Sindical aprovada pelo Conselho Nacional da CGTP na reunião de 16 e 17 de Setembro)

Eleições na Alemanha

PDS sobe por todo o lado

Cinco semanas apenas antes das eleições para o Bundestag (a realizar a 16 de Outubro), as eleições na Saxónia e no Brandeburgo, os dois mais importantes Estados federados da Alemanha de leste, assumem hoje particular significado.

Em causa 5,5 milhões de eleitores no sul e na região em torno de Berlim - que explicitamente contribuíram para um substancial aumento de votos do Partido do Socialismo Democrático (PDS), apesar da campanha anticomunista que precedeu este acto eleitoral.

Na Saxónia (3,6 milhões de eleitores), o PDS registou um aumento de cerca de 6% em relação às eleições de 1990, obtendo 16,2% dos votos.

No Brandeburgo, o PDS regista igualmente um avanço, passando de 13,4%, nas anteriores eleições, para 18,9%.

Na opinião de Lothar Bisky, presidente nacional do PDS, cabeça de lista em Brandeburgo, os resultados obtidos pelos partidos vencedores - CDU (democratas-cristãos) na Saxónia e SPD (sociais-democratas) em Brandeburgo, são contraditórios, "tanto mais que, em Brandeburgo, a CDU regista resultados catastróficos, perdendo mais de 10%, e o SPD sofre um revés igualmente catastrófico na Saxónia". O que permite concluir que o "PDS é o único partido que sobe nos dois Estados", confirmando a tendência registada nos escrutínios de 94, em que a média de subida é da ordem dos 5%.

De referir ainda que a vitória dos sociais-democratas em

Brandeburgo traduz também a recusa do eleitorado em alinhar com a campanha desencadeada contra o cabeça de lista do SPD, atacado pelos contactos que no passado teria tido com a STASI (polícia secreta da RDA), como responsável pela igreja evangélica.

Inversamente, os maus resultados obtidos pelos Verdes na Saxónia podem estar ligados às posições assumidas pela sua direcção, disposta a aliar-se aos democratas-cristãos.

Aa campanhas eleitorais desenvolvidas pelo Partido do Socialismo Democrático baseiam-se nos problemas - muito reais - das populações da Alemanha de leste, em particular a questão do emprego.

Em Brandeburgo, dois terços dos empregos na indústria foram suprimidos. Quatro em cada cinco postos de trabalho na agricultura desapareceram. Mais de cem mil pessoas dependem da assistência social. Continua a aumentar o número de famílias que abandona os estados do leste.



O desemprego é hoje o problema mais sentido na Alemanha de leste

Na Saxónia, apenas 60% da população tem um emprego. Uma parte das pessoas passaram à situação de reforma antecipada e os outros estão no desemprego, constituindo as mulheres 70 por cento dos desempregados.

Actualmente, a luta do PDS já não é contra a desindustrialização - que é um facto - mas pela reindustrialização. De par da defesa de uma outra política económica, pelos direitos sociais e à habitação. E ainda pelo desenvolvimento da democracia.

A votação obtida pelo PDS nos dois principais estados da Alemanha oriental traduz uma

crescente rejeição da situação criada pelo brutal reestabelecimento do capitalismo, com o desemprego em massa, a insegurança e uma colonização de facto do país. E aposta noutras formas de desenvolvimento, em que o valor principal não seja o dinheiro.

Registam-se entretanto diferenças de opinião a leste e a ocidente da Alemanha.

Segundo um inquérito realizado em fins de Julho pelo Instituto de Allenbach, essas diferenças são significativas. Assim, à pergunta: "Quando ouve dizer: 'nós somos um povo', pensa que isto é verdade?", 47% dos

alemães do ocidente responderam sim (contra 54% em 1990), e as respostas negativas passaram de 33% para 44%. A leste, as respostas afirmativas passaram de 45% para 28%, e as negativas de 45% para 61%.

Interessante é também a opinião em relação ao PDS. Uma relativa maioria de alemães de leste (47%) considera que "não se pode atribuir ao PDS as faltas do SED (RDA) e em geral as que foram cometidas na RDA". 32% tem opinião contrária. A Ocidente, as respostas foram de sentido inverso: 53% assimilam o PDS ao SED e 20% rejeitam essa posição.

Irlanda

Processo de paz em "banho-maria"

O primeiro-ministro da República da Irlanda, Albert Reynolds, defendeu, estes dias, que o seu país e a Irlanda do Norte (Ulster) deveriam capitalizar os progressos entretanto registados no sentido de um acordo de paz, avançando para a formação de um mercado único irlandês.

Entretanto, o primeiro-ministro britânico, John Major, tem vindo a promover na prática medidas que conduzem a um certo protelamento do processo de paz, afirmando não estar disposto a aceitar que o actual cessar-fogo da IRA - que já se prolonga há duas semanas - signifique uma renúncia permanente à violência.

Na verdade, e apesar das resistências, os caminhos da paz estão abertos desde que, com a iniciativa conjunta de paz de Dezembro último, a Declaração de Downing Street, a Grã-Bretanha e a

Irlanda concordaram em iniciar os contactos com o Sinn Fein, desde que o IRA renunciasse formalmente à luta armada.

Neste Verão passaram 25 anos desde o dia em que o exército britânico entrou nas ruas de Derry, a segunda cidade da Irlanda do Norte, com a missão

declarada de "reestabelecer a paz" entre as comunidades católica e protestante.

O ministro do Interior da época (1969) declarou então que "os soldados serão retirados logo que tenha sido restabelecida a ordem pública. É uma operação limitada". Vinte cinco anos

depois, mantém-se a presença militar britânica. 3.000 pessoas foram mortas em "incidentes".

Seiscentos e quarenta e oito soldados foram mortos, na sua grande maioria pelo Exército Republicano Irlandês (IRA), na sua luta contra a ocupação do Ulster pela Grã-Bretanha. Mas a mai-

oria das vítimas foram os civis, tanto católicos como protestantes. Nos últimos dois anos, a maioria dos assassinatos foi obra dos grupos armados protestantes.

Na declaração de Downing Street de 15 de Dezembro último, subscrita pelos primeiros-ministros britânico e irlandês, a Grã-Bretanha reconheceu de facto não ter mais interesse político ou económico em manter a sua presença na Irlanda do Norte.

Assim, o direito do povo irlandês à autodeterminação passou a ser aceite em princípio, ainda que difícil de aplicar na prática.

Um processo de paz foi assim iniciado. Falando perante milhares de manifestantes em Belfast, em Agosto passado, Gerry Adams, presidente do Sinn Fein, ala política do movimento republicano, declarou-se confiante em que se venham a registar progressos "para um acordo negociado".

É verdade que o peso do passado continua a fazer-se sentir no presente. Mas em 1994 há sem dúvida bem mais razões de optimismo que em 1969.



O princípio do fim da ocupação militar da Irlanda do Norte

Haiti

Muitos haitianos exilados nos Estados Unidos estão descontentes com o acordo EUA/Haiti por o documento não obrigar o general Raoul Cedras a abandonar imediatamente o poder.

Entretanto, Henry Kissinger, ex-secretário de Estado norte-americano, comentou que o acordo EUA/Haiti satisfaz "os objectivos norte-americanos imediatos", mas não exclui o envolvimento das tropas dos Estados Unidos no Haiti".

Nuclear

O secretário-geral da ONU, Butros Ghali, apelou à adopção de medidas urgentes contra o contrabando de matérias radioactivas.

Em mensagem lida na abertura da 38.ª conferência anual da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), em Viena, Ghali instou os "governos a elaborar e a aplicar métodos eficazes para tornar inacessíveis no mercado negro internacional as matérias nucleares ilícitas".

O secretário-geral da ONU sublinhou que o Tratado de Não Proliferação Nuclear (Tnp), de 1970, constitui a pedra angular dos esforços internacionais para prevenir a dispersão de armas nucleares. Na sua mensagem, Ghali lamentou também a ausência de progressos com vista à conclusão de um tratado para o fim total dos ensaios nucleares.

O director-geral da AIEA, Hans Blix, propôs no seu discurso de abertura que a organização fique encarregada de controlar um eventual acordo nesse sentido.

Na conferência geral dos 121 países membros da AIEA deverão ser elaboradas várias recomendações tendo em vista uma acção específica imediata.

China

Mais de 194.000 chineses trabalham no estrangeiro ao abrigo de contratos de exportação de mão-de-obra firmados pelo governo de Pequim, indicam números do gabinete estatal de estatística.

Um despacho da agência noticiosa oficial "Xinhua" refere que até Julho de 1994 o governo chinês assinou 51.117 contratos de exportação de mão-de-obra com 164 países.

Bósnia

Oficiais do exército bósnio e das forças sérvio-bósnias acordaram em pôr termo a 24 horas de combates, aceitando a instalação de um posto de observação da ONU na colina a nordeste de Sarajevo disputada domingo pelos dois campos.

Dando conta deste primeiro sinal de apaziguamento entre os beligerantes, o tenente-coronel Tim Spicer, porta-voz da FORPRONU, indicou que os observadores internacionais tomarão posição "logo que possível" na colina conhecida por "Bico Aguçado", situada próximo da localidade de Grdonj, nos subúrbios de Sarajevo. Uma reunião convocada

Haiti

Acordo com perspectivas incertas

O acordo estabelecido entre o governo norte-americano e a junta militar haitiana - indicando como objectivo promover a paz e facilitar a liberdade e a democracia - deixa ao governo golpista de Raoul Cedras o espaço de quase um mês para ceder o poder ao presidente deposto Jean-Bertrand Aristide. Em 15 de Outubro, data prevista para a transferência de poderes, os golpistas deverão ter sido amnistiados pelo parlamento, com a garantia de não vir a ser condenados pelas sistemáticas violações dos direitos do homem que marcaram entretanto a vida do país. Segundo o presidente Bill Clinton, a intervenção norte-americana no Haiti será limitada "no tempo e nos objectivos". Um quadro marcado ainda por muitas incertezas. Os interesses em causa são sem dúvida muito diversos, e tão-pouco é garantido para já o cumprimento dos actuais acordos, tendo em conta a história anterior de violação de compromissos por parte dos militares golpistas.

Da parte dos Estados Unidos pesou, sem dúvida, o interesse de travar o fluxo de refugiados haitianos para a Flórida, para além de razões ligadas aos altos e baixos da popularidade do presidente. Ficou entretanto claro, quando dos preparativos de uma eventual invasão militar, que uma maioria de americanos não estava de acordo com tal opção. Segundo uma sondagem publicada pelo "Newsweek", 57% dos americanos estão contra uma participação do seu país numa operação militar no Haiti, enquanto 51% desejariam esperar por que as sanções económicas contra a junta militar provocassem os seus efeitos.

Entretanto, no Haiti, de par de dúvidas quanto ao conteúdo dos acordos, começam a surgir as primeiras manifestações pró-Aristide, num quadro em que o medo de represálias terá ainda um justificado peso. A

esperança do regresso à democracia e o afastamento do espectro da guerra, poderão entretanto criar uma dinâmica

a água potável ou aos mais elementares cuidados médicos. Dois terços da população dedica-se à agricultura, floresta e pescas, sendo que apenas um terço das terras do país são aráveis. Na verdade o país foi vítima de uma conflituosa história e opções políticas que o iriam transformar, de rico produtor de açúcar e café no único país latino-americano que figura entre os 25 mais pobres do mundo. Opções políticas que passaram pela aposta nos baixos salários, a proscrição de qualquer actividade sindical ou política e uma política liberal de impostos, favorável aos interesses do grande capital estrangeiro.

A eleição de Jean-Bertrand Aristide, partidário da Teologia da Libertação, nas primeiras eleições presidenciais livres e pacíficas realizadas no

Cerca de 60 mil haitianos fugiram já do país em embarcações precárias desde que o exército derrubou o Presidente eleito Jean Bertrand Aristide há perto de três anos.

As Nações Unidas calculam que pelo menos três mil pessoas tenham sido mortas por motivos políticos desde o derrube de Aristide. Milhares de apoiantes de Aristide encontram-se na clandestinidade, receando espancamentos ou mesmo a morte caso sejam descobertos pelas autoridades.

positiva, num país sujeito a sucessivas ditaduras, golpes militares e invasões de marines, e empurrada para a condição de um dos mais pobres do hemisfério ocidental.

Pelo menos 75% da população haitiana vive em condições de miséria absoluta, sem acesso

Haiti, surge como uma possibilidade privilegiada de democratizar e desenvolver o país, após décadas de ditadura e sucessivos golpes militares.

Entretanto, o novo presidente, eleito em 16 de Dezembro de 1990, viria a ser derrubado pelos militares num sangrento



Navio norte-americano de guerra ao largo do Haiti

golpe de Estado, em 30 de Setembro de 1991.

Segue-se um período profundamente dramático para o povo haitiano. À degradação da situação socioeconómica junta-se uma violenta repressão, que passa pela prática comum do assassinato.

Em Julho de 1993, Aristide e o chefe golpista Raul Cédras, assinam, sob a supervisão da ONU, um acordo que prevê o regresso de Aristide e a demissão de Cédras. Um acordo que nunca virá a ser respeitado pelos militares golpistas.

A profunda degradação da situação no país e o clima de terror, traduz-se numa crescente onda de refugiados, os "boat

people" haitianos, que se arriscam ao mar, mesmo num período em que o governo norte-americano tomou medidas para impedir a sua passagem e repatriava os fugitivos. Actuação que levantou protestos nos próprios Estados Unidos.

Em Outubro de 1993, tem início o embargo, autorizado pelas Nações Unidas, de armas, material militar e petróleo. Embargo que viria a ser posteriormente endurecido, com o reforço das sanções comerciais, que deverão entretanto ser levantadas.

O acordo agora assinado prevê - não pela primeira vez - o regresso de Aristide. Mas o futuro, mesmo imediato, é ainda uma incógnita.

para o efeito sob os auspícios da Força de protecção das Nações Unidas decorreu no aeroporto de Sarajevo, zona neutra controlada pelos "capacetes azuis" franceses. Participaram nos trabalhos oficiais bósnios e sérvios e representantes do comando local da FORPRONU. A ONU ameaçava com represálias aéreas tanto os sérvio-bósnios como as forças bósnias (maioritariamente muçulmanas) se prosseguissem os combates iniciados pelas forças governamentais. Fontes da FORPRONU precisaram que os muçulmanos atacaram domingo os sítios sérvio-bósnios de Sarajevo que, por sua vez lançaram a maior contra-ofensiva dos últimos seis meses contra a capital.

Irlanda

O líder do Sinn Fein, Gerry Adams, considerou "prematura e presunçosa" a proposta do primeiro-ministro britânico, John Major, de organizar um referendo na Irlanda do Norte.

Adams considera que não se pode falar num referendo como corolário de conversações de paz que nem sequer começaram, pelo que apelou ao governo britânico para iniciar imediatamente o diálogo com o Sinn Fein.

Genocídio

Sob o tema "O outro holocausto, o destino dos povos ciganos do leste europeu durante a segunda guerra mundial", começou, em Viena, uma conferência dedicada ao genocídio dos ciganos praticado no Terceiro Reich.

Segundo Karl Stojka, um dos ciganos que sobreviveu à perseguição nazi, 75 por cento dos ciganos que viviam na Áustria foram assassinados durante o regime nacional-socialista até 1945.

Cidades

As maiores cidades do mundo estão a crescer a um ritmo de um milhão de pessoas por semana, pelo que, dentro de uma década, terão mais de metade da população do planeta, indica um relatório do Banco Mundial.

O estudo acrescenta que, se a população urbana continuar a crescer 3,8 por cento ao ano, no virar do século 3,6 mil milhões habitarão centros urbanos, contra três mil milhões nas áreas rurais. Em 1990, a proporção era inversa: 1,4 mil milhões habitavam nas cidades, em comparação com os 2,7 mil milhões que viviam nas zonas rurais.

Pelo ano 2000, 391 cidades serão habitadas por mais de um milhão de pessoas, contra 288 em 1990. Destas, 26 serão megacidades, com mais de 10 milhões de residentes, e 13 delas localizar-se-ão na Ásia. Em Bombaim, por exemplo, cada ano que passa assiste a um aumento populacional de 500 mil pessoas, pelo que no virar do século esta cidade indiana terá 18 milhões de habitantes. Dentro de 20 anos, São Paulo, no Brasil, albergará 25 milhões de pessoas.

Suécia

Vitória dos sociais-democratas

Os sociais-democratas voltaram ao poder na Suécia, após quatro anos de governo conservador.

Com a vitória registada nas eleições de domingo passado, e a apresentação oficial da demissão do conservador Carl Bildt, Ingvar Carlsson começou a trabalhar na formação do próximo governo, que necessariamente terá que contar com o apoio das outras formações de esquerda - o Partido de Esquerda (comunistas, que contam com 6,1% dos votos e 22 lugares) e os ecologistas (5% dos votos e 18 lugares).

A vitória social-democrata, reflectindo a aposta popular no retorno ao "modelo sueco" de bem-estar social, não se traduziu entretanto numa maioria bem definida, dada a grande polarização do voto: 45% para os sociais-democratas e 41,1% para a coligação conservadora

As mulheres alcançaram 41 por cento dos lugares no parlamento sueco nas eleições legislativas de domingo, a maior representação parlamentar num país ocidental.

Na Suécia, país a atravessar uma época de recessão, as mulheres têm sido as principais vítimas do desemprego, especialmente em áreas públicas como hospitais e jardins de infância.

O governo de coligação conservador, afastado do poder pelos social-democratas após as eleições de domingo, pôs fim a benefícios como a garantia de pagamento aos pais que ficavam em casa durante o período de doença de seus filhos, o que afectou principalmente as mulheres.

Antes das eleições, 33 por cento dos legisladores suecos eram mulheres, facto que colocou a Suécia a par da Finlândia e da Noruega com 39 e 36 por cento de representação parlamentar feminina, respectivamente.

No entanto, as ilhas Seychelles, no oceano Índico, detêm ainda o recorde mundial com 46 por cento de mulheres no seu parlamento, segundo as estatísticas realizadas em 1993 pela União Interparlamentar.

(dos quais 22% para o Partido Conservador).

Entretanto, a esquerda dispõe, no novo Parlamento, de um total de 182 vozes (162 dos sociais-democratas, e 40 dos comunistas e ecologistas). A oposição conservadora conta com 147 lugares.

A Suécia vive neste momento uma situação de crise socioeconómica, em que o desemprego surge como um problema particularmente sensível. Existem actualmente cerca de 400 mil desempregados, o que corresponde a 8,8% da população. Percentagem que poderá subir até aos 14% se forem englobadas as pessoas que se encontram a frequentar - como solução alternativa - cursos de formação profissional.

O novo governo tem como metas - que constam do programa eleitoral dos sociais-democratas - vencer o desemprego, sanear as finanças, e repor as bases de bem-estar social do "modelo sueco".

Os sindicatos já começaram a avançar com propostas concretas, nomeadamente a abertura de negociações com a Confederação do patronato para a criação de 100 mil novos postos de trabalho.

Neste momento, a questão mais polémica é a adesão da Suécia à União Europeia, sobre a qual divergem os diferentes partidos da esquerda.

Segundo uma sondagem divulgada a semana passada, 37 por cento dos suecos estão contra a adesão e 36 por cento a favor. Há 27 por cento de indecisos.

O REGRESSO À ESCOLA Males de todo o Ano



Na educação, nada de novo.

Como é costume nesta época do ano, o responsável governamental pela pasta da Educação escolheu uma escola tida como modelo, convocou a comunicação social, inaugurou simbolicamente o ano escolar com garantias de que impera a paz e a concórdia no reino do ensino, minorou problemas vindos a lume, escamoteou desencantos e preocupações, prometeu expeditas soluções para casos gritantes e repetiu até à exaustão o slogan da *qualidade*, ultrapassada que estaria a questão da quantidade.

Como de costume, também o Primeiro-ministro fez a sua incursão no terreno com inaugurações conseguidas à custa de horas extraordinárias, a que não faltou sequer a historieta a puxar ao sentimento do sangue, suor e lágrimas que na infância custaram ao "homem do leme" os passos no caminho do conhecimento. Curioso, ninguém estranhou que o homem forçado em criança a percorrer de noite os quilómetros que o separavam da escola, tenha levado catorze anos - tantos quantos o Ministério da Educação está sob a sua alçada - a mandar construir uma onde ela fazia falta, enquanto continua a fechar os olhos às que se degradam ou continuam por edificar por esse país fora.

Tudo "normal", pois, como disse a ministra. É dessa "normalidade" que hoje damos conta, recordando aqui alguns dos casos mais significativos arrolados por organizações sindicais e dando a palavra a professores e especialistas sobre a abertura do novo ano escolar. A conclusão é óbvia: o regresso às escolas fez-se dentro da "normalidade"; anormal, mesmo, é o estado do Sistema Educativo em Portugal.

Abriu uma escola é fácil, o difícil é mantê-la a funcionar. Uma verdade elementar pelos vistos desconhecida pelo Governo, mas um dado há muito adquirido por professores, auxiliares de educação, pais e alunos. Num balanço efectuado pela Fenprof (Federação Nacional dos Professores), ao quadro optimista traçado pelo Ministério da Educação (ME) contrapõe-se uma realidade em que avultam problemas tão sérios como a falta de pessoal não docente, a sobrelotação de muitas escolas, o crescente custo dos manuais e materiais escolares, a extinção da medicina escolar, o constante recurso a medidas avulsas e improvisadas na tentativa de colmatar o fracasso da reforma educativa, a insatisfação dos professores cuja situação profissional está cada vez mais desvalorizada material e socialmente.

Não sendo nova, esta situação agravou-se este ano com a decisão governamental de proceder ao maior despedimento colectivo de sempre da Administração Pública. Em causa, como denunciou logo no início de Setembro a CGTP-IN, estão os empregos de **mais de seis mil trabalhadores não docentes**, com contratos a termo certo, desempenhando funções, na maioria dos casos, há mais de três anos. Teoricamente, a abertura de concursos para pôr fim aos contratos a prazo está correcta. Acontece, no entanto, que sob esta capa de legalidade o Ministério se propõe, de uma penada, matar dois coelhos: por um lado, livrar-se dos funcionários que **ilegalmente** manteve com contratos a prazo para além do permitido por lei (um ano, segundo o regime jurídico da Administração Pública - art. 20 do decreto-lei nº 427/89 e três anos consecutivos segundo a lei geral - art. 47 do decreto-lei nº 64-A/89); por outro lado, **dispensar** um elevado número de funcionários, dado que as vagas abertas são substancialmente inferiores ao número dos referidos contratos a termo certo.

Para além dos aspectos legais e sociais que não podem ser escamoteados, esta decisão implica, para a escolas, a dispensa de funcionários a suprir necessidades de carácter permanente, a redução

de pessoal já de si cronicamente insuficiente e, em muitos casos, a substituição de pessoal experiente (por exemplo, cozinheiros e auxiliares de cozinha) por outro inexperiente, com todas as consequências daí resultantes.

Como se tudo isto não bastasse, o ME decidiu ainda aumentar os esforços para silenciar as vozes incómodas cortando, de forma tão drástica quanto absurda, o número de dirigentes sindicais destacados a que, pela legislação em vigor, a Fenprof e os seus Sindicatos têm direito. Os objectivos desta medida, encapotados segundo aquela Federação sob uma "abusiva e capciosa interpretação da letra dos estatutos dos Sindicatos dos Professores", tornam-se claros quando se constata que ao Sindicato dos Professores da Região Centro são atribuídos seis dirigentes com dispensa de serviço e **vinte e um** ao Sindicato de Professores da Zona Centro! O mesmo sucedeu quanto aos Sindicatos da Fenprof da Região Norte, da Grande Lisboa, da Região Sul e da própria Federação. Esta discrepância e o tratamento privilegiado dado aos Sindicatos da FNE - cujas posições de sintonia com o Governo são por de mais conhecidas - não deixam margem para dúvidas: a arbitrariedade e a prepotência foram arvoradas em política governamental.

Acrescente-se a esta realidade as obras por concluir como sucede nas escolas de Colmeias e Stª Catarina da Serra, no distrito de Leiria; os Jardins de Infância que funcionam sem o mínimo de condições, como o de Tortosendo, instalado numa cave, ou o de Fermentelos, cuja casa de banho as crianças partilham (!) com uma discoteca; as escolas a funcionar em condições precárias, como a de Ladário (Sátão), em que uma das salas de aulas se situa num palco (!) do salão de festas de uma colectividade; as escolas ameaçadas de despejo, como a secundária do Fundão; ou as escolas de todo o país à espera das prometidas e nunca concretizadas obras, e temos um retrato aproximado da situação do novo ano escolar.

Um combate democrático

A abertura do ano lectivo está a constituir, mais uma vez, um pretexto para a glorificação mediática da acção do Governo na área educativa. São as escolas que abrem com "tranquilidade". É a ministra a preparar o sobe-e-desce de alguns jornais e a inaugurar, com a rábula do "rigor" e do "trabalho", as entrevistas do novo produtor "independente" do Canal 1, José Eduardo Moniz. E é a telenovela laranja, protagonizada pelo próprio Cavaco Silva, a inaugurar uma escola na sua terra (onde não faltam computadores...), com o mote da "educação de sucesso" e da "qualidade" do ensino, enquanto uma grande faixa bem pintada, assinada pelo "povo de Boliquireme", transmite visualmente a ideia fundamental - "obrigado, Aníbal".

A generalidade dos professores, muitos pais e estudantes sabe contudo que esta imagem "tranquila", de um sistema educativo moderno, com condições de ensino e de aprendizagem e orientado para o sucesso escolar, com um Ministério e um governo empenhados na promoção de um ensino de qualidade para todos, é uma imagem puramente virtual. E que, quando lançam as mãos na sua direcção e tentam tocá-la, confirmam, diariamente, que não tem existência.

Não vão ser assim necessários muitos dias, infelizmente, para que a vida escolar readquirirá as cores sombrias do quotidiano: carências sérias no plano das estruturas físicas e dos equipamentos; insucesso escolar e manobras do governo para o escamotear; desarticulação entre as

Casos preocupantes

Nos últimos dias, estando a decorrer o período de abertura do ano escolar nos ensinos básico e secundário e na educação pré-escolar, a ministra da Educação e o secretário de Estado da Educação e do Desporto têm multiplicado intervenções no sentido de convencer a opinião pública de que tudo nas escolas está "normal", todas as condições estão criadas para que os alunos aprendam com sucesso. Contudo, a realidade é bem diversa. A política educativa actual é o prosseguimento da que o PSD há catorze anos leva a cabo à frente do Ministério da Educação: uma política de direita, incompetente e autoritária.

Vejam os alguns casos mais preocupantes que ensombram a abertura deste ano lectivo.

Está em curso uma reforma educativa - ainda que não aquela que a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986 pela Assembleia da República, aponta: há medidas fundamentais, por exemplo, sobre a gratuitidade da escolaridade básica e obrigatória de 9 anos que nunca foram decididas. Que o digam as famílias cujas despesas com a educação dos filhos são especialmente altas nesta altura do ano, nomeadamente com a compra de livros e restante material escolar.

Por outro lado, a reforma (que este ano já abrange todos os anos da escolaridade excepto o 12º ano) tem sido mal acompanhada e mal apoiada pelo Ministério. São os professores e as escolas (muitas vezes com condições deficientes, com verbas escassas, com equipamentos pedagógicos inapropriados ou inexistentes) que têm que, com esforço extraordinário, pôr em prática uma reforma sobre a qual pouco ou nada foram ouvidos.

É particularmente grave que as acções de formação contínua dos professores, em 1994, praticamente tenham parado - elas podiam e deviam constituir um apoio e um estímulo à introdução de mudanças



co a prosseguir

■ Edgar Correia
Membro da CP do PCP

ou convergentes. Combate que prossegue a resistência e a luta contra uma política que sacrifica os direitos educativos do povo português e o próprio futuro das jovens gerações, aos interesses e prioridades egoístas da minoria dominante. E que assume igualmente não só a afirmação da fundamentada necessidade, mas também da possibilidade de concretização de uma nova política, de um novo e urgente rumo democrático para a educação nacional.

Os comunistas continuarão, no ano lectivo que agora se inicia, empenhados num combate que é também desde sempre seu. Intervindo activamente no seio das organizações e movimentos unitários - de professores, de estudantes e de pais - e ao nível das autarquias locais. E reforçando simultaneamente a organização e a intervenção política directa do próprio Partido, neste sector de vital importância para o presente e o futuro do país.

As "mudanças" da ministra

■ Maria Manuela Silva

Quando as escolas encerravam as suas actividades e uma grande parte dos professores já gozava as suas férias, o País descobriu o verdadeiro perfil da ministra, que da Educação se diz, na "histórica" conferência de imprensa em que se proclamou salvadora de um Sistema de Ensino doente e debilitado.

Os professores nem queriam acreditar!

Eles que:

- estão nas escolas (alguns há longos anos) desempenhando as mais variadas funções, a nível administrativo-pedagógico;

- fazem horários, ensinam, conhecem os educandos e a sua família, muitas vezes vivem os seus dramas, com a consciência das grandes limitações de intervenção da escola;

- embora contestando alguns aspectos da Reforma do Sistema Educativo, se empenharam na sua aplicação, porque sentiam que alguma coisa tinha de mudar e queriam ser actores e agentes dessa mudança.

Eles que são técnicos de educação, uns melhores do que outros, uns com mais experiência do que outros, uns mais dedicados do que outros, uns mais realizados do que outros, ouviram estupefactos as grandes "inovações":

- os horários dos alunos iam deixar de ter "furos" (como se alguma vez fossem permitidos "furos" nos horários dos alunos!);

- ia mudar o Sistema de Avaliação no Ensino Básico (2º e 3º Ciclos), tornando-o mais punitivo e selectivo, ao determinar a introdução das provas globais no 3º Ciclo e novas normas para a retenção, que passavam a depender da obtenção de mais de três níveis negativos e/ou nível negativo nas disciplinas de Português e Matemática.

É óbvio que tais medidas, sem o suporte de toda uma política que invista na Educação e transforme a Escola em verdadeiros centros de formação de crianças e adolescentes, discriminam e punem os mais desfavorecidos social, económica e culturalmente. Basta comparar os códigos linguísticos de crianças e adolescentes de meios socioeconómico-culturais diferentes e o próprio código linguístico da Escola, para perceber quem será discriminado; basta comparar o desenvolvimento psicoafectivo e intelectual de crianças que tenham crescido em situações mais ou menos favoráveis a esse desenvolvimento, para compreender que mais uma vez vão ser punidos os mais fragilizados.

As "grandes mudanças" da ministra, que têm vindo a concretizar-se numa produção de Despachos que revogam outros (ou pelo menos o que havia de inovador nos outros), não contemplam quaisquer medidas que criem as condições para que a Escola cumpra o seu papel de salvaguarda das diferenças físicas e biológicas dos educandos, de apreciação e valorização das suas características e diferenças intelectuais, de aceitação e promoção do seu direito à diferença, de desenvolvimento harmonioso de todo o seu potencial bioenergético, intelectual e psicoafectivo.

Em suma, as medidas da ministra são uma mentira, como mentirosa é a sua máxima, repetida em apressadas declarações televisivas, seja qual for a pergunta, de que, em educação, vamos deixar de viver em quantidade para passar a viver em qualidade.

Inicia-se mais um ano lectivo e não há discurso, por mais demagógico que seja, que consiga eludir as tristes realidades com que a Escola e toda a comunidade educativa se confrontam (e não venha a ministra dizer, com o maior desprante, que este ano lectivo se iniciou com normalidade!).

Vejam algumas realidades que caracterizam o início deste ano lectivo:

- o pessoal não docente, já há muito deficitário, foi consideravelmente reduzido, devido ao maior despedimento colectivo ocorrido na Função Pública de mais de 6.000 funcionários, com vários anos de serviço, em regime de contrato a prazo, o que, em muitos casos, vai impedir a abertura de escolas até ao dia 20 de Setembro, conforme o estipulado no Calendário Escolar, ou o funcionamento de serviços essenciais para o normal funcionamento das escolas, como cantinas, papelarias, bufetes, para não falar de muitas bibliotecas que se encontram encerradas há anos por falta de pessoal;

- muitas escolas agravaram a sua sobrelotação;

- muitas escolas, ou lugares em escolas do 1º Ciclo encerraram, enquanto a Rede Pública de Jardins de Infância cada vez parece mais uma fantasia do Reino da Utopia;

- muitos professores e educadores de infância ficaram sem colocação (mais de 30% dos professores do 1º Ciclo e 52% dos educadores de infância do Quadro de Vinculação do distrito de Aveiro não obtiveram colocação);

- directores de escolas e presidentes de Conselhos Directivos, com direito a promoção desde Setembro de 1993, continuam à espera que seja definida a entidade que procederá à avaliação de desempenho para poderem progredir na carreira;

- mantêm-se e agravam-se novos e velhos problemas de professores e educadores de infância, enquanto a ministra procura limitar a intervenção incómoda dos Sindicatos da Fenprof reduzindo, de forma drástica, o número de dirigentes com redução da componente lectiva, para a actividade sindical.

Em suma, o Sistema de Ensino está doente e o Governo, através da ministra da Educação, quer deixar o doente moribundo, apressando-se a destruir tudo aquilo que é inovador e que consubstancia direitos conquistados, como o direito à igualdade de oportunidades em educação.

Esquece-se, contudo, a ministra e o Governo que a enquadra, que existem dinâmicas sociais e culturais que são imparáveis e que, hoje, dificilmente se encontra, a nível dos educadores, investigadores da área da educação, pais e estudantes, alguém que defenda a política deste Governo.

■ Manuela Esteves,
professora, membro suplente do CC do PCP

e de inovações nas escolas. Mas tendo sido interrompidos os financiamentos de Bruxelas, tudo parou à espera dos prometidos dinheiros.

Impõe-se, e o PCP tem-no defendido, uma nova política na educação que, entre outros aspectos, deve traduzir-se numa nova concepção de escola - redução das grandes concentrações de milhares de alunos actualmente existentes em algumas escolas, menor número de alunos por turma, maior autonomia de decisão das escolas e dos professores para resolver os problemas que aí ocorrem, por forma a poder dar-se uma atenção e um apoio mais individualizados aos alunos para que aprendam melhor e com mais sucesso. Escolas que sejam locais onde apeteça entrar e onde apeteça aprender e ensinar.

A falta generalizada de trabalhadores não docentes, administrativos e auxiliares, que perturba o actual momento de abertura das escolas, revela além de outros aspectos, uma desorganização clamorosa: o Ministério da Educação não tem atenção aos prazos em que tudo deveria estar concluído para se ter, nesse plano do pessoal não docente, as escolas, de facto, prontas a iniciar o seu trabalho na segunda quinzena de Setembro.

Como profissionais, também os professores iniciam o ano lectivo com fortes razões de queixa e motivos de apreensão. Estão por resolver numerosos problemas relativos às suas carreiras e, após um ano - 1994 - sem aumentos salariais, o Governo aponta agora aumentos para 1995, inferiores à inflação prevista pelo próprio Governo.

Nestas condições gerais em que o ano lectivo abre, quer em relação aos alunos quer em relação aos professores, face às perspectivas que a uns e outros são abertas pela política do Ministério da Educação, é de prever e desejar como extremamente necessárias a intervenção, a participação e, se necessário, a luta por uma educação e um ensino melhores que ajudem, de facto, a preparar os jovens para a vida.

Adjectivos novos Objectivos velhos

Após a persistente reclamação e exigência da CGTP-IN, o Governo do PSD acabou por apresentar a sua proposta de Acordo Social em sede de concertação.

Adivinhava-se (pelas declarações do ministro Catroga) que o Governo se iria identificar com as propostas das confederações patronais.

Sabia-se que queria usar um possível acordo como arma de arremesso eleitoralista a exemplo do que fez com o Acordo de 90 durante a campanha das legislativas de 91.

Perspectivava-se que não iria perder a oportunidade para prestar vassalagem às orientações emanadas dos centros de decisão do grande capital internacional.

Com base nestes três objectivos, o Governo arquitectou e construiu uma proposta com um prazo de validade de quatro anos, aparentemente genérica e codificada mas que na sua essência corresponde, caso fosse concretizada e avalizada, a mais um passo na escalada da ofensiva aos direitos sociais, à contratação colectiva e aos salários dos trabalhadores portugueses.

Toda a proposta é sustentada na trave mestra da competitividade das empresas, cínicamente glorificada e absolutizada como condição para o aumento do emprego.

Direitos e salários sacrificados

Ao fazer o enquadramento das insuficiências das empresas e da sua falta de competitividade, a proposta não refere nem os salários nem os direitos dos trabalhadores como factores determinantes para ultrapassar essas dificuldades.

Mas, quando se percorre o capítulo das medidas, são precisamente os direitos sociais e os salários a serem sacrificados no altar da competitividade que, para sermos mais precisos e rigorosos, se traduz, em letra de forma, em lucro acrescido do capital.

Mudam os adjectivos. Não mudam os objectivos!

A coçada argumentação que sempre os governos de direita usaram, apelando à compreensão e aceitação de sacrifícios por parte dos trabalhadores para "salvar, recuperar, relançar, modernizar" a economia foi substituída por um novo conceito: a partilha de sacrifícios. Lendo e relendo as propostas do Governo chega-se a uma conclusão:

Os sacrifícios seriam partilhados e distribuídos exclusivamente pelos trabalhadores a troco de promessas difusas. Concreto, concreto mesmo, seriam novas benesses e prebendas fiscais para o grande patronato.

Com algum apuramento e refinamento ideológico e inspirado nas cartilhas, actas e recomendações do grande capital, o Governo usa o esquema do texto palavroso, uma espécie de ramo de salsa com suco de cicuta.

Quer impor e legalizar uma maior polivalência e colocar os trabalhadores como "pau para toda a obra" como descaracterização das classificações profissionais? Chama-lhe revalorização das qualificações e de critérios de qualidade, produtividade e assiduidade.

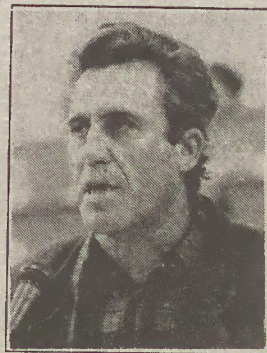
Quer desregular os horários semanais de trabalho e horas extraordinárias a singelo? Chama-lhe flexibilidade e adaptabilidade da organização do tempo de trabalho.

Quer continuar a sangria de postos de trabalho efectivos através das rescisões forçadas e das pré-reformas? Denomina-a de recomposição qualitativa e rejuvenescimento dos quadros de pessoal das empresas.

Quer acabar com o princípio universal e solidário da Segurança Social, alterar o sistema e privatizá-lo? Escuda-se na caridade aos sectores mais vulneráveis da sociedade nos critérios de selectividade, da eficácia e no incentivo às iniciativas "particulares".

Quer a capitulação e a co-responsabilização dos sindicatos nas "escolhas dolorosas" para os trabalhadores, na desconstrução de direitos e conquistas consagrados nas convenções colectivas? Propõe a cooperação (!!!?) com os parceiros sociais nas mudanças difíceis das empresas e na definição dum "quadro que só garante mínimos sociais"! Para isso quer acabar com as comissões de trabalhadores e promover a concertação nas empresas.

Quer que lucros aumentem e os salários baixem? Insiste na ideia e propõe o "reforço da moderação salarial", sempre em nome da sacrossanta competitividade.



■ JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

Longe vai a promessa de aproximação ao pelotão da frente. Mas, um dia antes da entrega da proposta na Concertação, ainda se ouvia Cavaco Silva a proclamar que não aceitava a Europa a duas velocidades.

Como assim, se esta proposta estilhaça o princípio de coesão social na Europa?

Mas o truque reside aí. Divulgar promessas enquanto se pratica políticas injustas.

Quem se lembra de que o Governo, quando em 1990 alcançou a rendição da UGT, garantia que o Acordo era para combater o desemprego, que o pacote laboral seria compensado com a redução do horário de trabalho, com a melhoria da Higiene e

Segurança nos locais de trabalho, com a celeridade da justiça no trabalho, com o reforço das prestações sociais, com a elevação dos salários para os níveis europeus?

A par de o desemprego ter duplicado, o que era negativo está em vigor, o que tinha carácter positivo não foi legislado, regulamentado, nem cumprido.

O documento do Governo exige descodificação, denúncia, esclarecimento e luta. É uma peça articulada com o projecto de revisão constitucional do PSD que se propõe eliminar as comissões de trabalhadores e os seus direitos de participação e intervenção a nível de empresa e sectores, a descaracterização do direito de greve e da noção de pleno emprego, a desvalorização do Salário Mínimo Nacional, a privatização dos serviços sociais essenciais designadamente a Segurança Social, a Saúde e a Educação.

Pelos interesses que defende, pela política que pratica, o Governo do PSD não está em condições de dar resposta aos problemas, interesses e aspirações dos trabalhadores, e é incapaz de assumir o alcance de justiça social consubstanciado nas propostas da CGTP-IN.

Quer o Governo legalizar a ilegalidade nos locais de trabalho, minar os alicerces jurídicos e constitucionais do direito de trabalhar elevando como valor supremo o lucro e o poder patronal absoluto nas empresas.

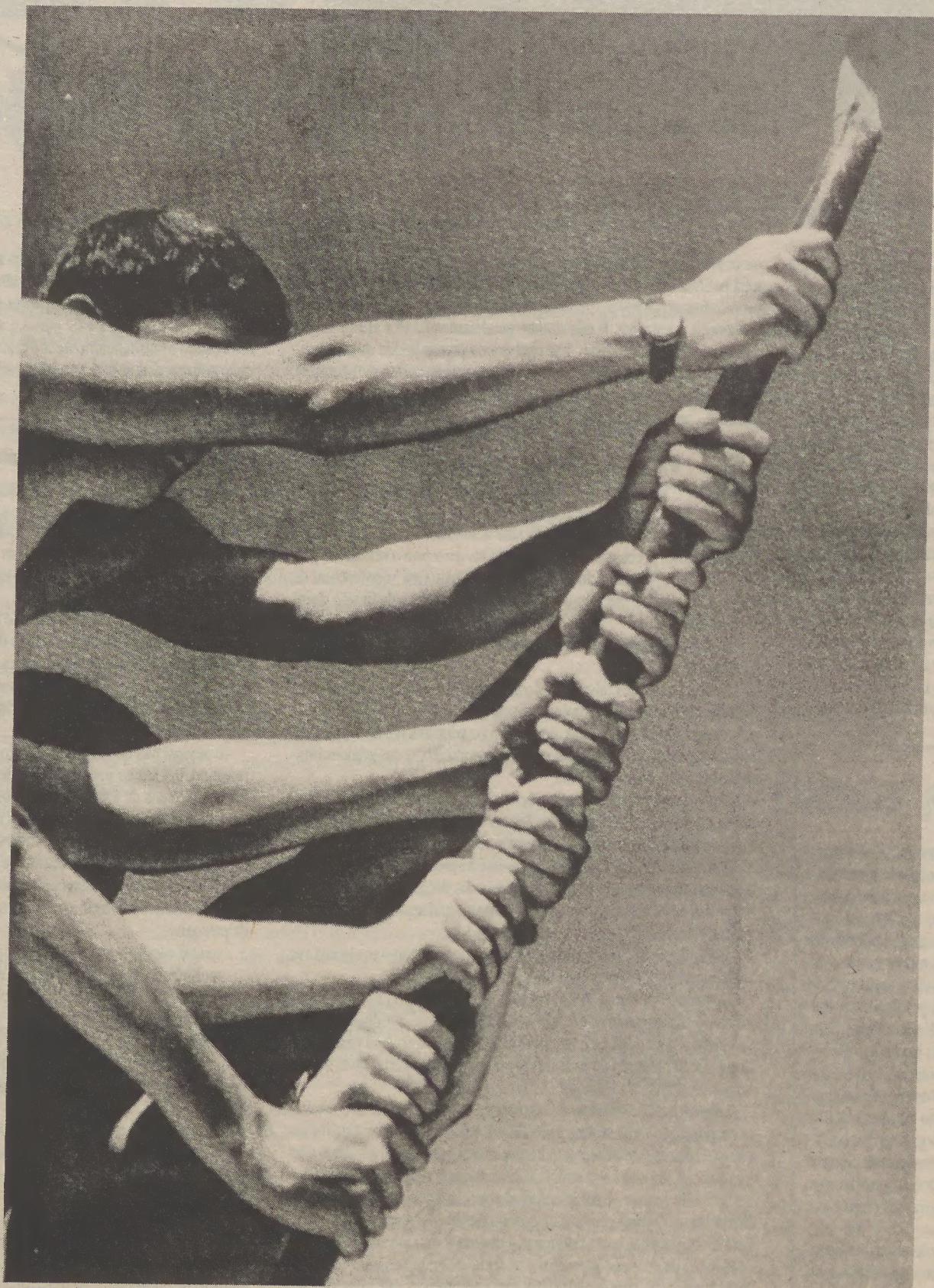
Qualquer força social ou política identificada com o progresso poderá calar estes perigos?

É tão preocupante o silêncio da Direcção do PS, como inquietante a posição pública do seu porta-voz para as questões da economia quando veio declarar a admissibilidade do fim do salário

mínimo nacional e um tecto salarial para a Função Pública.

A melhor resposta aos objectivos do Governo do PSD passa pela dinamização da acção reivindicativa, divulgando e valorizando propostas que são feitas e envolvendo os trabalhadores nas batalhas que têm a ver com a sua vida, com os seus interesses e direitos.

O desenvolvimento da luta de massas é que pode determinar o êxito das batalhas a travar.



Cinismo cavaquista

Revelador do cinismo e da mentira do executivo cavaquista é a proposta vertida no documento do Governo que visa manter e acentuar o fosso dos salários dos trabalhadores portugueses e dos restantes trabalhadores da comunidade, conforme o ministro Catroga confessou.

«Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura», de Álvaro Cunhal — A Introdução

Escrito em 1967, o livro «Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura», recentemente editado, conheceu desde logo o êxito, atraindo a atenção da imprensa e o interesse de muitos leitores. Embora respeitando a uma época «em que se aprofundava a crise geral da ditadura fascista prenunciando uma situação revolucionária» — como escreve o Autor no prefácio desta primeira edição —, a sua actualidade mantém-se. Passados 20 anos sobre Abril de 1974, e tendo-se assistido, aquando das comemorações do aniversário da Revolução, «a uma gigantesca e orquestrada campanha de falsificações da história», a edição deste livro vem repor a verdade. A Introdução que hoje publicamos na íntegra expõe os aspectos essenciais das várias concepções que se manifestaram e confrontaram então no campo antifascista. Esta Introdução a um livro que expõe a orientação dos comunistas portugueses na luta contra a ditadura e a confronta com as posições oportunistas à direita e à «esquerda», constitui desde logo uma peça de importância política relevante. E, ao mesmo tempo, suscita o interesse para a leitura de todo o ensaio de Álvaro Cunhal.

Na dura e difícil luta do povo português contra a ditadura fascista, a orientação decide em larga medida do sucesso e do insucesso. O desenvolvimento da luta exige a definição correcta dos objectivos políticos, da tática, dos métodos de organização, das tarefas imediatas.

Três principais concepções se têm manifestado e defrontado na Oposição: as concepções oportunistas, legalistas, por vezes de capitulação da burguesia liberal; as concepções esquerdistas e aventuristas da pequena burguesia radical; e as concepções de acção revolucionária do proletariado e do seu Partido.

Nos últimos anos, tomou-se mais vivo esse confronto. Novas experiências se juntaram ao rico manancial de experiências do movimento operário e antifascista português. O oportunismo de direita e o oportunismo de esquerda conduziram a derrotas e a decepções, mostrando o seu desajustamento com a realidade política existente no nosso país e a sua incompatibilidade com os interesses do desenvolvimento da luta popular contra o fascismo.

Daí a utilidade de expor de forma sistematizada aspectos essenciais das divergências existentes entre essas três concepções e procurar tirar da vida os ensinamentos mais úteis para o movimento operário e antifascista português.

Entre a orientação do Partido Comunista Português e as concepções oportunistas de direita (que traduzem as hesitações da pequena e da média burguesia e as tendências desta para o compromisso com os monopólios) verificam-se sérias divergências.

Quais são as fundamentais?

A primeira diz respeito aos objectivos políticos da revolução antifascista. Ao passo que o Partido, definindo o governo fascista como o governo dos monopólios (ligados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários e definindo a actual etapa como uma revolução democrática e nacional, insere na luta antifascista a luta pela abolição do poder dos monopólios, pela reforma agrária, pela liquidação do domínio imperialista sobre Portugal e pelo reconhecimento dos povos das colónias portuguesas do direito à completa e imediata independência — os sectores de direita da Oposição discordam de tais objectivos e de uma política social avançada e defendem seja o regresso à política da República de 1910 seja a instauração de um regime que, dando apenas novas oportunidades à média burguesia, albergaria, com novas superestruturas políticas, a dominação dos monopólios e dos latifundiários, a submissão ao imperialismo e o colonialismo português.

A segunda divergência fundamental diz respeito à composição social da frente antifascista e ao papel das várias classes na revolução antifascista. Ao passo que o Partido coloca como tarefa a criação de uma vasta frente antimonopolista, na qual a classe operária tem um papel determinante, e defende a unidade de todos os sectores democráticos e patrióticos — os sectores de direita da Oposição procuram o compromisso com certas esferas monopolistas e procuram que a classe operária e as massas trabalhadoras se limitem a apoiar tal compromisso.

A terceira divergência fundamental diz respeito ao caminho para o derrubamento do fascismo e à direcção principal da acção antifascista. Ao passo que o Partido considera imprescindível desenvolver a luta das massas populares com vistas a conduzi-las ao ataque final e armado contra a ditadura fascista — esses sectores desprezam e receiam a força das massas populares, recusam a ideia da insurreição pelo temor que têm do povo e buscam na desagregação do regime possibilidade de uma legalização e liberalização progressivas.

A quarta divergência fundamental diz respeito à coordenação da organização e da actividade legal e clandestina. Ao passo que o Partido considera imprescindível não só a existência como o fortalecimento da organização e da actividade clandestina e a sua associação

com o aproveitamento das possibilidades legais, tendo em vista o desenvolvimento da luta popular de massas contra o fascismo — esses sectores fogem da actividade clandestina que receiam, alimentam numerosas ilusões legalistas, conformam-se explicitamente com os estreitos limites da legalidade fascista e aproveitam esta, não para promoverem uma ampla movimentação e acção das massas populares, mas para fazer representações e marcar uma posição dos «dirigentes».

Além destas quatro divergências fundamentais com os sectores de direita da Oposição, sectores da burguesia liberal,

outra se manifestam, mas não são mais que aspectos destas quatro. Combatendo as concepções oportunistas de direita, o Partido tem mostrado como elas reflectem a ideologia da média burguesia, que, atingida nos seus interesses pela política fascista de promoção, protecção e domínio dos monopólios, é conduzida por isso a uma posição antifascista, recebe a torrente revolucionária popular e busca uma solução de compromisso.

O Partido tem mostrado como as concepções oportunistas de direita constituem, em muitos dos seus aspectos, uma posição atentista, uma abdicação da luta revolucionária, uma verdadeira capitulação perante o regime fascista.

Ninguém pretende ou pretendeu alguma vez que as concepções desses sectores da burguesia fossem adoptadas pelo Partido. Mas isso não significa que por vezes elas não tenham influência em tal ou tal ponto ou tal ou tal camarada e mesmo tal ou tal aspecto da orientação partidária. A luta contra a «política de transição» defendida nos anos 1944-1946 por um grupo de camaradas, a luta contra o desvio de direita nos anos 1956-1959, são aspectos salientes da luta contra as influências dessas concepções na fileiras do Partido, da luta para assegurar uma orientação revolucionária ao partido do proletariado português.

Se actualmente no Partido as tendências oportunistas de direita se manifestam de forma extremamente limitada (embora ainda se manifestem), no movimento antifascista ganham larga e prejudicial influência. Elas criam dificuldades ao estabelecimento da unidade combativa das forças democráticas e patrióticas, elas entram no desenvolvimento da luta das massas populares, elas semeiam ilusões, elas convidam à inacção, elas representam um freio a toda a acção revolucionária.

Esses efeitos prejudiciais necessitam de ser combatidos. O desenvolvimento vitorioso do movimento nacional antifascista exige que o atentismo, as ilusões legalistas, a capitulação, sejam vencidas, tanto no plano ideológico como na actividade prática.

Entre a orientação do Partido Comunista Português e as concepções esquerdistas e aventureiristas (que traduzem a impaciência da pequena burguesia radical e dos intelectuais pequeno-burgueses, o seu desespero, a sua falta de confiança nas massas, a sua carência de perspectivas) verificam-se também sérias divergências.

Quais são as fundamentais?

A primeira diz respeito ao carácter da actual etapa da revolução. Ao passo que o Partido define a etapa actual como uma revolução democrática e nacional, há esquerdistas que defendem que o Partido deve lutar imediatamente pela revolução socialista, que deve identificar o derrubamento da ditadura fascista com a conquista do poder pelo proletariado.

A segunda divergência fundamental resulta de certa forma da primeira e diz respeito ao sistema de alianças do proletariado na actual etapa da revolução. Ao passo que o Partido, partindo da análise da situação económica, social e política, coloca como tarefa do proletariado e do seu Partido a união das camadas não monopolistas, a união de todas as forças democráticas e patrióticas numa vasta frente antifascista baseada na unidade da classe operária e na aliança com o campesinato, há esquerdistas que se opõem à política unitária do Partido, criticam a unidade com a burguesia liberal e com sectores socialistas e defendem o exclusivo de uma abstracta «unidade das massas populares».

A terceira divergência fundamental diz respeito à direcção principal da acção revolucionária. Ao passo que o Partido, tendo como objectivo o levantamento nacional armado, indica como direcção fundamental no momento actual o desenvolvimento das lutas económicas e políticas de massas e a luta política em geral, os esquerdistas, desprezando a luta de massas, consideram que as energias se

devem concentrar desde já no desencadeamento de acções armadas de carácter terrorista (atentados, sabotagens, assaltos, destruições).

A quarta divergência fundamental resulta de certa forma da terceira e diz respeito ao papel da organização e ao trabalho de organização. Ao passo que o Partido insiste na imprescindível necessidade de fortalecer todo o trabalho de organização, a fim de estar em condições de conduzir a luta e dirigir as amplas massas populares, os esquerdistas, descrendo das possibilidades de criar uma forte organização nas condições do fascismo e desinteressados da luta popular de massas, subestimam o trabalho de organização e defendem que o decisivo é a constituição de grupos de acção directa.

A quinta divergência fundamental diz respeito à preparação da insurreição popular contra a ditadura fascista. Ao passo que o Partido mostra que uma insurreição vitoriosa só poderá ter lugar numa situação revolucionária ainda inexistente em Portugal e quando as forças democráticas, a começar pelo Partido Comunista, tenham força bastante (organização, ligação efectiva com as massas, capacidade militar) para lançar o assalto final contra a ditadura, e que, no momento actual, para preparar a insurreição é fundamental unir e organizar as forças democráticas, desenvolver a luta popular de massas e ganhar posições nas forças armadas, os esquerdistas afirmam que há muito existe em Portugal uma situação revolucionária, que a acção insurreccional pode e deve lançar-se imediatamente e que para tanto basta começar a luta armada.

Além destas cinco divergências fundamentais outras se manifestam, mas não são mais do que aspectos destas cinco.

Combatendo as concepções esquerdistas, o Partido tem mostrado como elas não têm em conta a situação existente em Portugal, a natureza do governo fascista como governo dos monopólios e latifundiários, as contradições dos interesses de classe e a arrumação das forças de classe, o grau de consciência política das massas e o grau de organização da sua vanguarda.

O Partido tem mostrado como as concepções esquerdistas, enroupadas numa fraseologia pseudo-revolucionária, reflectem a ideologia pequeno-burguesa, incapaz de um trabalho revolucionário persistente, tenaz, constante, que só o proletariado e o seu Partido estão em condições de conduzir.

Se admitíssemos o absurdo de poder o Partido adoptar como sua linha tais concepções esquerdistas, em vez da «hegemonia do proletariado no movimento antifascista», em vez da aliança operário-camponesa, em vez de um Partido dirigindo a acção popular, em vez da revolução vitoriosa, o Partido isolava-se da classe operária, do campesinato e das massas populares em geral, perderia a posição determinante que hoje ocupa no movimento nacional antifascista, tornava-se uma pequena seita sem raízes no povo tal como são os grupos esquerdistas e lançava-se isolado e separado das massas em acções prematuras de que sairia destroçado.

Certas tentativas isoladas para levar o Partido a adoptar uma linha esquerdista, sectária e aventureirista foram derrotadas. Concepções e tendências no mesmo sentido, depois de causarem prejuízos graves à actividade do Partido, estão em manifesta regressão. Outras tentativas para minar a unidade do Partido e provocar a cisão nas suas fileiras não tiveram êxito. A unidade ideológica e de acção do Partido está-se reforçando assente na sua linha política e tática de que é uma expressão superior o novo Programa do Partido aprovado no VI Congresso, realizado em 1965.

Mas se no Partido as concepções esquerdistas e aventureiristas foram derrotadas, se estão em regressão no movimento antifascista por virtude das duras lições impostas pelos factos, elas continuam entretanto a manifestar-se, a semear ilusões, a entrar no desenvolvimento da luta das massas populares e da acção revolucionária. O desenvolvimento vitorioso do movimento nacional antifascista exige que o esquerdismo e o aventureirismo e os seus efeitos prejudiciais sejam combatidos.

As nossas críticas desenvolvem-se com objectividade, fundamentadas nos factos e na experiência. Na apreciação dos acontecimentos, nem acompanhamos aqueles que, para atacar o esquerdismo, cuidam necessário dar cobertura aos erros de direita e aos insucessos que provocam, nem acompanhamos aqueles que, para atacar o oportunismo de direita, ocultam e negam os insucessos do esquerdismo e do aventureirismo. Não é chamando derrotas a sucessos alheios, nem chamando vitórias a derrotas próprias que se pode aprender com a experiência, se podem corrigir erros, se pode chegar ao estabelecimento duma orientação justa e ao desenvolvimento duma acção revolucionária vitoriosa.

Expor a orientação dos comunistas portugueses na luta contra a ditadura, pô-la em confronto com as concepções direitistas e esquerdistas que se lhe têm oposto, responder a dúvidas, a objecções e a críticas, desvendar a natureza, os fins e os resultados de ataques e provocações contra o Partido Comunista e o movimento democrático, procurar tirar dos acontecimentos — tal o objectivo deste ensaio.

Palavras e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

Os abutres

Desde sempre os homens têm a preocupação de enterrar os seus mortos, por questões de higiene profiláctica e por motivos, profundos, de culto da espécie. Aliás, nos túmulos e monumentos funerários de civilizações antigas, como a egípcia e a grega, por exemplo, contemplam-se tanto a alma como o corpo com votos e oferendas.

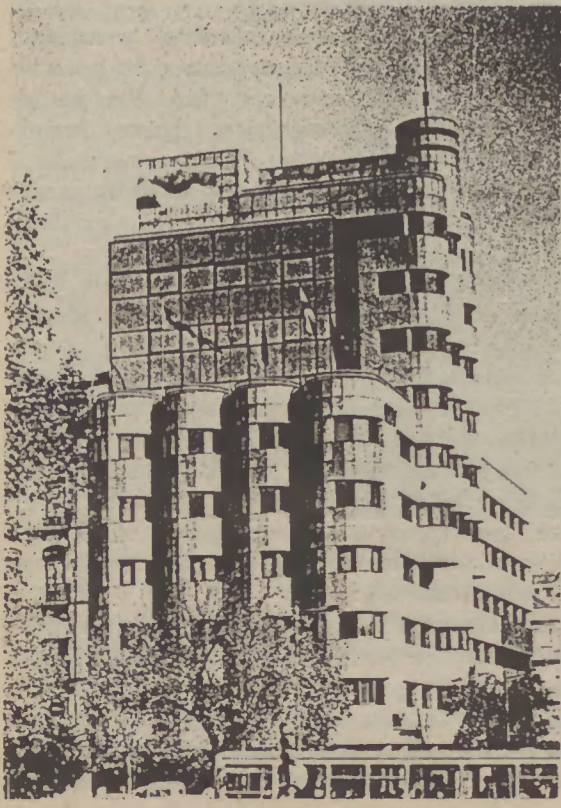
É triste verificar como hoje, entre nós, quando precisamente se tende a apagar a angústia da morte, o tormento das agonias presenciadas por toda a família (nítida marca do fim do século nas sociedades mais ricas), se hiperdesenvolve por outro lado o negócio dos enterros, que recentemente chamou a atenção pública, através dos jornais, da rádio e da televisão. E desenvolve-se da maneira mais obscena, com negociações e lutas entre os funcionários de vários hospitais, de Beja e de Lisboa, e agências mortuárias.

Mal os cadáveres começam a esfriar, logo surgem os abutres, que anunciam, por vezes brutalmente, o acontecimento à família, negociando o funeral.

É uma das facetas mais repugnantes da competição desenfreada. Mas neste pequeno mundo nosso em que o negócio e o dinheiro, ou o negócio de dinheiro, são os máximos valores e desafios, há outros abutres bem mais cruéis: os que devoram os vivos, com o frio rigor das cifras insensíveis.

E essa actividade, a mais importante da viragem do milénio, tem a sua expressão, bem evidente, na construção das novas catedrais, ou seja, as sedes dos grandes bancos, que atingem não raro, dentro dos parâmetros modernos, a magnificência, o volume, nalguns casos a beleza, noutros o horror decorativo, dos edifícios sumptuários outrora voltados para Deus em impulso ascensional. Está certo: são a imagem perfeita do culto do dinheiro. Quero dizer: o espelho de uma sociedade deformada e deformante.

À margem dela, sonhamos com outra coisa (e por ela lutamos) os que acreditamos na possibilidade de uma sociedade, que nunca ainda se fez, à medida do homem e para o homem.



Revisão Constitucional

1

Ao apresentar o seu projecto de revisão constitucional, dando execução à Resolução da reunião do Comité Central de 14 de Julho passado, o Partido Comunista Português não só reafirma todas as objecções que coloca à legitimidade, à oportunidade e à necessidade deste processo de revisão, como sublinha mais uma vez os gravíssimos perigos que ele comporta para a democracia tal como se configurou em resultado da Revolução de 25 de Abril.

Desde a primeira hora que o PCP salienta que nada justifica a realização, neste momento, de uma revisão constitucional, pelo contrário, há claras razões para que ela não seja concretizada.

Em primeiro lugar, não há nenhuma questão urgente ou inadiável que possa ser invocada para justificar esta pressa e esta precipitação.

Em segundo lugar, não é democraticamente admissível que a actual Assembleia da República encete este processo, já que nenhum partido, nas eleições de 1991, apresentou a intenção de rever a Constituição, nem fez submeter a debate quaisquer propostas concretas. Pelo contrário, a questão da revisão constitucional foi expressamente afastada por todos os principais partidos, não só pelo PCP, mas igualmente pelo PS, PSD e CDS.

Mas a questão essencial que torna a abertura deste processo particularmente inoportuna, é que ela ocorre num momento de gravíssima crise económica e social, quando todas as energias deveriam ser canalizadas para as urgentes tarefas de luta pela resolução dos problemas e do combate à política do Governo do PSD.

Quando os graves problemas do país, dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas não encontram resposta, quando cresce o desemprego, estão em perspectiva mais e mais despedimentos e a fome se tornou uma realidade em várias regiões do país, quando prossegue a destruição do aparelho produtivo, e se adoptam políticas para acelerar o desmantelamento das funções sociais do Estado, quando se preparam graves atentados aos direitos fundamentais dos trabalhadores, colocar, como faz o PS, a revisão da Constituição como primeira prioridade, é desviar as atenções do que deveria ser a tarefa central de combate à política do Governo.

Numa altura em que são cada vez mais evidentes os sinais do profundo descontentamento de amplas camadas da população, numa altura em que se multiplicam e diversificam as manifestações de protesto como as registadas na Ponte 25 de Abril, numa altura em que transparecem crescentes dificuldades do PSD e se acentua o seu descrédito político, estender a mão ao PSD, como faz o PS, para entendimentos sobre a descaracterização da Lei Fundamental, é oferecer ao PSD, responsável pela política do Governo, uma ajuda política totalmente contrária aos interesses do povo e do País. Não é com novos entendimentos entre o PS e o PSD para pôr em causa aspectos essenciais da Constituição que se combate a actual política. Esse é o caminho contrário ao caminho necessário para preparar uma alternativa democrática e viabilizar uma nova política.

2

O PCP chama vivamente a atenção para os perigos que decorrem deste processo de revisão constitucional para os interesses do povo e do País, e denuncia os sofismas que o pretendem justificar.

Vem-se invocando uma insuficiente participação dos cidadãos e o seu descontentamento pela vida política, responsabilizando por esse facto o actual sistema eleitoral. Dá-se assim cobertura a uma das mais hipócritas mistificações que vêm sendo feitas sobre a situação política nacional.

Quando se afirma que é a Constituição, em particular o «sistema político», incluindo o sistema eleitoral, que criam problemas e que afastam os cidadãos da vida política, e eventualmente, os Deputados dos eleitores, o que se esconde são as verdadeiras causas e os verdadeiros responsáveis por esse «desencontro» dos cidadãos, e que radica, na realidade, na política antidemocrática e anti-social e de atropelo à própria Constituição que vem sendo levada a cabo. As dificuldades e o descontentamento não resultam da Constituição, ou do sistema político, mas, bem ao contrário, da ofensiva contra os seus imperativos, com destaque para os direitos fundamentais, em particular os direitos dos trabalhadores, para os direitos económicos, sociais e culturais, para a concretização da democracia participativa, da descentralização, da regionalização, da soberania e da independência nacional. Não é a Constituição ou o «sistema político» que estão na base da política económica que conduz ao desemprego, à marginalização, à pobreza e à fome, mas sim, bem ao contrário, o não cumprimento de aspectos importantes da Constituição e a não concretização da perspectiva de transformações humanistas e progressistas que consagra.

Constitui uma intolerável contradição que os mesmos que, para legitimar operações de engenharia eleitoral de estrito interesse partidário, afirmam pretender aproximar os Deputados dos eleitores são os que realizam campanhas eleitorais com base em «candidatos a Primeiros-Ministros» e suprimem o papel dos candidatos a Deputados; ou que, no Governo, suprimem ou diminuem o papel da Assembleia da República e promovem a governamentalização do sistema político e a concentração de poderes no Primeiro-Ministro.

Constitui uma intolerável contradição que os mesmos que preconizam alterações do sistema eleitoral de sentido não democrático em nome e com pretexto da estabilidade governativa defendam constantes alterações da Lei Fundamental do país, que deveria caracterizar-se, no essencial, pela estabilidade.

É uma intolerável contradição que os que agora se afirmam tão preocupados com a participação dos cidadãos sejam os mesmos que sempre temeram e hostilizaram a intervenção das massas populares na vida nacional, são os que caluniaram e desprezaram a luta social, são os que em sede das anteriores revisões da Constituição contribuíram para eliminar importantes formas de participação popular, como os conselhos municipais e as comissões de moradores, são os que na prática política inviabilizaram conquistas legais como, por exemplo, a existência de gestores eleitos pelos trabalhadores nas empresas públicas.

O que é necessário não é a crítica e condenação abstracta de uma «classe política», mas a crítica e condenação das forças partidárias e dos partidos políticos responsáveis pela actual «política de classe» contra o povo e a favor dos grandes grupos económicos. O que faz falta não é o desprezo e a condenação da «poli-

As razões do projecto do PCP

«tica» em geral, mas a condenação da política de direita, do PSD e do seu Governo. O que é preciso denunciar não é um pretenso divórcio entre todos os agentes políticos e os cidadãos, mas o profundo divórcio que efectivamente existe entre os políticos responsáveis pela actual política e os interesses e aspirações do povo português.

O que contribui para fortalecer a participação popular e impedir o divórcio entre os cidadãos e a vida política não é a manipulação do sistema eleitoral, conseguindo que certos partidos tenham mais Deputados com menos votos e outros menos Deputados mesmo com mais votos, ou criando aberta ou encapotadamente novas formas de caciquismo, mas sim uma mudança de política tendo em vista a resposta aos problemas e ansios dos cidadãos, uma actividade dos partidos caracterizada por um completo respeito pelos seus compromissos, a defesa dos direitos fundamentais incluindo os direitos dos trabalhadores, o estímulo e apoio às formas de participação e intervenção dos cidadãos e das suas organizações em todos os planos da Administração, o respeito pela opinião e pelo papel das organizações sociais.

3

Como era previsível, os partidos da direita, PSD e CDS, querem aproveitar este processo de revisão constitucional para desfazer golpes mortais nos múltiplos aspectos da Constituição em que está moldada pelos ideais da Revolução de Abril. Não só quanto ao sistema eleitoral, matéria em que, acompanhando o PS, apresentam propostas das quais resulta também a adulteração do princípio da representação proporcional, mas também noutros aspectos essenciais do sistema político, no campo dos direitos dos trabalhadores e dos direitos fundamentais, bem como no campo dos direitos sociais, económicos e culturais.

O projecto apresentado pelo PSD, agravando por vezes o conteúdo do próprio projecto do CDS, contém propostas que alteram radicalmente o sentido da Constituição, por tal forma que, se todas essas propostas fossem aprovadas, já não estaríamos perante a Constituição com as características democráticas que marcam a sua especificidade, mas perante outra Constituição, consubstanciando uma profunda subversão e liquidação do regime democrático, tal como emergiu da Revolução de Abril.

O projecto do PSD visa atingir direitos fundamentais dos trabalhadores, desde logo o direito à greve e o direito à constituição de comissões de trabalhadores. Visa a desresponsabilização do Estado nas áreas sociais e culturais, designadamente no campo da saúde, da educação e da segurança social, e abrindo caminho para transformar esses sectores em terrenos de chorudos negócios privados. Visa eliminar os traços e imposições da Constituição que apontam para uma organização económica democrática, querendo garantir o primado do grande capital e a defesa dos seus interesses. Visa reforçar o centralismo, acabando com a previsão constitucional das regiões administrativas, visa a limitação da autonomia do Ministério Público e do autogoverno da magistratura judicial com uma maior governamentalização do regime. Visa a alteração do sis-

tema eleitoral, com uma profunda distorção da representação proporcional, tendo em vista a obtenção de mais Deputados com menos votos.

Visa garantir a possibilidade de controlar e manipular a eleição do Presidente da República, com a admissão do voto dos emigrantes sem nenhuma garantia da sua genuinidade. Visa, em suma, a criação de um regime autoritário, centralizado, onde o grande capital possa reinar sem penas.

O projecto do PSD constitui a prova inofismável de que os objectivos últimos da sua política no Governo afrontam a Constituição da República, e que ela é, por isso mesmo, um poderoso obstáculo aos seus projectos.

Igualmente o projecto do CDS se apresenta como um projecto de ruptura com o regime democrático configurado com a Revolução de Abril.

Expressando o seu reacção e saudosismo, o projecto do CDS visa eliminar a proibição de organizações que perfilhem a ideologia fascista, limitar o direito à greve, permitir o *lock-out*, limitar os direitos dos trabalhadores, eliminar o Serviço Nacional de Saúde, a progressiva gratuidade de todos os graus de ensino e o direito à criação e fruição cultural, reescrever a constituição económica subordinando-a exclusivamente aos ditames do capital. Explicitando a sua vontade de ruptura constitucional, o projecto do CDS visa a criação de círculos uninominais na eleição para a Assembleia da República, afrontando descaradamente o limite material de revisão do sistema de representação proporcional.

4

As mais importantes propostas de revisão constitucional do PS são as próprias gravemente lesivas do regime democrático.

Numa lógica de alcançar o poder a todo o custo, o Partido Socialista não esconde que o seu objectivo principal é conseguir alterações ao sistema eleitoral, para, através de operações de engenharia eleitoral e da mutilação do sistema proporcional, poder obter Deputados que, democraticamente, se a vontade do eleitorado tivesse a devida correspondência, deveriam caber a outros partidos. Por isso o PS propõe uma grave entorse do sistema de representação proporcional. Por isso, com a introdução da moção de censura construtiva, o PS visa a protecção artificial dos Governos, particularmente dos minoritários. Por isso, com as alterações em matéria de eleição e formação da Câmara Municipal, o PS quer acabar com a eleição directa e com o pluralismo que hoje existe e que é uma garantia de transparência da actividade municipal e de maior aproximação de todos os municípios com a Câmara e os seus eleitos.

O PS sabe que, se efectivamente pretendesse que estas propostas fossem aprovadas, só o poderia fazer através de entendimentos e da conjugação de votos com o PSD, partido maioritário na Assembleia e cujos votos pesam decisivamente para a formação da maioria de 2/3, necessária para fazer qualquer revisão constitucional. O entendimento com a direita em matéria constitucional conduziria inevitavelmente, como mostra o projecto do PSD, a gravíssimas mutilações do regime democrático. Recentes declarações

do secretário-geral do PS mostram uma preocupação disponibilidade para entendimentos com o PSD. Aliás, confrontado com a possibilidade de fazer a «troca» da regionalização pelas alterações do regime eleitoral, o secretário-geral do PS não só não negou com clareza essa hipótese, como desde logo deu um passo nesse sentido, abandonando a proposta de os círculos eleitorais serem de base regional. Procurando consensos a toda a pressa, tendo em vista concluir a revisão constitucional em curto espaço de tempo para a afastar o mais possível da data das eleições (e assim poder simular se uma oposição ao PSD, acreditando que os eleitores esqueçam, entretanto, os compromissos firmados para a revisão), o PS vai ficando cada vez mais prisioneiro da vontade do PSD e mais disposto a compromissos lesivos da democracia e dos interesses do povo.

Ao decidir desempenhar o papel de impulsor da revisão constitucional, o PS incorre na grave responsabilidade de contribuir para um processo de enorme gravidade.

Por isso e mais uma vez, o PCP afirma que é uma exigência democrática que o PS tome de imediato a única decisão possível se quer pôr termo a esta situação: abandonar e adiar este processo de revisão constitucional!

5

A defesa da Constituição e do seu conteúdo de progresso é uma exigência da democracia e do progresso social, que o PCP assume sem hesitações.

O PCP apresenta o seu projecto de revisão constitucional tendo como grande prioridade a intervenção na Assembleia da República, de combate à propostas de revisão constitucional gravemente lesivas do regime democrático apresentadas pelo PSD, PS e CDS. Com esse objectivo, o PCP usará todos os meios constitucionais e regimentais ao seu alcance, especialmente aqueles meios que lhe resultam do facto de ter o seu próprio projecto de revisão constitucional.

O PCP igualmente fará uso de todos esses meios constitucionais e regimentais para impedir uma revisão feita a «mata cavalos», garantindo o necessário debate público, a audição de especialistas, a participação das diferentes organizações sociais e a imprescindível ponderação técnica e política.

O projecto que o PCP apresenta não subverte nenhum aspecto da Constituição, nos campos da democracia política, social, económica e cultural, e da defesa da soberania e independência nacional.

No quadro do combate em defesa destas características essenciais da Constituição, as propostas do PCP situam-se em três planos: a introdução de aperfeiçoamento e melhorias, que se justificam pelo seu conteúdo; a resposta a novos problemas, que hoje preocupam os trabalhadores e as populações em geral; a correcção de algumas soluções contidas na Constituição de conteúdo negativo, em resultado de alterações introduzidas em revisões anteriores.

(Nota preambular do projecto de revisão constitucional apresentado pelo PCP na Assembleia da República e dado a conhecer aos órgãos de Comunicação Social em Conferência de Imprensa realizada na passada terça-feira, dia 20.)

205 Anos da Carta dos Direitos Humanos

■ Paula Assunção

Estamos a viver o período que as Nações Unidas, em 1985, consideraram ser de aplicação de «Estratégias para o futuro – Progresso das Mulheres até ao ano 2000».

O documento-base desta decisão fora já o resultado da Década da Mulher (1975-1985) com preocupações na área da igualdade, desenvolvimento e paz.

Em Nairobi, 157 países aprovaram então por consenso esta nova meta: na 40.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Ano 2000 é referência para o Progresso das Mulheres e a Resolução 40/108 de 13 de Dezembro de 1985 é a sua expressão política e mundial.

Na história da Humanidade, da Democracia e dos Direitos Humanos, a partir da década de 70, as Conferências Mundiais

sobre a problemática das Mulheres abordam-na numa dupla perspectiva: reconhecimento da marginalização de mais de metade da população do Planeta quanto a direitos, participação, integração, valorização e visibilidade política e social – as mulheres, por outro, a necessidade de aproveitar essa mesma metade da população (de quem a sociedade, sem dar direitos, sempre recebeu respostas criativas e inovadoras) para o processo de desenvolvimento económico e social e ultrapassar a crise mundial que, numa forma generalizada, atinge todos os países.

A referência a estas etapas, que, obviamente não podem ser dissociadas da luta que as Mulheres em todo o mundo com maior ou menor organização e persistência têm, desde sempre, levado a cabo para conquistar o seu lugar na sociedade, parece ser de particular pertinência num contexto em que se aproximam novas Conferências Mundiais a nível de Estado ou, em paralelo, de ONG's, em que, sem pretendermos ser redutores, novamente os problemas da Humanidade giram à volta da situação da Mulher e sobre ela decisões se vão tomar.

Uma História a preto e branco

Todos os documentos disponíveis que abordam a situação das Mulheres no Mundo têm, nos seus preâmbulos, na filosofia subjacente, a perfeita percepção da, também perfeita, injustiça e discriminação em que mais de metade da população do Planeta vive: uma História feita a preto e branco e só com metade dos factos.

Por isso, apontar dados como:

– 300 milhões de pessoas não terem direito a água potável: 35% das raparigas não vão à escola para buscarem essa mesma água;

– 50% das mulheres dos países em desenvolvimento não sabem ler ou escrever;

– a mutilação sexual de mulheres, por razões de religião, é uma realidade no mundo islâmico;

– o «progresso das Nações», conceito da UNICEF, utiliza a taxa de mortalidade materna como indicador-chave para avaliar a situação das mulheres;

– nos países em desenvolvimento, as raparigas recebem menos comida, cuidados, cuidados de saúde e educação que os rapazes;

– a nível mundial, em cada nove homens apenas uma mulher tem assento nos respectivos parlamentos nacionais;

– tradições, legislação e práticas sociais fazem das mulheres cidadãos de segunda;

– na União Europeia, as mulheres representam mais de 51% da população: só 11,3% dos membros do parlamento dos países da UE e 19,3% dos membros do Parlamento Europeu são mulheres;

– em Portugal, 47,5% dos desempregados têm entre 25 e 49 anos; 54,1% dos desempregados são mulheres;

– a taxa de actividade feminina é de 40,9%.

– 14% das trabalhadoras mantêm contrato permanente de trabalho;

– as trabalhadoras, na generalidade do mundo, são as mais afectadas pelos baixos salários, encerramento de empresas (dita reconversão de actividade, modernização, competitividade, etc., etc.), discriminações salariais, repressão e desemprego;

– a resistência em admitir mulheres entre as elites sociais, culturais, políticas ou empresariais existe de uma forma generalizada em todo o mundo;

é a testar, de uma forma clara e incisiva, a injustiça e desigualdade em que vive mais de metade da população do planeta.

O protagonismo da mulher na vida da mais pequena comunidade é, queira-se reconhecê-lo ou não, determinante para a continuação e desenvolvimento dessa mesma organização. E embora essa constatação possa até ser expressa em leis (muitas vezes não

devidamente acabadas e articuladas, ou mesmo inoperantes), a realidade continua a ser persistentemente outra.

Porque é necessário que haja vontade política em alterar a situação. E nós, mulheres, ainda não estamos lá para influenciar um poder que é masculino; o poder, a nível mundial, é dos ricos, dos industrializados e tecnologicamente avançados (etc., etc.) e sobre nós, mulheres, e de uma forma directa, também depende o progresso das nações.

E os da Mulher?

Prestar contas

No documento (1984) da «Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres», que reafirma o interesse internacional na situação da mulher afirma-se que «verificando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma o princípio da inadmissibilidade da discriminação e declara que todos os Seres Humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que todos os indivíduos gozam de direitos e liberdades nela consagrados, sem qualquer espécie de distinção, incluindo a distinção baseada no sexo» (*) e «Preocupados porém com o facto de (...) continuar a existir uma discriminação considerável contra a mulher» (**), a ONU propõe (e foi aceite pelos Estados Parte) a adopção desta convenção/meta que em 30 artigos define orientações, preocupações, métodos e também prestação de contas.

Do seu artigo 18.º, transcrevemos: «1. Os estados signatários, comprometem-se a apresentar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para efeitos de consideração pela Comissão para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres um relatório sobre as medidas legislativas, judiciais, administrativas ou outras que tenham adoptado a fim de dar cumprimento às disposições da presente Convenção e sobre os progressos alcançados nesse domínio (...); b (...) pelo menos de quatro em quatro anos e sempre que a Comissão assim o solicite. 2. Os relatórios poderão indicar os factores e dificuldades que afectem o cumprimento das obrigações abrangidas pela presente Convenção.» (**)

Decorre este ano e terminará em Portugal o declarado Ano Internacional da Família. Que fez o Estado Português para, dando seguimento à Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação que a situação da Mulher na Família tenha melhorado?

É de repetir, porque nunca será de mais, alguns excertos do artigo de Rosa Maria Xisto: «Há cinco anos que o Estado não abre um jardim de infância. Nos que existem verificam-se num ano, 4 mil acidentes. Desde 1988 que o Ministério não aumenta a rede pública, nem controla a qualidade dos estabelecimentos privados. Calcula-se em cerca de 1000 os lugares para educadoras de infância que estão por criar na rede pública. São mais de 2000 as educadoras desempregadas. São 1000 as que estão com contrato a prazo.» (**)

Também deu um aumento de 120\$00/mês no bono de família! Depois, há mais sobre o qual prestar contas: que fez o Estado Português para alterar a situação da Mulher e o progresso da Nação?

Alguns dados mais a acrescentar a outros já referidos anteriormente: aumentou para 65 anos a idade da reforma da mulher, na revisão do Código Penal nos aspectos tocantes às mulheres, como a Lei do Aborto – Interrupção Voluntária da Gravidez – só por referendo! (mas 95% dos abortos continuam a ser clandestinos!); a educação sexual, o apoio para o planeamento continuam a ser grandemente deficientes; aumentou o desemprego e a precariedade do emprego acompanha o encerramento de empresas. O reconhecimento do estatuto de parceiro social para as Organizações Não Governamentais (de âmbito nacional), facto que muito poderia contribuir para dar maior visibilidade e poder de intervenção nas decisões sobre a situação da mulher ainda aguarda discussão. Mas muito mais haveria a dizer!

Está na altura do Governo Português de Cavaco Silva (e também os restantes!) dizerem o que fizeram para permitir **paridade, visibilidade, democracia** para as Mulheres.

Planear para quem?

No Cairo, de 5 a 13 de Setembro de 1994, a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento novamente decidiu sobre a Mulher, pela Mulher e em nome do Desenvolvimento.

Como planear? Quem irá planear? Para quem planear? Nas sociedades ricas e desenvolvidas, o controlo faz-se naturalmente. Mas 3/5 da população do planeta estão nos níveis de miséria – como planear senão a sobrevivência?

Já com muitas reprovações manifestadas, a Conferência do Cairo propõe-se estabelecer o número de habitantes do Planeta para cerca de 7,2 milhões para o ano 2050 – onde e sobre quem irá recair este determinismo? Será essa a única saída para encontrar o equilíbrio na Terra? A própria UNICEF, no Relatório sobre a Situação Mundial da Infância, mostra que «a pobreza estimula o crescimento demográfico, as camadas mais pobres da população têm mais filhos para compensar os que muito provavelmente vão

morror. (...) À falta de instrução está normalmente associado o total desconhecimento do planeamento familiar. A pobreza, o crescimento populacional e a degradação ambiental são problemas que, com as técnicas disponíveis e os meios existentes é possível satisfazer. Só com uma abordagem integrada destas questões é possível evitar graves problemas para toda a Humanidade.» (**)

Estes problemas atingem particularmente a Mulher. Mas não apenas, todos nós.

Em 1995, novo balanço sobre a situação da mulher será feito na 4.ª Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Pequim. Da aplicação das estratégias para o futuro, que deveriam ter estado em actuação ao longo desta última década, se tirarão conclusões.

Este Ano Internacional da Família e a Conferência Sobre População e Desenvolvimento são apenas pontas de um mesmo problema. E sobre essa prestação de contas regular, vale a pena perguntar desde já: para quando a aplicação efectiva da Carta dos Direitos Humanos no Mundo? Onde está a inadmissibilidade da discriminação quando a própria Conferência no Cairo irá continuar a fazê-la entre pobres e ricos, homens e mulheres? Quando a política dos governos faz tábua rasa dos compromissos que assume?

A Carta dos Direitos Humanos fez 205 anos: a Carta dos Direitos das Mulheres ainda hoje está a ser escrita e em cores diferentes em cada pedaço da Terra e, em alguns, ainda pouco se escreveu. Porque se insiste em tomar decisões pelas Mulheres e, por isso, metade do Planeta ainda está à porta da História: apliquem Srs. da ONU, também às Mulheres a Carta dos Direitos Humanos! E todas as outras convenções e decisões, não nos vamos importar: fazemo-las cumprir!

Mas, já agora, não se atrasem! Há muito que fazer!

(*) «Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres», Nações Unidas, Centro de Informação, Setembro de 1984, p. 5.

(**) *Idem*, p. 6

(**) *Idem*, p. 22

(*) «Avante!» de 14/7/94, p. 19

(*) «Informação» n.º 11, Janeiro de 1994, Unicef, Comité Português.



A Conferência do Cairo

■ Sérgio Ribeiro

1. A Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, promovida pelas Nações Unidas, e acabada de realizar no Cairo, teve grande impacto mediático. Mas corre-se o risco de que o que teria ficado retido pela opinião pública não ter sido o mais importante e significativo dessa reunião. Do que a motivou, de como decorreu e do que dela resultou.

Não que não tenha o maior interesse conhecer a posição do Vaticano (e de outros fundamentalistas) sobre a questão do controlo na natalidade, do aborto e da condição da mulher em geral. As concepções de vida e do humano confrontam-se no quotidiano mas, em reunião que tinha o tema da população e do desenvolvimento, esse confronto exacerbou-se e teve honras de quase exclusividade nos média. Num tempo que se pretende desideologizado, foi a ideologia que prevaleceu, e de tal modo e com tal intransigência que, para o exterior, para a opinião pública, o debate teria motivado informação desvirtuadora.

Assim é quando se dogmatiza, se defendem os dogmas com os olhos fechados para a humanidade e para o que ela vai sendo. Como é próprio dos fundamentalismos.

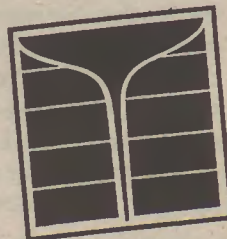
3. Antes de mais, talvez seja útil lembrar que esta Conferência do Cairo não foi a primeira promovida pelas Nações Unidas sobre estes temas e com este desenho. Houve uma em 1974, em Bucareste, e uma outra em 1984, na cidade do México.

É evidente que nos últimos anos, nestas duas décadas, muita coisa aconteceu. Para a compreensão da maior atenção mediática (e não só) que esta Conferência do Cairo, de 1994, terá mere-

Por isso mesmo, uma Conferência sobre População e Desenvolvimento, como esta do Cairo, não pode ignorar, por exemplo, o que o relatório mundial sobre o desenvolvimento humano, referente a 1992, ilustra claramente:

«Em 1960, os 20% mais ricos habitantes do planeta dispunham de um rendimento 30 vezes superior aos 20% mais pobres. Em 1990, os rendimentos dos 20% mais ricos eram 60 vezes mais

- ao serviço de quem?



cido, relativamente às anteriores, é indispensável sublinhar duas circunstâncias.

Por um lado, as conferências das Nações Unidas que se estão a realizar nestes anos 90 deixaram de ser um fórum em que se confrontavam duas qualitativamente diferentes macro-organizações sociopolíticas, uma capitalista e uma socialista, e passaram a estar mais libertas da preocupação de, em nenhum caso, poderem os países socialistas tirar vantagens de tais confrontos junto das opiniões públicas. Das opiniões públicas dos países do sistema capitalista, dos do sistema socialista, dos do chamado «Terceiro Mundo».

Por outro lado, nestes anos 90, em vez das ilusões criadas, quer nos povos da Europa central e leste, quer nos países e continentes que ficaram sem poder contar com os constrangimentos que a existência de um sistema alternativo no terreno criava ao capitalismo, instalou-se a crise económica e a degradação da situação social tem tomado dimensão assustadora. A pobreza e a exclusão social passaram, imperativamente, a fazer parte dos temas a que a comunicação social não pode ficar alheia.

4. Também não se pode deixar de considerar que a crescente importância das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONG), sendo um reflexo da evolução das situações e da procura de formas diferentes de participação por parte dos cidadãos (ou, nalguns casos, da recuperação dessa necessidade de participação...), contribuiu para que as mais recentes conferências das Nações Unidas tenham tido um impacto na comunicação social talvez maior que as suas antecedentes.

Referimo-nos não só a esta Conferência do Cairo, em que participaram cerca de duas mil ONG integradas nas delegações oficiais, embora directamente ligadas à agência das Nações Unidas para questões demográficas (FNUAD), mas também à Conferência do Rio, sobre ambiente, que, oportunamente, ocupou muito espaço na comunicação social. Além de que essa Conferência do Rio justifica que, ao comentar-se a Conferência do Cairo, se faça um confronto com o que foram os seus resultados e quais os seus eventuais desenvolvimentos.

5. Ainda será de chamar a atenção para o facto das Nações Unidas estar, desde o final da década de 80, introduzindo conceitos novos em alguns dos seus estudos. Na verdade, é muito recente a adopção - parcial, reticente, titubeante mas progressiva - do conceito de desenvolvimento humano.

O primeiro relatório mundial sobre o desenvolvimento humano (do PNUD) data de 1990 e, mesmo que outras consequências não venha a ter, já se pode creditar à adopção do conceito a denúncia do agravamento das desigualdades no mundo, fundamentada em indicadores incontrovertidos e que não se reduzem aos domínios económicos ou economicistas nem se podem acusar de tendenciosos.

elevados. E esta comparação assenta sobre a repartição dos rendimentos entre países ricos e países pobres. Se se tiver também em conta a má repartição dos rendimentos nacionais, os 20% mais ricos da população mundial têm pelo menos 150 vezes mais meios que os 20% mais pobres. Como é que tais fossos podem persistir e até continuar a aprofundar-se?»

Avançar para a resposta a esta pergunta por via dos mercados mundiais, enquanto noutras instâncias se defende o neoliberalismo mais radical e tudo se submete à libertina circulação dos capitais, é, evidentemente, propor inverter uma evolução acelerando no caminho que a provocou.

Não será isso que aqui queremos discutir, ou seja, avançar pelo comentário a estes novos caminhos dos estudos das Nações Unidas, que tentam combater os efeitos que denunciam com a preocupação de não beliscar as causas desses efeitos. Mas, sublinhando de passagem a incongruência, não podemos aceitar que uma conferência sobre população e desenvolvimento não faça da análise desta evolução o seu ponto de partida e o objecto das medidas a sair da reunião.

6. O que é preciso procurar evitar é que esta Conferência se apresente como um mero produto mediático para entreter a opinião pública com a epiderme de uma discussão ideológica (a-fazer-de-conta-que-o-não-é) sobre o homem (e a mulher!), o sexo, a família, a «saúde reprodutiva», enquanto as medidas que dela saem e o mecanismo que nela se venha a fundamentar fiquem na sombra e venham a servir para que os ditos países ricos, melhor se devendo dizer os interesses do capital transnacional, controlem mais ainda o que já está sob a sua «pata», isto é, a imigração, a mão-de-obra em excesso susceptível de sobreexploração pelo capital deslocalizado, o direito (humano!) a cada um/uma dispor do próprio corpo nos limites que a própria humanidade, como colectivo dinâmico, definir para o individual.

7. Vai haver um Programa de acção como resultado da Conferência e prevê-se a afectação de um orçamento de quase 3 mil milhões de contos até ao ano 2000. Esse programa e esse orçamento deverão ser aplicados com o sentido de se criarem mecanismos e serviços de planeamento familiar e de «saúde reprodutiva».

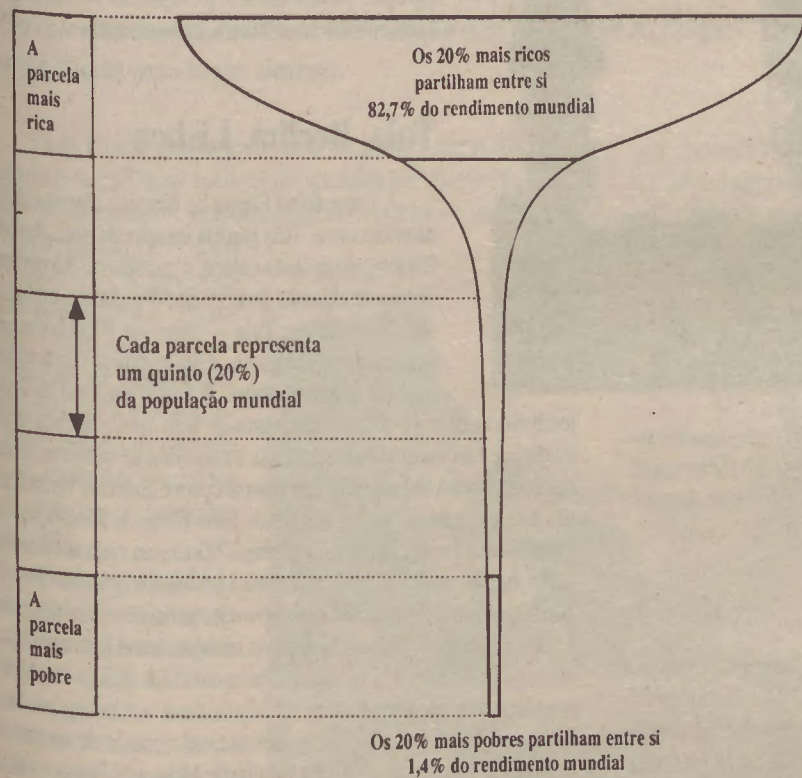
O que, no entanto, importa salientar é que, sendo os países desenvolvidos os que se dizem mais preocupados com a evolução demográfica pelos seus reflexos na imigração, cabe aos países em desenvolvimento o financiamento de dois terços desses orçamentos, com a argumentação de que serão eles os beneficiários da própria contenção demográfica.

Se a vigilância não for muito grande, se não se conseguir travar a besta capitalista (não se trata do capitalismo selvagem?) podemos estar nas vésperas da criação de mais uma monstruosa hipocrisia que seria a dos explorados financiarem o controlo da sua própria evolução demográfica de acordo com interesses de quem os explora.

8. Não percamos de vista, no entanto, que a questão do crescimento demográfico é um problema real. E que ele tem a ver com desenvolvimento. Ou não fosse - ou não devesse ser - o homem (e a mulher) o fim e o meio do desenvolvimento. Mas não se trata de uma questão técnica, ou neutra. O desenvolvimento (humano) é o resultado do domínio sobre a natureza, mas é também, e sobretudo, o resultado da forma como o homem/a mulher se organizam colectivamente para beneficiar desse domínio, mas é ainda, e também sobretudo, o domínio da mulher/do homem sobre si próprios enquanto parte da natureza em que se integram.

População mundial
(por ordem
decrecente
do rendimento)

Repartição dos rendimentos



O gráfico ilustra a repartição dos rendimentos no Mundo. Os 20% mais ricos partilham entre si 82,7% do rendimento mundial, enquanto os 20% mais pobres recebem apenas 1,4%. Se se dividir a população do globo em parcelas de 20%, os rendimentos repartem-se como segue, por ordem decrescente:

População mundial	Parte do rendimento mundial
1.ª parcela	82,7%
2.ª parcela	11,7%
3.ª parcela	2,3%
4.ª parcela	1,9%
5.ª parcela	1,4%

2. No entanto, a realidade impõe-se com tanta força que a conferência foi por ela imposta. Diz-nos a realidade que se tem de discutir o que está a acontecer no que respeita à evolução demográfica e ao desenvolvimento. E essa discussão não pode, no mundo que vivemos e pela sua pertinência, ficar dentro de paredes.

A discussão sobre a população e o desenvolvimento tem de vir para a opinião pública. Não se pode confinar a técnicos e fechar-se em compromissos. Não pode deixar de ser mediatizada. Pelo que se crispam as posições, se revelam as intransigências dogmáticas e se desvirtua o debate.

Procuremos, modestamente, compensar essa desvirtuação. Procurando não cair no erro simétrico de simplificar o que, por ser uma imposição e um reflexo da realidade, é muito complexo.

■ Manoel
de Lencastre

«A pátria soviética exige o sacrifício supremo!»

A Frente de Bryansk, submetida aos impetuosos ataques dos «panzers» em corrida treloucada e assassina, cedeu, e grande parte dos seus efectivos recuava para posições que se confundiam com as que ocupavam os exércitos das Frentes Ocidental e de Reserva. Generalizava-se a confusão. O controlo das tropas tornava-se difícil.

Viviam-se dias fatais e, a 6 de Outubro, a situação parecia insustentável. As principais linhas de defesa continuavam a abrir brechas face ao choque terrível produzido pela furiosa ofensiva das hordas nazis. Em todo o sector de Moscovo, importantes formações pertencentes às Frentes comandadas por Jukov e Konev achavam-se cercadas. Em Vyazma, produzira-se um desastre. E os «panzers» voltavam a acelerar para Tula, a 175 quilómetros, apenas, da capital soviética.

Nomes estranhos vão entrar na História

Perante a extrema gravidade da situação, Jukov, às duas e meia da manhã do dia 8 de Outubro de 1941, telefona a Stalin nos seguintes termos:

«A linha defensiva em Mozaïsk corre perigo. Se tiver de ceder, é natural que comecem a aparecer forças blindadas inimigas às portas de Moscovo. É preciso mudar já para o teatro de operações sob o meu comando, todos os reforços que seja possível reunir.»

«Onde se encontram os 19º e 20º exércitos? Onde pára o grupo de tropas de Boldin?», perguntou Stalin. «Onde estão os 24º e 32º exércitos da Frente de Reserva?»

«Foram todos cercados, camarada Stalin. O inimigo ultrapassou-os e aproxima-se, hora a hora, das nossas posições vitais.»

A 10, a «Stavka», em documento assinado por Stalin e por Chaptchnikov, mandava dissolver a Frente de Reserva e colocar o que restava dos seus efectivos sob a jurisdição da Frente Ocidental. O comando desta passava para Jukov. Konev assumia as funções de seu adjunto. Lutava-se em Borodino onde, em 1812, o exército russo, frente a Napoleão, se cobrira de glória, mas, agora, era aí que Bogdanov procurava sustentar, sem grande êxito, aliás, o avanço alucinante de poderosas forças mecanizadas e blindadas. O quartel-general da reconstituída Frente Ocidental foi instalado em Alabino. Konev controlava o sector de Kalinin. E Jukov, com Bulganin (do Conselho Militar da Frente), chamou a si a tarefa do reagrupamento das tropas soviéticas numa sólida linha de defesa, em vários escalões, que se desenhava por Volokolamsk-Mozaïsk-Maloïaroslavets-Kaluga. Nestes quatro sectores onde tantos rios de sangue estavam para correr e onde, na verdade, a sorte de Moscovo e de tanto mais se decidiria, Jukov ordenou que se concentrassem as principais forças antitanque e de artilharia do Exército Vermelho. Ali, a URSS conseguiria conter e destruir os gigantescos esquadrões piratas que se aproximavam para alterar o curso da História, ou pereceria e o mundo mergulharia na noite de um milénio de escravidão. Volokolamsk, Maloïaroslavets são nomes estranhos para um ocidental, mas vão entrar na História.

A defesa de cada um dos referidos sectores foi confiada a Rokossovski (16º exército, mais unidades do 20º saídas do cerco de Vyazma) em Volokolamsk; Leliuchenko, que seria substituído por Govorov devido a ferimentos sofridos em combate (5º exército) em Mozaïsk; Tefremov (33º exército) em Naro-Fominsk; Golukov (43º exército) em Maloïaroslavets; Zakarin (49º exército) em Kaluga. Mas, a 14 de Outubro, os nazis capturaram Kalinin. A resistência das forças soviéticas nessa zona, contudo, conseguiu obstar a que o inimigo progredisse na direcção de Mozaïsk, cujas defesas ainda mal se organizavam. Nesse sector, constituía-se, agora, uma nova Frente, a de Kalinin, cujo comando foi entregue a Ivan Konev.

O perigo da aproximação do inimigo estava iminente. Em todos os escalões das diversas

linhas de defesa, procedia-se à febril construção de sistemas anti-tanque. Chamavam-se reforços de e para todos os sectores. Tentava-se, desesperadamente, conseguir que as divisões bloqueadas a ocidente e a noroeste de Vyazma rompessem o cerco que as fecha-

limitrofes. Lutava-se contra o pânico. O Comité Central do Partido Comunista emitia apelos constantes a todos os moscovitas, a todos os soviéticos, para que se preparassem e não deixassem entrar na cidade os invasores assassinos.

Em resposta a esses apelos, centenas de milhares de cidadãos lançavam-se ao trabalho, noite e dia, construindo linhas fortificadas e obstáculos de todos os géneros que impossibilitassem a entrada dos «panzers» em Moscovo. Garagens, estações de autocarros, trabalhavam na reparação de tanques e outros veículos militares. Na «Fábrica de Motores de Moscovo» trabalhava-se no fabrico de metralhadoras. Na «Fábrica n.º 2 de Relógios», produziam-se detonadores para minas. No depósito de «trolleyes» faziam-se granadas de mão. Noutras fábricas que restavam, por não terem sido evacuadas, os operários manufacturavam munições. Neste ambiente de enorme vontade de resistir ao inimigo e, simultaneamente, de reconhecimento do perigo fatal que pendia sobre a URSS e o seu povo, o Conselho Militar da Frente Ocidental emitia o seguinte apelo às suas tropas:

«Camaradas! Nesta hora grave de perigo mortal para o nosso país, a vida de cada soldado pertence à Pátria soviética. Ela exige de cada um de nós o máximo esforço, toda a coragem e dedicação, total heroísmo. A Pátria exige que nos ergamos para constituirmos a inultrapassável muralha que defenderá a nossa amada cidade de Moscovo dos bandos de fascistas que vêm a caminho. Vigilância, disciplina férrea, organização, acção resoluta, vontade inquebrantável de vencer e total preparação para o sacrifício supremo — eis o que hoje, mais do que nunca, se vos pede!»

Tula, Berlim, Lisboa

A situação na Frente de Bryansk (Jeremenko) deteriorava-se. Tula parecia incapaz de defender-se. E à retaguarda desta cidade, o que ficava? Moscovo. Tropas de algumas divisões do 50º exército, em fuga, abrigaram-se em Tula — cerca de 1000 homens, extremamente fatigados, e um regimento de artilharia com quatro canhões. E Guderian, com os seus

temíveis carros de combate, aproximava-se. Mas o povo de Tula, possuído por não sabemos que estranha tranquilidade, ocupava-se na tarefa do fabrico de calçado e fardamentos para o Exército Vermelho. Era este povo irreal, eram estes filhos, estas filhas da Revolução de Outubro, que fariam frente aos «panzers»? Guderian viaja nas asas do vento. Berlim exulta, a Ópera está cheia e a música wagneriana envolve e impulsiona o fanatismo de um povo que se deixara empurrar para o reino da loucura. Até em Lisboa, na mais ocidental das capitais, o nome de Guderian anda de boca em boca nos cafés da Baixa. E Moscovo tem sede, sede que a terrível angústia que a dilacera, produz. Moscovo já está possuída da inquebrantável vontade de receber e entregar-se ao combate. Esta é a batalha de Moscovo! Rokossovski! Konev! Jukov! Sobre os vossos ombros de generais soviéticos e de homens comunistas e sobre os dos vossos quase dois milhões de soldados, repousa a responsabilidade de salvar a Pátria de Lenine — e o futuro do Mundo!

Em Volokolamsk, o 16º exército (Konstantin Rokossovski) cuja acção seria decisiva, organizava-se. De todos os lados surgiam unidades diversas, grupos de soldados, combatentes isolados pertencentes a regimentos que se haviam perdido e jaziam destroçados à retaguarda das linhas nazis. O general Kazakov, organizava os sistemas de defesa anti-tanque em toda a zona fortificada que se estendia através de uma distância de mais de cem quilómetros, desde o reservatório do Volga até Ruza. E assim, o 16º exército ia consolidando as suas posições no terreno. Oficiais do Estado-Maior, comissários políticos, deslocavam-se por toda a zona em missões de organização das tropas. O general Dovator apresentava-se. E o general Panfilov, comandante da 316ª divisão de infantaria, causou enorme surpresa a Rokossovski, que lhe disse:

«Esta é a primeira vez desde o princípio da guerra que vejo apresentar-se-me uma divisão de infantaria com os seus efectivos completos e tão bem equipada.»

Entretanto, a defesa das posições do 16º exército na margem oriental do rio Lama fora confiada ao regimento de cadetes da «Suprema Academia Militar Soviética».



va — o 19º exército (Lukin) agia heroicamente em missões que facilitassem a fuga dessas tropas. Mas os resultados foram escassos porque um exército cercado é como um jardim sem água.

Dias e noites difíceis

Em Moscovo, propriamente, o Partido Comunista avisava a população do grave perigo que se aproximava. O corpo diplomático, assim como diversos ramos do sistema governamental soviético tinham sido transferidos para Kuibichev. Tudo ou quase tudo o que havia em Moscovo de valor nacional (o conteúdo dos museus, por exemplo) fora, igualmente, retirado da capital. E ficou-se à espera dos dias temerosos que se aproximavam. Os ataques aéreos, entretanto, aumentavam consideravelmente. Alarques soavam na atmosfera pesada da Moscovo em guerra, toda a noite. A 20 de Outubro, a «Stavka» declarava o estado de sítio na capital e zonas

Konstantin Konstantinovitch Rokossovski nasceu em Varsóvia,

em 1896. Era filho de um mecânico de motores. Entrou para o Exército Vermelho em 1918, tendo-se confirmado um competente oficial. Mas as suas grandes qualidades revelaram-se em toda a plenitude durante a Grande Guerra Patriótica da URSS na batalha de Smolensk e como comandante do sector de Volokolamsk na batalha de Moscovo. Depois, no comando da Frente do Dão, o marechal Rokossovski recebeu, pelo Exército Vermelho, a rendição do marechal de campo von Paulus, em Stalinegrado, e, mais tarde, como comandante das 1ª e 2ª Frentes bielorrussas, foi um dos autores do plano que conduziu à derrota do «Grupo de Exércitos Centro», o esteio da «Wehrmacht». Os exércitos comandados por Rokossovski derrotaram os nazis em Bobruisk, Minsk, Baranovichi, Brest e, a seguir, nos sectores de Kovel, Kholm, Lublin. Em Abril e Maio de 1945, Rokossovski, à frente da 2ª Frente bielorrussa, tomou parte na batalha de Berlim depois de haver derrotado todos os exércitos nazis da zona do Báltico.

Na grande parada da vitória que se realizou em Moscovo, na Praça Vermelha, a 24 de Junho de 1945, a saudação das tropas foi recebida pelo Marechal da União Soviética Georgi Jukov e o comando de todas as forças em parada foi exercido pelo Marechal da União Soviética, K. K. Rokossovski.

Angola

“A paz é a única forma de avançar para a resolução de qualquer problema”

— diz Sequeira e Carvalho ao “Avante!”

Três milhões e meio de deslocados (quase 50% da população), em grande medida crianças, uma situação económica insustentável - “até o óleo de palma temos de importar” -, uma necessidade urgente de paz, “única forma de avançar para a resolução de qualquer problema”. Este um esboço do dramático quadro da guerra em Angola. Dados concretos de uma conversa - ainda no contexto da Festa do “Avante!” - com Mário António de Sequeira e Carvalho, Director do departamento de Informação do CC do MPLA, de que aqui damos uma breve síntese.

Esta guerra que hoje devasta Angola, e mata, de forma directa ou indirecta, mais de mil pessoas por dia, teve um início bem definido e responsabilidades claras na sua origem. Uma história - que Sequeira e Carvalho relembrou para o “Avante!” - com início na própria data da independência, em 1975, e uma retomada quando da rejeição pela Unita dos resultados das eleições de Setembro de 1992.

A partir de 1985, com as reformas económicas e políticas iniciadas pelo MPLA, “iniciou-se uma nova fase na vida política, económica e social dos angolanos”. Um processo de mudanças “acelerado em consequência das grandes transformações operadas no mundo e, particularmente, com o processo negociado que culminou com os Acordos de Paz para Angola, em 31 de Maio de 1991”, diz Sequeira e Carvalho.

Estes acordos previam, nomeadamente, a realização de eleições gerais para a formação dos principais órgãos de soberania, nomeadamente Parlamento e Presidente da República. “De notar que a revisão constitucional, operada em Março de 1991, antes dos Acordos de Paz, institucionalizou o sistema pluralista de opinião e organização política, ou seja, o multipartidarismo e as eleições para a formação de órgãos e definição do sistema político”, sublinha o dirigente angolano.

Entretanto, todo o processo de transição se processou den-

tro de prazos excessivamente curtos, “que não permitiram acautelar e salvaguardar uma série de situações, consideradas na altura delicadas e, hoje, consideradas perigosas”. São múltiplos os exemplos de tais situações, a começar pelas dificuldades insuperáveis na implementação da extensão da actividade dos órgãos do Estado a todo o território nacional.

Simultaneamente a Unita “manteve um exército completo”, muito embora publicamente apresentasse “dados bastante positivos sobre o acantonamento e desmobilização das suas forças militares”.

Para além de não permitir “a realização de acções políticas de outros partidos políticos,

e procedimentos que culminaram com a escalada militar sem precedentes, a partir de 7 de Outubro de 1992, com a ocupação simultânea de mais de 5 sedes municipais”, relata Sequeira e Carvalho

A opção militarista da Unita afirmava-se, pondo em causa a frágil paz entretanto alcançada. A guerra reentra, com toda a sua violência, no quotidiano dos angolanos, inviabilizando, simultaneamente, a implementação de quaisquer programas de desenvolvimento.

O quadro actual da vida do país é profundamente dramático, e tudo indica que “a leitura que a Unita faz da situação do país é que a situação económica se agravou consideravelmente e que o descontentamento dos trabalhadores e das populações provocará uma revolta que ajudará a derrubar o governo eleito”. Nesse sentido - diz Sequeira e Carvalho - vai uma prática política de “terra queimada”, com “destruição total das zonas onde se instalaram”, das infraestruturas básicas, “até mesmo aquelas que durante a guerra anterior haviam ficado intactas e as que com a paz relativa pós-Bicesse, puderam ser recuperadas ou reconstruídas”. Em síntese, a aposta no criar de uma “situação ingovernável”.

Neste momento a produção está praticamente paralisada. A circulação normal de pessoas e bens é impossível. A própria solidariedade, nomeadamente a distribuição de alimentos, enfrenta grandes problemas, devido às acções militares, em particular nas zonas dominadas pela Unita. A inflação é galopante. Importa-se de tudo. Mesmo a base

alimentar tradicional, de milho e mandioca, não existe, tanto mais que o trabalho agrícola está inviabilizado, os campos completamente minados. Sobrevive-se ainda, considera o dirigente angolano, “pela capacidade de adaptação que o homem tem”.

A solidariedade surge aqui como “importante divisa do momento actual, é uma palavra que, em Angola, apresenta um conteúdo prático de extrema importância. De facto, o povo angolano tem sentido a expressão concreta da solidariedade, que nos vem dos mais diferentes horizontes da comunidade internacional”. Mas, afirma, “precisamos de muito mais!”

Perspectivas? Hoje “o governo angolano controla já mais de 70% do território angolano e a grande maioria da população e leva a cabo enormes esforços para materializar os seus programas de recuperação económica”. Uma base para a reconstrução, que passa necessariamente pela - difícil - conquista da paz.

Nesse sentido têm-se sucedido as conversações de Namibe, Adis Abeba e Abidjan. Todas “abortadas pela Unita, que mantém inalterada a sua intenção de tomar o poder político pela via militar”, considera.

Concretamente, “durante estes encontros, todas as questões relacionadas com a retirada das suas forças militares das localidades, ilegalmente ocupadas, a sua desmilitarização e, consequentemente, a sua transformação em partido desmilitarizado, foram sistematicamente rejeitadas”. Uma posição a que o governo angolano tem vindo a contrapor, numa perspectiva de reconciliação nacional,

propostas para “a participação da Unita nos órgãos de administração aos diferentes níveis”.

Neste momento, conclui, a paz continua protelada - “há mais de nove meses que decorrem em Lusaka conversações de paz entre o Governo e a Unita, e elas não terminaram porque ela continua a recorrer a expedientes e manobras para adiar o advento da paz e da reconciliação nacional e a reorganizar-se para tomar o poder pela força”. ■



em áreas consideradas seus verdadeiros feudos”. E assim “apenas nas áreas sob o domínio e controle do governo se poderia de facto exercer e manifestar a liberdade de opiniões e de organização política que a democracia nascente vinha permitindo”, conclui o dirigente do MPLA.

Com a divulgação dos resultados eleitorais e seu reconhecimento pelas Nações Unidas - em que se define uma clara vitória do MPLA - a Unita desencadeou “uma série de acções

PONTOS CARDEAIS

Garantias

A excitação de que foram tomados alguns órgãos de comunicação social a propósito dos acontecimentos relacionados com a Ponte 25 de Abril levou alguns deles a descambarem na especulação «guerrilheira», tema tão caro ao Governo que pretende agitar os fantasmas de antanho e acusar os «inimigos» públicos, isto é, os comunistas, como quem diz, todos os que protestam e se rebelam contra as ilegalidades cavaquistas — que é como quem diz, mesmo aqueles que mostraram o cartão amarelo e disseram que votaram no PSD. Mas, lançada a busca do anticomunismo e agitado

o papão «guerrilheiro», foi irresistível para alguns jornais, rádios, TVs e jornalistas. Entre eles houve os que se especializaram em previsões, seguindo na pegada de político-comentadores. Vai haver bloqueio, não vai haver bloqueio; vai haver crise no Governo, não vai haver crise nenhuma; o Governo cai, o Governo está de pedra e cal. Tudo, boa parte das vezes, com garantias de «fontes seguras», com cheirinhos de SIS pelo meio.

A semana que corre, então, foi um ver se te avias, a começar no fim da semana passada, com o Governo a reunir as máximas instâncias de segurança. No domingo, porém, desmentindo todos os outros, o «Correio da

Manhã» afiançava: «Ordem Pública será garantida». E produzia uma inacreditável peça urdindo «cercos à capital» com «militares no activo e na reserva» e «sublevações populares», bem ao gosto da histeria cavaquista. Garantida a ordem pelo «CM», não houve nada disso...

Certezas

Mas não é apenas no domínio «insurreccional» que o «CM» dá garantias aos seus leitores. Na sexta-feira anterior, saindo com a manchete a dizer «60% tem dores de

cabeça», dados sobre os «portugueses», obtidos num curso de Verão realizado em Espinho, o matutino garantia mais e afirmava em caixa, na primeira página, que «estava certo — afinal gasolina baixa 2\$00». A prosa, nas páginas interiores, que aproveita revelações de Mira Amaral, é um mimo de autocomplacência. É que o «CM» já garantira o mesmo há semanas, e depois a gasolina subiu um escudo. O facto de agora baixar não dá razão nenhuma ao jornal. Aliás, o próprio Amaral apenas afirma que «os preços são livres». O que o «CM» pode garantir é que a

gasolina vai ser um sobe-e-desce. Com certeza mais sobe que desce.

O chavascal da concordância

Na nova programação da SIC surgiu uma rubrica onde têm assento permanente três comentadores políticos: Pacheco Pereira (PSD), José Magalhães (PS) e Nogueira de Brito (CDS). É claro que o País ficou surpreendíssimo com a escolha: toda a gente esperava que a televisão do Balsemão convidasse o Nogueira Pereira, o Pacheco Magalhães ou o José de Brito, mas não. A SIC, quando aposta na novidade, é em força. Bem haja e que nunca lhe doa a inspiração.

Logo na primeira emissão se viu que tínhamos ali novidade: fazendo todos imenso barulho, cruzando, com igual perícia, concordâncias e discordâncias, desmentindo-se uns aos outros com uma ternura vertiginosa, aqui rindo, ali tonitroando, agora galhofando, depois dramatizando, os três conseguiram vários prodígios numa emissão só.

Um, foi o de não se perceber onde, afinal, estava a suposta divergência de opiniões entre eles, o que é obra, considerando o chavascal produzido. Outro, foi o de não se perceber onde, afinal, estava a suposta divergência de opiniões entre eles, o que é obra, considerando o chavascal produzido.

Outro, foi o de se produzir um debate que não o era, porque assentava em confrontos que fingiam sê-lo. Outro, ainda, foi o de se chegar ao fim ignorando-se, não apenas o que foi discutido (o que seria o menos), mas por que estiveram aquelas almas a opor-se no meio de tanta concordância.

Podem, como dizem os jornais, estar a ganhar mil contos/mês cada um. Fazem pela vidinha, pronto.

Mas, por favor, não nos façam é perder tempo!

FRASES da SEMANA

«Estamos perante um caso flagrante de "All you need is business". Facturam-lhe grandes audiências. Ora faça o leitor um inquérito no seu círculo e verá que ninguém gosta daquilo. Tal qual como nas eleições. Ninguém votou no Prof. Cavaco Silva...»

☛ (Mário Castrim, in Canal da Crítica «Tal & Qual», 16/9/94)

«O PS defende a portagem na Ponte 25 de Abril, mas prevê regimes de isenção de pagamento. É o que se chama uma no cravo, outra na ferradura.»

☛ (Isabel Oliveira, in «O Independente», 16/9/94)

«O dr. Pacheco Pereira, que tanto lamenta a "diabolização" dos políticos, não hesita em "diabolizar" os jornalistas. É um CDS às avessas.»

☛ (Vasco Pulido Valente, in «O Independente», 16/9/94)

«A crise na Ponte está à beira de estalar politicamente. O Presidente Soares prepara uma atitude: convocar o Conselho de Estado. No PSD, teme-se que a dissolução do Parlamento se jogue na Ponte.»

☛ (In «O Independente», sexta-feira, 16/9/94)

«Ponte — bloqueio a Lisboa orquestrado para 2.ª feira»

☛ (Manchete do «Semanário», de sábado, 17/9/94)

«Ordem pública será garantida»

☛ (Manchete do «Correio da Manhã», de domingo, 18/9/94)

«Igreja "abençoa" telenovelas»

☛ (Mário Robalo, in «Expresso», 17/9/94)

«Aqueles indivíduos que andam ali a perturbar o trânsito, não indo ao seu trabalho e impedindo os outros de trabalhar, não são mesmo uns VADIOS?...»

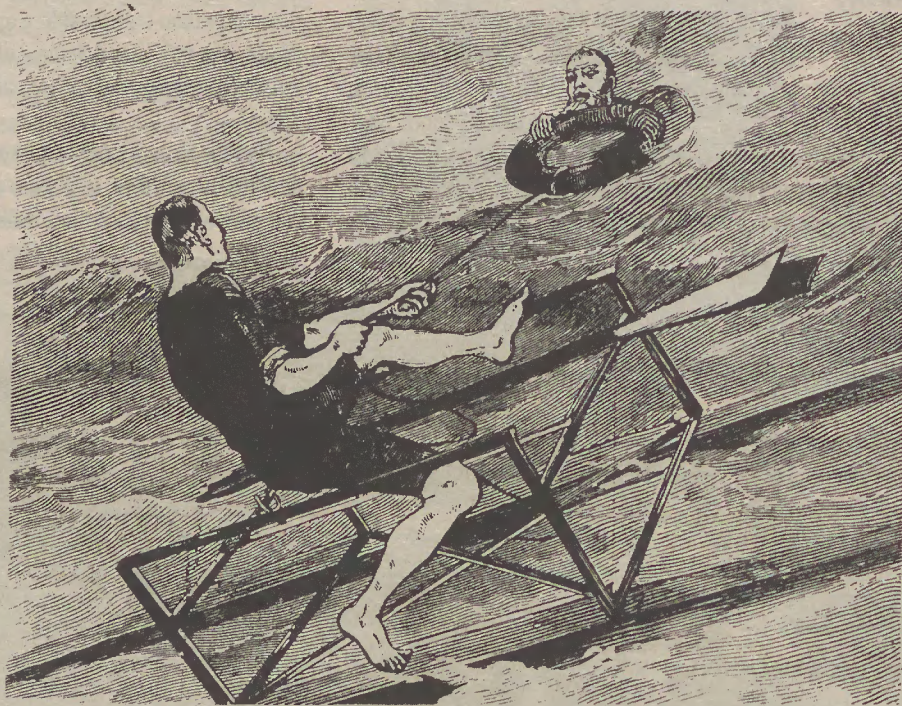
☛ (Alberto João Jardim, in «O Diabo» de 20/9/94)

PONTOS NATURAIS

Viagem dentro da gaveta

crónica

Vou doutorar-me em breve. Defenderei uma tese a que chamei «A grande importância das pequenas cousas». Recusei títulos propostos tais como «A problemática do circunstancial» ou «A perspectiva do mais próximo». A primeira era demasiado filosófica, a segunda demasiado bíblica. Sou homem simples. Deixo as complicações para os mais ignorantes. A tese não assenta em nenhuns testemunhos a não ser no meu próprio. Não há chamadas, nem citações, nem índice remissivo. Não rumino ninguém, como sucede nos (sem ofensa) estábulos eruditos. Limito-me a andar apenas sobre dois pés, que têm a vantagem de serem os meus. Deixemo-nos ora de modéstias (que em geral são moléstias...) e vamos ao que interessa. Pretendo demonstrar que o máximo significado social deve ir buscar-se à realidade da superfície, tal como a poluição melhor se denuncia pelos detritos que, vindos dos esgotos, flutuam na água cinzenta do estuário. Vejamos o caso da crise social. Da poluição. Da angústia. Do desespero que impele as pessoas para o crime, para o suicídio ou para a televisão. O sinal mais representativo pode não estar no baixo índice: já vivemos à candeia e éramos mais felizes. Pode nem estar no baixo consumo de proteínas animais, com referência ao elevado preço do bife, que os cartoonistas apresentam vendido a prestações. Nem no aluguer das casas, pois graças a Deus temos um clima



que nos permite dormir ao relento.

Onde vamos nós então com maior vantagem descobrir a prova evidente de que a nossa alma nacional se encontra em risco de naufragar? E será mesmo que esse sinal existe? Existe. Sinais existem sempre para os que têm atenção. É como nos romances policiais. Há dias, o Telejornal dava uma reportagem sobre... o roubo nos cacilheiros. Que é que as pessoas roubam? As cordas, a calamita, a máquina, os pregos, os varões, os arames? Nada disso, caros leitores. As pessoas roubam as bóias de salvação! Não há nenhuma que resista. Marcham todas.

Nem é preciso recorrer ao Freud para ver como a coisa é grave. O alarme vem dos cacilheiros. Escutemo-lo.

Do meu diário

A medo falo. A medo calo. A medo ando. Cantando a medo vou. E quando o medo a medo em mim fica ecoando morde o medo o medronho do segredo.

A medo aponta a ponta do meu dedo ponta de medo ao espaço do mar brando. Cativo o medo, e vivo e esquivo é que ando mais a medo enredando todo o enredo.

Que resposta hei-de dar quando, embuçado, diante das bancas loucas do mercado olho as frutas e sonho que as mereço?

Que resposta hei-de dar, se o medo é a paga? Sem medo o medo a minha mão esmaga e com um sorriso breve pago o preço.

Mário Castrim

DEBATE COM O PAÍS PARA UMA NOVA POLÍTICA

Quinta-feira, 29 de Setembro – 17.30 horas
Hotel Altis - Lisboa (Rua Castilho, 11)

Sessão pública de apresentação
do «*Debate com o País para uma nova política*» com intervenção
de **Carlos Carvalhas**, secretário-geral do PCP

O **Debate com o País para uma nova política** é uma iniciativa do PCP que se dirige a todos os cidadãos que estão preocupados com a situação nacional, que se interrogam sobre as soluções e os rumos a adoptar e que aspiram a uma alternativa política que represente uma mudança real em relação aos governos e à política de direita.

O **Debate com o País para uma nova política** abrange um vasto, diversificado e

descentralizado conjunto de iniciativas de diálogo e reflexão sobre os problemas nacionais e sobre a nova política necessária ao progresso de Portugal, com o objectivo de ampliar a intervenção directa dos cidadãos e dar expressão às suas opiniões e anseios, de estimular o fortalecimento da democracia participativa e de favorecer um forte movimento de opinião na luta por uma nova política, enquanto componente essencial de uma verdadeira alternativa democrática.

PLENÁRIOS E REUNIÕES

Sábado, 24

Plenário de militantes da organização de freguesia da **Verderena** (Barreiro), às 15 horas, no CT concelhio, para discutir o processo de revisão constitucional e a Conferência Nacional do Partido.

Domingo, 25

Plenário de militantes da organização de freguesia do **Seixal**, às 15 horas, no CT local, para discutir a situação social e política (revisão da Constituição, Conferência Nacional do Partido, Debates com o País) e a Festa do «Avante!».

Plenário de militantes no CT de **Tires** (São Domingos de Rana), às 15.30 horas, para discutir a situação política e as tarefas imediatas do Partido, e fazer um balanço da 18ª Festa do «Avante!». Com a participação de **Júlio Filipe**, do CC do PCP.

Quarta-feira, 28

Reunião de militantes trabalhadores das empresas **Alcatel** e **Legrand**, às 17.30 horas, no CT de Cascais, para discutir a situação social e política e a Conferência Nacional do Partido.

1 de Outubro

Plenário de militantes da organização de freguesia da **Amora** (Seixal), às 15 horas, no CT local, para discutir a situação social e política (revisão da Constituição, Conferência Nacional do Partido, Debates com o País) e a Festa do «Avante!».



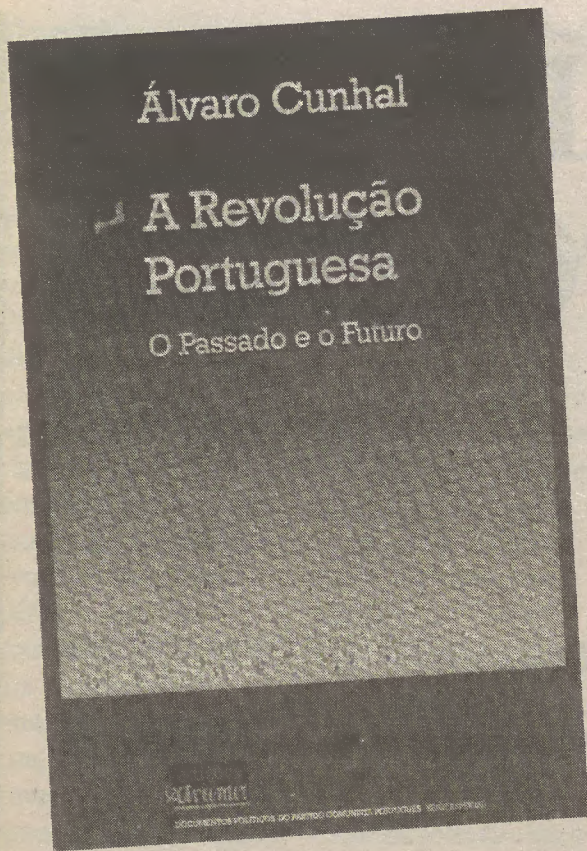
TEMPOS LIVRES

São Domingos de Rana

Estão abertas no CT local as inscrições para uma **excursão ao Alto Alentejo** (Montemor-o-Novo, Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Arraiolos), no domingo, dia **2 de Outubro**, com partida do Alto de Tires às 7 horas.

Feijó

Estão abertas no CT local as inscrições para um **passeio à serra da Lousã**, no domingo, dia **2 de Outubro**. Contactar pelo telefone 259 08 20.



Álvaro Cunhal A Revolução Portuguesa O Passado e o Futuro

Pela enormíssima quantidade de dados factuais que reúne e sistematiza, pelo rigor das análises e conclusões que faculta, *A Revolução Portuguesa*. O passado e o Futuro permanece uma obra insuperada de referência e de consulta para o estudo dos dois anos e meio da Revolução portuguesa.

Nesta reedição, publica-se também o artigo que o autor escreveu para a revista *Vértice* com o título «A Revolução de Abril 20 anos depois», o qual não só proporcionará ao leitor uma esclarecedora síntese do processo político português nas duas últimas décadas, mas também contribuirá para que reflecta criticamente sobre o que se afirmava em *A Revolução Portuguesa*, constituindo assim como que um prefácio de actualização a esta obra.

Preço: 2500\$00

Desejo receber o livro *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Edições «Avante!», SA
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B
1100 Lisboa

PALAVRAS CRUZADAS

1																
2																
3																
4																
5																
6																
7																
8																
9																
10																
11																
12																
13																

HORIZONTAIS: 1 - Odores; fragrâncias; 2 - Ave corredora australiana; víscera dupla; idolatrada; 3 - Cobre (s.q.); morção de carne de porco; deleitosa; caminhar; 4 - Cita; carvão incandescente; amarro; 5 - Columbina mais pequena que o pombo; numeral; reunião festiva nocturna; 6 - Campeão; mofar; consentimento; ponto cardeal; 7 - Lamentos; cont. prep. e art.; 8 - Local de venda de bebidas alcoólicas; sim no dialecto do Norte de França; negativa; aspecto; 9 - Espaços entre duas montanhas; rio que banha Paris; poeta; 10 - Pequena argola; seco; todavia; 11 - Sódio (s.q.); agasalho; salutes; sem roupa; 12 - Gordo; sofrimento; oceano; 13 - Limpava com água; gostosa.

VERTICAIS: 1 - Transgrediram; que se vende ou se pode vender; 2 - Competidores; poesia narrativa de lendas e tradições; 3 - Nome que os egípcios davam ao Sol; art. espanhol; ave de capoeira; quarto; 4 - Escrava egípcia de Abraão e mãe de Ismael; acusada; bolo de farinha de arroz e azeite de coco; 5 - Antiga embarcação de grande bojo; caminhava; gosto; 6 - O que faz o gato; reunião de três pessoas; rés; 7 - Prep.; Bromo (s.q.); filho de Éolo, rei de Corinto, que pela sua crueldade foi condenado a rolar uma enorme pedra ao alto de montanha; 8 - Parecenças; alegre; 9 - Amante; laço apertado; entrega; 10 - Composições poéticas; boneca de trapos; debaixo de; 11 - Proprietárias; apelido do fundador da cidade do Rio de Janeiro; suspendo o andamento; 12 - Discursiva; carta de jogar de maior valor no baralho; com eles fazem-se omeletas; 13 - Batráquio; jarro; brisa; pedra de moinho; 14 - Ordem oficial para afixar nos lugares públicos; capital europeia; 15 - Cicatrizou; tremor.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

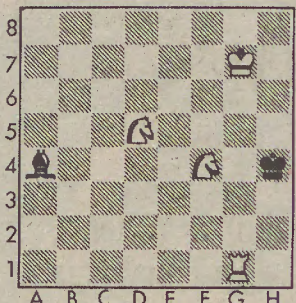
HORIZONTAIS: 1 - Párcos; casota. 2 - Valor; anota. 3 - Am; sola; loca; cá. 4 - Loaj; radiosa; mel. 5 - Alor; rasto; silo. 6 - Rasos; solar. 7 - Mal; rim. 8 - Canal; maçam. 9 - Amos; caros; soca. 10 - Ros; solário; rés. 11 - Or; suma; anis; MC. 12 - Bater; raros. 13 - Câmara; ásaros.

VERTICAIS: 1 - Malar; caros. 2 - Mola; amor. 3 - Av.; aos; nós; Ba. 4 - Rás; romãs; Sam. 5 - Olor; sal; suia. 6 - Colar; comer. 7 - Oradas; calara. 8 - Is; rã. 9 - Calote; corara. 10 - Anoso; sinas. 11 - Soca; sim; eira. 12 - Ota; somas; Sor. 13 - Tá; mil; cor; só. 14 - Cela; acém. 15 - Calor; masca.

KADREZ

CDLXXVIII - 22 DE SETEMBRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X069
Por: WILHELM K. H. MASSMANN
2.º Prémio Neue Leipz. Zeitung, 1935

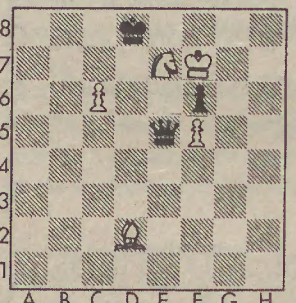
Pr.: [2] Ba4-Rh4
Br.: [4] Cs.d5, f4-Tg1-Rg7



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X070
Por: WILLIAM BONE
Domination in 2,545 Endgame Studies,
Moscovo 1974.

Pr.: [3] Pf6-D65-Rd8
Br.: [5] Ps.c6, f5-Ce7-Bd2-Rf7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXXVIII

Nº 1994X067 [L. K.]: 1.Tg2! (Ameaça: 2. Cg6+, Rh3; 3. Cf4#), Be8: 2. Ce7, Bg6; 3. C: g6#

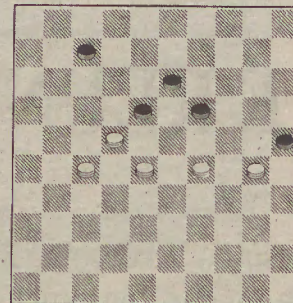
1. Bc2; 2. Ce3, Bf5; 3. Cf5#
Nº 1994X068 [J.K.]: 1. c7+, K:7; 2. Bf4, D:f4; 3. Cd5 + e.g.
1. D:c7; 2. Ba5, Dra5; 3. Cc6 + e.g.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXXVIII - 22 DE SETEMBRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D069
Por: BLONDE - Fr. 1798

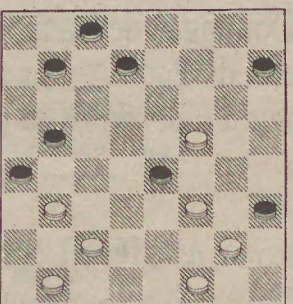
Pr.: [5] 7-13-18-19-25
Br.: [5] 22-27-28-29-30



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D070
GOLPE Nº 87
Por: AMADEU MARTINS COELHO
[EM BOLIQUEIME, ±1952, CONTRA: C.M.]
Fonte: Vamos Decifrar, nº 208/9. VIII. 1952

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 1-5, 28-23, 4. 12-15, 20-16; 5. 15-19, 32-28; 6. 10-13, 24-20; 7. 13-22, 27-18; 8. 6-10, 26-22; 9. 19-26, 29-22; 10. 8-12, 22-19; 11. 3-6, 30-27; 12. 9-13, 18-9; 13. 14-18, 21-14; 14. 11-18, 19-14; 15. 10-19, 23-14; 16. 6-10 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXXVIII

Nº 1994D068 [B.]: 1. 28-23, (19x17); 2. 27-22, (25x23); 3. 22x2-D, (13-19)*; 4. 2x24 + Se: 4. (23-28); 5. 24-38, (18-23); 6. 38-47, (28-32); 7. 47-20 a - Se: (32-37) 8. 20-14 + b - Se: (23-28); 8. 20-42 + Igual estratégia para: 4. (18-22) 5. (18-22).
O domínio branco, conforme lance Pr., far-se-á nas linhas 16>>49 ou 15>>47.
Nº 1994D069 [A.M.C.]: 16. 14-11; 17. 7-14, 16-7; 18. 4-11, 20-15; 19. 11-20, 27-23; 20. 20-27, 31-6; 21. 2-11, 9-2=D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 22

Os Orgulhosos

«Les Orgueilleux» (Fr./Méx./1953). Real.: Yves Allégret. Int.: Gérard Philipe, Michèle Morgan. P/B, 100 min. Ver *Destaque*. (14.20, SIC)

Corpo e Alma

«Body and Soul» (EUA/1947). Real.: Robert Rossen. Int.: John Garfield, Lilli Palmer, Hazel Brooks, Anne Revere. P/B, 102 min. Ver *Destaque*. (15.05, TV 2)

A Balada da Praia dos Cães

(Port./Esp./1986). Real.: José Fonseca e Costa. Int.: Raul Solnado, Assumpta Serina, Patrick Bauchau, Carmen Dolores. Cor, 86 min. Ver *Destaque*. (00.10, TV 2)

Seres do Espaço - Parte II

«Critters 2: The Main Course» (EUA/1988). Real.: Mick Garris. Int.: Terrence Mann, Don Opper, Cythia Garris. Cor, 85 min. *Horror*. (01.10, Canal 1)

SEXTA, 23

Prefiro a Secretária

«My Dear Secretary» (EUA/1948). Real.: Charles Martin. Int.: Laraine Day, Kirk Douglas, Keenan Wynn, Helen Walker. P/B, 91 min. *Comédia*. (14.20, SIC)

Os Que Sabem Morrer

«Men in War» (EUA/1956). Real.: Anthony Mann. Int.: Robert Ryan, Aldo Ray, Robert Keith, Philip Pine. P/B, 104 min. Ver *Destaque*. (15.05, TV 2)

Gremlins II, A Nova Geração

«Gremlins II: The New Batch» (EUA/1990). Real.: Joe Dante. Int.: Zach Galligan, Phoebe Cates, John Glover, Robert Prosky. Cor, 106 min. *Comédia/Horror*. (21.30, Quatro)

Um Filme Doce

«Sweet Movie» (Can./Fr./RFA/1974). Real.: Dusan Makavejev. Int.: Carole Laure, Pierre Clementi, Anna Pruenal, Sami Frey. Cor, 96 min. *Drama*. (00.00, TV 2)

Renegados Selvagens

«Renegades» (EUA/1989). Real.: Jack Sholder. Int.: Kiefer Sutherland, Lou Diamond Phillips, Clark Johnson. Cor, 100 min. *Ação*. (00.35, Canal 1)

Luna Park

«Montagnes Russes» / «Luna Park» (Rússia/1992). Real.: Pavel Lounguine. Int.: Oleg Borisov, Andrei Goutine, Natalia Egorova. Cor, 100 min. *Drama*. (00.40, SIC)

Amityville - A Vingança

«Amityville 1992: It's About Time» (EUA/1992). Real.: Tony Randel. Int.: Stephen Macht, Shawn Weatherly. Cor, 91 min. *Horror*. (02.15, Canal 1)

SÁBADO, 24

O Resgate

«Ransom» (EUA/1977). Real.: Richard Compton. Int.: Oliver Reed, Deborah Raffin, Stewart Whitman, Jim Mitchum. Cor, 90 min. *Drama*. (15.00, SIC)

Get Back, O Filme

«Get Back» (Gr.Br./1991). Real.: Richard Lester. *Documentário Musical*. (16.00, TV 2)

O Caminho das Estrelas

«Star Trek - The Motion Picture» (EUA/1979). Real.: Robert Wise. Int.: William Shatner, Leonard Nimoy, DeForest Kelley. Cor, 130 min. Ver *Destaque*. (17.35, Canal 1)

Como se Conquista um Milionário

«How to Marry a Millionaire» (EUA/1953). Real.: Jean Negulesco. Int.: Marilyn Monroe, Betty Grable, Lauren Bacall, David Wayne. Cor, 91 min. Ver *Destaque*. (23.30, Quatro)

Arma Mortífera

«Lethal Weapon» (EUA/1987). Real.: Richard Donner. Int.: Mel Gibson, Danny Glover, Gary Busey, Mitchell Tyne. Cor, 105 min. Ver *Destaque*. (00.15, Canal 1)

A Fera Humana

«La Bête Humaine» (Fr./1938). Real.: Jean Renoir. Int.: Jean Gabin, Simone Simon, Fernand Ledoux, Julien Carette. P/B, 100 min. Ver *Destaque*. (00.15, TV 2)

Ai, Carmela!

«Ay Carmela!» (Esp./1989). Real.: Carlos Saura. Int.: Carmen Maura, Gabino Diego, Andrés Pajares, Maurizio di Razza. Cor, 89 min. Ver *Destaque*. (00.50, SIC)

Lutador de Angel Town

«Angel Town» (EUA/1989). Real.: Eric Karson. Int.: Olivier Gruner, Thér-

sa Saldaña, Frank Aragon. Cor, 102 min. *Aries Marciais*. (02.20, Canal 1)

DOMINGO, 25

Os Três da Vida Airada

«Cooley High» (EUA/1975). Real.: Michael Schultz. Int.: Glynn Turman, Lawrence Hilton-Jacobs, Garrett Morris, Cynthia Davis. Cor, 103 min. *Comédia Dramática*. (14.30, SIC)

Perigosamente Juntos

«Legal Eagles» (EUA/1986). Real.: Ivan Reitman. Int.: Robert Redford, Debra Winger, Darryl Hannah, Brian Dennehy. Cor, 96 min. *Thriller* *Cómico*. (21.30, SIC)

O Palco e a Vida

«Author! Author!» (EUA/1982). Real.: Arthur Hiller. Int.: Al Pacino, Dyan Cannon, Tuesday Weld, Alan King. Cor, 109 min. Ver *Destaque*. (22.30, Quatro)

O Comboio do Inferno

«Breakheart Pass» (EUA/1975). Real.: Tom Ories. Int.: Charles Bronson, Ben Johnson, Jill Ireland, Richard Crenna. Cor, 91 min. Ver *Destaque*. (00.05, Canal 1)

SEGUNDA, 26

Escapada Impossível

«Berlin Tunnel 21» (EUA/1981). Real.: Richard Michaels. Int.: Jose Ferrer, Horst Buchholz, Richard Thomas, Jacques Breuer. Cor, 114 min. *Telefilme*. (14.20, SIC)

O Velho e o Mar

«The Old Man and the Sea» (EUA/1990). Real.: Robert Fuzs. Int.: Anthony Quinn, Gary Cole, Patricia Clarkson. Cor, 92 min. *Telefilme*. (15.05, TV 2)

A Hora dos Heróis

«The Presidio» (EUA/1988). Real.: Peter Hyams. Int.: Sean Connery, Mark Harmon, Meg Ryan, Jack Warden. Cor, 96 min. *Thriller*. (22.20, SIC)

Cidade Dividida

«Doc - A Town Torn Apart» (EUA/1992). Real.: Daniel Petrie. Int.: Michael Tucker, Carole Galloway, Linda Griffiths. Cor, 94 min. *Telefilme*. (01.15, Canal 1)

TERÇA, 27

Choque em Cadeia na Auto-Estrada

«Smash-Up on Interstate 5» (EUA/1976). Real.: John Llewellyn Moxey. Int.: Robert Conrad, Sian Barbara Allen, Vera Milles. Cor, 100 min. *Telefilme*. (14.20, SIC)

Daniel Boone

«Daniel Boone» (EUA/1936). Real.: David Howard. Int.: George O'Brien, Heather Angel, John Carradine, Ralph Forbes. P/B, 76 min. *Aventuras*. (15.05, TV 2)

O Rei Pasmado

«El Rey Pasmado» (Esp./Fr./Port.). Real.: Imanol Uribe. Int.: Gabino Diego, Maria Barranco, Joaquim de Almeida. Cor, 110 min. *Drama*. (23.10, TV 2)

Entre Amor e Ódio

«Between Love and Hate» (EUA/1993). Real.: Rod Hard. Int.: Susan Lucci, Patrick Van Horn, Barry Bostwick. Cor, 89 min. *Telefilme*. (00.35, Canal 1)

QUARTA, 28

Ação em Nova Iorque

«N.Y.P.D.» (EUA/1991). Real.: Mark Tinker. Int.: Dennis Franz, Dan Gauthier, Roxanne Biggs. Cor, 86 min. *Telefilme*. (14.20, SIC)

O Pequeno Lord

«Little Lord Fauntleroy» (EUA/1936). Real.: John Cromwell. Int.: C. Aubrey Smith, Freddie Bartholomew, Dolores Costello Barrymore, Mickey Rooney. P/B, 100 min. Ver *Destaque*. (15.05, TV 2)

Revolução

«Revolution» (Gr.Br./Nor./1986). Real.: Hugh Hudson. Int.: Al Pacino, Donald Sutherland, Nastassja Kinski, Joan Plowright. Cor, 125 min. *Histórico*. (21.30, Quatro)

Van Damme, Duplo Impacto

«Double Impact» (EUA/1991). Real.: Sheldon Lettich. Int.: Jean-Claude Van Damme, Geoffrey Lewis, Alan Scarfe. Cor, 105 min. *Ação*. (23.45, Canal 1)

A Madrasta

«The Stepmother» (EUA/1972). Real.: Hikmet Avedis. Int.: Alejandro Rey, John Anderson, Katherine Justice. Cor, 95 min. *Thriller*. (02.15, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 22

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.35 Rua Sésamo
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
11.55 Dora e Dário
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Prisioneira do Amor
14.30 Malha de Intrigas
15.20 Boa Tarde
16.20 Caderno Diário
16.30 Acção em Miami
17.15 Ana Raio e Zé Trovão
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.35 Fera Ferida
21.30 Os Inocentes
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.30 Lols and Clark
00.20 RTP / Finantial Times
00.30 24 Horas
01.10 Seres do Espaço
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 Corpo e Alma
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Dez Grandes Escritores
20.45 Desenhos Animados
20.50 Magazine: «Artes Visuais»
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal

Sexta, 23

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.35 Rua Sésamo
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Prisioneira de Amor
14.25 Malha de Intrigas
15.20 Boa Tarde
16.20 Caderno Diário
16.30 Acção em Miami
17.15 Ana Raio e Zé Trovão
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.35 Fera Ferida
23.45 RTP / Finantial Times
23.55 24 Horas
00.35 Renegados Selvagens
(ver «Filmes na TV»)
02.15 Amityville - A Vingança
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televidas
12.55 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 Os Que Sabem Morrer
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Grandes Comandantes
20.35 Desenhos Animados
20.40 Histórias Que o Tempo Apagou
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece

Sábado, 24

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Parlamento
13.00 Notícias
13.10 Prisioneira do Amor
13.55 Made in Portugal
14.25 Clube Disney
15.35 Luta Livre
16.15 Lucky Luke
17.00 Arca de Noé
17.35 O Caminho das Estrelas
(ver «Filmes na TV»)
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.35 Futebol - Jornada 5
22.45 Parabéns
00.15 Arma Mortífera
(ver «Filmes na TV»)
02.00 24 Horas
02.20 Lutador de Angel Town
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

11.00 Universidade Aberta
12.00 Tauromaquia
12.25 O Rosto da Europa
12.50 TV2 Desporto
14.30 Euronews
14.50 TV2 Desporto
16.15 Beyond 2.000
16.40 TV2 Desporto
17.15 Desporto e Dança
19.30 TV2 Desporto
20.30 Fórum Musical

Domingo, 25

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Top +
13.00 Notícias
13.10 Sem Limites
13.30 Grande Prémio de Portugal (Fórmula 1)
16.15 Best of Disney
17.15 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol - Jornada 5
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Casa Cheia
21.25 Eu Tenho Dois Amores
21.55 Com Peso e Medida
22.55 No Calor da Noite
23.45 24 Horas
00.05 O Combóio do Inferno
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

08.45 Caminhos
09.15 TV 2 Desporto
10.50 Missa
11.45 TV 2 Desporto
12.20 70 x 7
12.45 Novos Horizontes
13.15 A Mão de Semear
13.45 Regiões
14.45 O Homem e a Cidade
15.20 Euronews
15.45 Get Back, O Filme
(ver «Filmes na TV»)
17.15 TV2 Desporto
17.45 Maigret II
18.35 Lisboa-94

Segunda, 26

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.35 Rua Sésamo
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
16.05 Caderno Diário
16.15 Acção em Miami
17.05 Ana Raio e Zé Trovão
18.35 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.40 Nico d' Obra
22.15 Carlos Cruz - Zona +
00.30 RTP / Finantial Times
00.40 24 Horas
01.15 A Cidade Dividida
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 O Velho e o Mar
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.20 Rua Sésamo
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Dimensão X
20.35 Goto da Jornada
20.45 Desenhos Animados
20.50 Paletas
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate

Terça, 27

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.35 Rua Sésamo
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira de Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
15.50 Futebol - Mypa 47 vs Boavista
17.50 Ana Raio e Zé Trovão
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.35 A Filha da Cornélia
22.50 Prova Oral
23.50 RTP / Finantial Times
23.55 24 Horas
00.35 Entre o Amor e o Ódio
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.05 Daniel Boone
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Escola Paraíso
17.50 Super Juvenil
18.20 Rua Sésamo
18.50 Rotações
19.50 Futebol - Marítimo vs Aarau
21.50 RTP / Finantial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Magazine - «Cinema»
23.10 O Rei Pasmado
(ver «Filmes na TV»)

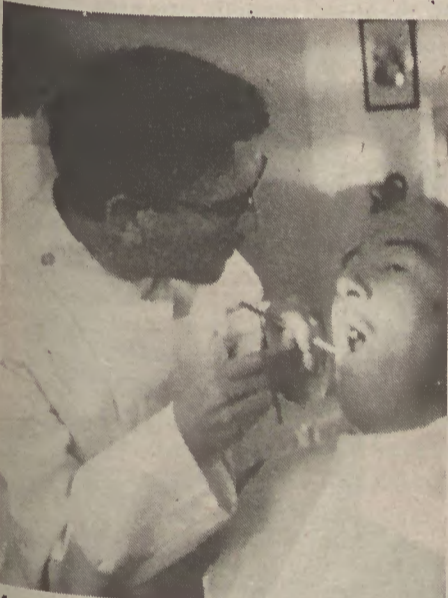
Quarta, 28

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.35 Rua Sésamo
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira de Amor
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Boa Tarde
16.00 Caderno Diário
16.10 Acção em Miami
17.00 Ana Raio e Zé Trovão
18.30 Na Paz dos Anjos
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.45 Telejornal
20.15 Futebol - Benfica vs Anderlecht
22.30 Fera Ferida
23.00 S6 Riso
23.30 Vamos Jogar no Totobola
23.45 Van Damme - Duplo Impacto
(ver «Filmes na TV»)
01.35 RTP / Finantial Times
01.40 24 Horas
02.15 A Madrastra
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Universidade Aberta
15.05 O Pequeno Lord
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.15 Rua Sésamo
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.35 A Descoberta dos Metais



A riqueza da personagem de Maigret, criada por George Simenon, torna mais apetecíveis as tardes de Domingo, na TV2

22.00 Acontece
22.10 Remate
22.40 Filhos da Madrugada
(1ª Parte)
23.30 Reportagem
00.30 Balada da Praia dos Cães
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Partita

SIC

12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Os Orgulhosos
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Minas e Armadilhas
22.45 Casos de Polícia
23.55 Último Jornal
00.10 Insónias: «Tostões e Milhões»
01.15 A Casa de Elliott

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Justiciero
13.00 Já Tocou
13.30 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Farmácia de Serviço
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flintstones
17.00 Alf
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Informação Quatro
20.05 Projecto Viper
21.00 A Menina Prodígio (Estrela)
21.30 Quem Casa Quer Casa (Concurso)
22.30 Picket Fences: Casos em Directo (Estrela)
23.30 Última Hora
23.55 Fora de Jogo
00.10 Modelo e Detective
01.10 Top 25 RFM / TVI



Carlos Cruz - o regresso ao Canal 1 de um polivalente «especialista», em mais um talkshow: Zona +

21.10 12 Minutos
21.30 TV 2 Jornal
22.00 Desenhos Animados
22.10 Quem Conta Um Conto
22.50 China Beach
23.30 TV 2 Desporto
00.00 De Lisboa com Amor...
00.15 Martin Luther

SIC

11.30 Buéréré
13.15 Portugal Radical
13.30 Gladiadores Americanos
14.20 Nunca Digas Banzal
15.00 O Resgate
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Curvas Perigosas
18.00 Os Imortais
19.00 Muíta Louco
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Partir o Coco
22.40 Alta Costura Paris: Outono / Inverno 94-95
23.30 Walker - O Ranger do Texas
00.35 Último Jornal
00.50 Al, Carmela!(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Animação
11.30 Animação
12.00 Top 25 RFM / TVI
13.00 Desporto: Contra-Ataque
14.00 Proezas de Hollywood
14.30 Magazine Automóvel
15.00 Proezas de Hollywood
15.30 Queridos Inimigos
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Informação Quatro
20.05 Éramos Seis (Estrela)
21.30 Doutores e Engenheiros (Estrela)
22.30 O Palco e a Vida
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Últimas Notícias



«Dimensão X» - uma viagem pelo «fantástico» da realidade, em uma série documental para a TV2



«Bâton no Colarinho» - a ficção televisiva britânica abordando a realidade político-social da Inglaterra dos anos 50, numa série que começa sexta-feira, na TV2

22.20 Dinheiro em Caixa
22.50 Noite de Teatro - «Os Abençoados»
00.20 Partita

SIC

12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Escapada Impossível
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.20 A Hora dos Heróis
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.35 Insónias: «Flash Back»
01.35 A Casa de Elliot

QUATRO

11.30 Quatro Ventos
12.00 O Justiciero
13.00 Já Tocou
13.30 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Farmácia de Serviço
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flintstones
17.15 Alf
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Informação Quatro
20.05 Frasier
20.30 Em Busca de...
21.30 Mano a Mano
22.30 Mas que Rita Noite
23.30 Última Hora
23.55 Fora de Jogo
00.10 Aventureiros
00.40 Top 25 RFM / TVI

01.00 Remate
01.10 Partita

SIC

12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Choque em Cadeia na Auto-Estrada
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Cenas de Um Casamento
22.40 Sangue do Meu Sangue
23.45 Último Jornal
00.00 Insónias - «A Noite da Má Língua»
01.00 A Casa de Elliot

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Justiciero
13.00 Já Tocou
13.30 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Farmácia de Serviço
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flintstones
17.00 Alf
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Informação Quatro
20.05 Lar, Louco Lar
20.30 Diagnóstico Crime
21.30 Queridos Inimigos
23.30 Última Hora
23.55 Fora de Jogo
00.10 Anúncios do Outro Mundo
00.40 Top 25 RFM / TVI

20.30 Desenhos Animados
20.40 Magazine - «Saúde»
21.10 Golo da Jornada
21.20 RTP / Finantial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Companhia de Dança do Estado da Geórgia
23.10 Remate
00.10 Guia das Mulheres para o Adultério
01.00 Partita

SIC

12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola
13.50 Praça Pública
14.20 Acção em Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.00 Notícias
17.20 Mulher Proibida
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.45 All You Need Is Love
22.45 Labirinto
23.50 Último Jornal
00.05 Insónias - «Internacional Sic»
01.05 A Casa de Elliot

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Justiciero
12.30 Já Tocou
13.05 Visto Isto
13.30 Cassandra
14.30 Um Anjo na Terra
15.30 Farmácia de Serviço
16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
16.30 Flintstones
17.00 Alf
17.30 Caprichos
18.30 Morena Clara
19.30 Informação Quatro
20.05 Doido por Ti
20.30 Ficheiros Secretos
21.30 Revolução
(ver «Filmes na TV»)
00.00 Última Hora
00.25 Fora de Jogo
00.40 Modelo e Detective
01.40 Top 25 RFM / TVI

Por isto e por aquilo...

Os Orgulhosos

(Quinta, 14.20, SIC)

Esta história dramática do encontro entre uma mulher recentemente atingida pela viuvez e um médico em continuada crise de alcoolismo, é passada no México, por entre a miséria e a morte, tudo filmado com grande crueza numa espantosa fotografia, e com duas excelentes interpretações de Michèle Morgan e Gérard Philipe.

Corpo e Alma

(Quinta, 15.05, TV 2)

Um homem frustrado por uma vida profissional inconsequente, decide ignorar os conselhos dos entes mais queridos e mais próximos e envereda pela carreira de *boxeur*, entregando-se nas mãos de um empresário sem escrúpulos que acabará por vir a matar ao saber que fora ele o culpado da morte do seu treinador. Um filme duríssimo, fortemente denunciador dos meios corruptos do *boxe* norte-americano, escrito e realizado por dois grandes homens do cinema, Abraham Polonsky e Robert Rossen, ambos perseguidos na época pela «caça às bruxas» de McCarthy.



Marilyn Monroe, Betty Grable e Lauren Bacall, as três principais intérpretes de «Como se Conquista um Milionário», de Jean Negulesco

A Balada da Praia dos Cães

(Quinta, 00.10, TV 2)

Anunciado há pouco tempo para um canal da concorrência - mas não tendo chegado a ser transmitido - este é um dos filmes de José Fonseca e Costa em que a nar-

«estranhos» de outras galáxias - mas o filme não pretende ser mais do que fiel a isso mesmo.

Como se Conquista um Milionário

(Sábado, 23.30, Quatro)

Se ainda não viu o filme, já imaginou do que serão capazes as três pequenas que entram neste filme para conquistar alguns solteiros ricos e disponíveis? E já pensou no que será uma cena em que Marilyn (que, aliás, leva à perna as restantes duas) faz de mfope? Então divirta-se um bom bocado, comova-se mesmo, às vezes, com esta comédia deliciosa realizada com intenso gozo por Jean Negulesco.

Arma Mortífera

(Sábado, 00.15, Canal 1)

Perseguido sem descanso um bando de traficantes de droga por todo o Sul da Califórnia, dois polícias bem diferentes um do outro - o branco, um jovem meio paranóico, e o negro, um bom chefe de família próximo da reforma - passam por uma série de situações de perseguição e pancadaria, até que tudo acaba num tiroteio insano e arrasador. Nada do que aqui é visto é novidade, em termos de filmes de acção, mas o requinte e virtuosismo com que tudo é feito tornou este filme um êxito perdurável que se ficou a dever, sobretudo, à eficácia narrativa do realizador Richard Donner. Vê-lo ou perdê-lo, é uma questão de gosto, perfeitamente aceitável.

A Fera Humana

(Sábado, 00.15, TV 2)

Perder esta obra de Renoir é que já seria, digamos, imperdoável. Transposta dos tempos do Segundo Império para os anos 30, esta versão do romance de Émile Zola começa de uma forma esplendorosa, numa série de sequências inesquecíveis filmadas durante o trajeto do comboio-expresso entre Le Havre e Paris, que antecedem a narração da his-

tilância e o espírito satírico que lhe é peculiar, Saura utiliza, ao mesmo tempo, a alegoria para transmitir as suas ideias e as das suas personagens ao contar-nos, em duras, deliciosas, comoventes e exaltantes imagens, a história de uma trupe de artistas de variedades que animam os dias dos combatentes republicanos contra os agressores fascistas - quando, inadvertidamente, são apanhados um dia em território inimigo e «convidados» a fazer uma representação, na condição de que as ideias dos nacionalistas não sejam beliscadas. Até que, num último momento, Carmela, uma das atrizes (brilhantemente interpretada por Carmen Maura) dá a volta ao texto e transforma a representação num violento repertório contra Franco e a ditadura. Algumas entretidas e torturadas mentes cá do burgo perguntar-se-ão, então, atónitas: Guerra Civil? Um filme sobre o fascismo? Realizado aqui ao lado? Por um cineasta espanhol? Em 1990? Parece que é parvo!

O Palco e a Vida

(Domingo, 22.30, Quatro)

Um argumento escrito com algum desequilíbrio, sobretudo ao nível de cer-



Um grande papel de Jean Gabin, em «A Fera Humana», de Jean Renoir

Carlos Saura, realizador, e Carmen Maura, atriz em destaque em «Ai, Carmela!»

ração cinematográfica é mais eficaz. Baseado no romance homónimo de José Cardoso Pires, o filme tem em Raul Solnado o intérprete principal, esforçado e talentoso, mas nem sempre adequado à personagem que o romance nos deixa imaginar.

Os Que Sabem Morrer

(Sexta, 15.05, TV 2)

Situada em pleno conflito da Coreia, o relato das agruras e sofrimentos de todo um pelotão cercado pelas tropas inimigas e procurando desesperadamente recuar para as suas próprias linhas é transformado por Anthony Mann em um dos mais sufocantes e violentos filmes de guerra de todos os tempos. Talvez por isso, não foi uma obra que se tivesse mantido muito tempo no cartaz ou que muito tenha dela feito falar após a sua estreia.

O Caminho das Estrelas

(Sábado, 17.35, Canal 1)

Partindo do êxito avassalador que constituiu a interminável série televisiva que esteve na sua origem, a versão para o cinema de *O Caminho das Estrelas* teve como realizador um cineasta à altura - Robert Wise - que soube rodear-se do necessário aparato técnico (e deu largas ao seu talento, eficaz e prático) para transformar este grande «episódio» num prolongado momento de entretenimento. Claro que o argumento tem os clichés habituais da série e já se sabe à partida que os nossos companheiros humanos (entre os quais o semi-humano *Dr. Spock*) se saem inevitavelmente bem na luta contra os



A tripulação da nave «Enterprise», no filme «O Caminho das Estrelas», de Robert Wise

tas passagens dos diálogos, não chega para estragar completamente um filme divertido e com alguns momentos irresistíveis em que nos é contada a história de um autor teatral que é abandonado pela mulher, que leva consigo os filhos (aliás, alguns deles de um seu anterior casamento...). Pacino, nesta comédia simpática, tem uma interpretação insólita e inesperada e é bem acompanhado por Tuesday Weld.

O Comboio do Inferno

(Domingo, 00.05, Canal 1)

Um agente do governo faz-se passar por um vigarista e deixa-se prender para melhor penetrar numa rede de traficantes de armas de alto coturno. Mas, na viagem de comboio, é que tudo se vai decidir... Mais do que um *western* estamos perante um *thriller* bem encenado e melhor fotografado. E a cena de pancadaria de Charles Bronson é d'homem!

O Pequeno Lord

(Quarta, 15.05, TV 2)

Adaptação ao cinema do romance clássico de Frances Hodgson Burnett, o filme conta a história de um pobre noviço que se vê, de súbito, herdeiro da fortuna e das propriedades de um avô, titular e britânico. Merecia uma melhor hora de transmissão.

Canção de Setembro

■ Correia da Fonseca

Todos os anos é assim por volta de meados de Setembro, no máximo em Outubro: a Televisão desperta da sesta em que se afundou durante o Verão, espreguiça-se, põe a secar a transpiração algo fétida motivada ou não pelos calores estivais, e entra em nossas casas a garantir que tem grandes novidades para nos trazer. Dantes, era só a RTP que o fazia, e até acontecia por vezes que dava festa, convidava alguns para sua casa ou para local a condizer com a suposta importância da comunicação, e havia copos, rissóis e outros mimos afins. Agora, a cerimónia simplificou-se e à RTP juntaram-se as duas privadas que entretanto surgiram, um pouco contrastantes entre si como é tradição em qualquer parilha de cómicos, uma delas talvez republicana e laica, a outra discretamente confessional e com algumas lufadas de beatice anichadas em horas mortas. O que todas vêm proclamar, contudo, é o mesmo: a boa nova de uma renovação, cada uma delas parecendo julgar-se fenix renascida não direi que das cinzas mas talvez, quem sabe?, talvez de alguma outra matéria menos purificada.

Este ano, é claro, foi o mesmo. Não sei se ainda há alguém que acredite, mesmo só pouquinho, neste coro de sereias menores. Suspeito, aliás, de que o coro não é entoado para o comum dos telespectadores, e menos ainda para a crítica, mas sim para os ouvidos sempre muito cobiçados dos operadores de publicidade. O que sei, isso sim, é que, apesar da ciência certa que me ensina, não apenas pela experiência mas também pela conhecida lógica das coisas, que a Televisão que nos impingem está cada vez mais na mesma e assim ficará ano após ano, a menos que sobrevenha um saneamento básico, todos os anos, por esta altura, sinto que um finíssimo fio de expectativa tonta mas obstinada me percorre alguma remota veiazita secundária. Até que percebo e me faço perceber que ninguém tem o direito de ser tão parvo, e estanco a minúscula hemorragia interna.

Rangidos

Este ano, mais que em anteriores «rentrées» (o parolismo local gosta muito deste eufemismo importado para ornamentar a impostura com um aroma de «jet set»), a Imprensa, da es- pecia-

lidade ou não, recolheu com particular solicitude a palavra dos chamados «homens fortes» (outra expressão muito em uso nesta democracia musculada) das diferentes estações de TV. Na generalidade dos casos, foram declarações irrelevantes, quando muito uma espécie de jogo de esconde-esconde com as realidades. Aqui e além, contudo, houve aspectos curiosos. Por exemplo: Condorcet Costa evitou confirmar que a TVI é um canal de inspiração cristã e preferiu responder que se trata de «uma empresa comercial com o intuito de conquistar audiências» embora sem prejuízos de uma «carta de princípios» que poderá ser ou não uma

carta de prego. Quer dizer, traduzindo julgo que adequadamente o sentido da resposta em linguagem parabíblica, que os vendilhões do templo já chegaram

até ali e lá se instalaram apenas eventualmente se cobrindo, se tanto for necessário, com o diáfano véu dos fariseus. Assim se alheará a TVI dos murmúrios que já percorrem a nave, sussurrados pelos próprios fiéis que haviam sonhado uma Televisão diferente e francamente melhor, talvez mais solidária e fraterna exactamente porque cristã, mas é claro que não vão os tempos para tais extravagâncias.

Quanto à SIC, em nome da qual falou Rangel, porta-voz para aquele departamento do candidato a candidato a Belém que, dizem, controla a estação (sem que contudo esta informação esteja plenamente confirmada), um dos temas fortes das declarações foram a investida desembestada contra a crítica, essa chata que apesar de averiguadamente não existir, o que desde há anos vem sendo repetidamente confirmado a múltiplas vozes, teima em incomodar. Diz Rangel, do alto da sabedoria longamente acumulada durante dois breves anos de Televisão, que «temos uma crítica muito débil, feita por pessoas muito impreparadas. Na maior parte dos casos, são pessoas que não têm conhecimento do meio televisivo, que não conhecem a linguagem da televisão». Di-lo, e está cheio de razão: eu, por exemplo, não sei de todo como se diz em linguagem de Televisão aquilo que constantemente penso quando encaro com certos programas da SIC. Mas Rangel até me explicou o que me falta: não «analiso a importância do produto no contexto de uma cultura audiovisual». Eu que, primário, supunha ser exactamente isso o que fazia e que, depois, me provocava vômitos. Rangel junta assim o

seu cultivado depoimento à voz mais «naïf» de Herman José, que continua visivelmente indignado porque a crítica em geral e Mário Castrim em particular não o deixam dedicar-se em paz à TV de latrina que é a sua mais recente e rendável vocação.

O activo repúdio

Vêm, pois, as estações de TV anunciarem um caudal de novos



programas e, principalmente, de novos nomes, num furor de renovação capaz de animar o mais desanimado dos telespectadores. Concretizemos: Nicolau Breyner, Carlos Cruz, Filipe La Féria, Maria Elisa Domingues, José Eduardo Moniz, Herman José, Ana Bola, Vítor de Sousa, Miguel Sousa Tavares, Margarida Marante, Manuel Luís Goucha e, florescendo entre este mar de novidades que a enumeração feita está londe de esgotar, três estreias de primeiríssima grandeza transladadas das ondas da Rádio para as da TV pela mão sábia do referido Rangel: Pacheco Pereira, José Magalhães e Nogueira de Brito, com eles obviamente se esgotando todas as tendências de opinião, interessantes, válidas e sobretudo convenientes, neste Portugal 94. Quanto às rubricas de Informação mais directa e sintética, Telejornais e afins, não há o mínimo rumor de renovação decerto porque, nesse sector, tudo atingiu desde há muito a perfeição imaginável. Assim, podemos estar certos de que o pluralismo estritamente tri-fronte de que a rubrica «Flashback» é consagrado exemplo vai manter-se sólido e definitivo, «com activo repúdio do comunismo e de todas as doutrinas subversivas», como exemplarmente rezava uma fórmula de saudosa memória agora reactivada de facto, embora não de jure, não porque muitos não aprovassem a sua reimplantação mas, mais simplesmente, porque não é precisa. Assim como, pelo menos até ver, os objectivos fundamentais dos velhos fascismo e nazismo são reintroduzidos mansamente por essa Europa fora, com dispensa de uniformes vistosos, saudações estridentes e outros folclores de bom efeito mas exageradamente indiscretos, também a exclusão dos comunistas da vida pública é feita com naturalidade e discrição. E nada é mais público, de facto, que a Televisão, esse mundo concentrado e fornecido ao domicílio fora do qual, como se sabe, milhões de pessoas julgam que nada existe.

de FOICE

Mais vale selos

A prática epistolar, de tão largas tradições em Portugal, caiu em desuso já lá vão uns anos, quando a pressa, não se sabe bem de quê e para quê, tomou conta do quotidiano nacional. As cartas, até aí sujeitas a longo historial de contingências, percalços, desvios, atrasos de toda a espécie, tinham conseguido o recorde de, com grande probabilidade, chegar ao seu destino num prazo de meia dúzia de dias, quando um intrincado complot, forjado por novas tecnologias e parte não negligenciável de preguiça, assestou o golpe de misericórdia. Soaram alarmes nos centros de decisão respectivos, convocaram-se gabinetes de crise, os especialistas congeminaram estratégias para combater o flagelo. O resultado foi uma campanha destinada a convencer os portugueses das vantagens da prática da escrita, um pouco ao estilo de "cartas de amor, quem as não tem..." que deixou grande parte da população perplexa, a começar pelos jovens e a acabar nos mais crescidos. Os primeiros a deitarem contas ao custo dos selos, aos empecilhos da ortografia, ao tempo do leva-e-traz-resposta, sem atinarem muito bem para que se haviam de dar a tanto trabalho para passar ao papel o que nem sequer já precisam de dizer, que para bom entendedor meia palavra basta; os segundos, mais sabidos, a pesar custos e riscos, que isto da palavra escrita tem que se lhe diga e ninguém sabe as voltas que o mundo dá, amanhã ainda uma carta escrita com a cabeça no ar pode trazer amargos de boca.

Nunca ninguém disse qual foi o resultado da campanha, mas foi depois disso que apareceu o correio azul, que passou a demorar o que deveria demorar uma carta normal, enquanto o correio normal voltou ao rafe-rafe do chega quando chega de todos os tempos.

É de crer, no entanto, que a campanha do "não telefone-escreva" tenha feito alguns adeptos, a julgar por sintomas que se vêm notando na sociedade portuguesa. Os governantes escrevem aos governados, os leitores escrevem aos jornais que lêem, os deputados escrevem aos eleitores, os políticos escrevem-se uns aos outros. E, caso curioso, cada vez mais uns e outros se escrevem a dizer o que uns e outros deveriam fazer para resolver este problema, aquela crise, sair deste imbróglio, resolver esta questão. A questão da Ponte tem dado matéria para basta prática epistolar. O PSD, por exemplo, escreveu a Soares chamando a atenção para certo artigo de revista e a Presidência da República escreveu ao PSD dizendo não ter percebido a missiva, pelo que é de esperar que a correspondência continue; Pacheco Pereira escreveu aos utentes da Ponte, via DN, explicando como se deveria fazer um efectivo protesto às portagens e é de crer, embora a reconhecida modéstia do deputado social-democrata não o permita comprovar, que a esta hora os correios não tenham mãos a medir com pedidos de esclarecimento e certamente muitos agradecimentos; o CDS escreveu ao Governo dando-lhe a 'chave' para pôr fim à contestação; os "guerrilheiros urbanos" da margem sul trocaram mensagens com autocolantes e aproveitaram guardanapos de papel de um qualquer café do Laranjeiro para escrever um plano de acção posteriormente endereçado à imprensa; o SIS escreveu ao Primeiro-Ministro um relatório que deixou o homem do leme à beira de um ataque de nervos; Guterres, caridoso, escreveu a Cavaco a dar-lhe a receita para que confirme a sua vocação de 'grande homem'. Com tanta carta para lá e para cá, bem que o Governo podia aproveitar: é só aumentar os selos e arranjar logo mais uma ajuda para a nova ponte.

■ AF

Encontro com o Presidente da República PCP acusa Governo de envolvimento em manobras de contra-informação

«É inadmissível e inaceitável que, num país democrático, o Governo e o primeiro-ministro, em vez de dar resposta aos problemas, estejam envolvidos em manobras de contra-informação, de intimidação e de alarmismo.» Declarações de Carlos Carvalhas a propósito da actuação governamental e do SIS no caso da Ponte 25 de Abril, feitas à comunicação social depois de uma audiência concedida terça-feira em Belém pelo Presidente da República que recebeu uma delegação do Partido, constituída, para além do Secretário-Geral do PCP, pelo líder da bancada comunista na Assembleia da República, Octávio Teixeira, e pelo membro da Comissão Política, José Casanova.

O caso da ponte foi um dos temas abordados nessa reunião, tendo Carlos Carvalhas denunciado «a teimosia e soberberia de um Governo que a falta de razão e de argumentos envolve em manobras de contra-informação com o SIS» e o facto de esta polícia estar a actuar «cada vez mais com os contornos de uma polícia privada do PSD».

Considerando que já há muito que o Governo deveria ter revogado a portaria dos aumentos das portagens, «num processo com vista à urgente eliminação das portagens», Carvalhas considerou que a situação actual «é a expressão de um grande movimento social e de um grande descontentamento» das populações.

Em resposta a uma pergunta formulada por um jornalista, o dirigente comunista lembrou que o PCP apresentou, antes do CDS, uma proposta na Conferência de Líderes para a convocação do Plenário da Assembleia da República com vista à discussão de um projecto de lei sobre as portagens que desbloqueasse a situação. «Isto é, a convocação do plenário da AR para discutir questões e propostas concretas e não debater a política-espectáculo».

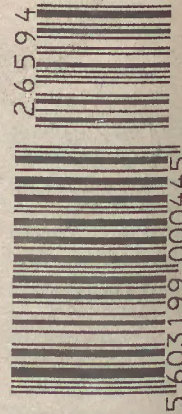
Marasmo económico

Outras duas questões foram abordadas nesta reunião com o Presidente da República: a si-

tução económica e social do país e a concertação social. Carlos Carvalhas disse que a delegação do PCP manifestou a sua «preocupação sobre a política do Governo, o marasmo da situação económica confirmada pelo Banco de Portugal» e também sobre o agravamento da situação social, citando a propósito o desemprego, salários em atraso, o êxodo do interior do país «com muitas situações dramáticas» vividas pelas popula-

ções de largas zonas do território nacional.

Em relação à concertação social, o Secretário-Geral do Partido condenou o Governo por estar a apresentar «as propostas da CIP e do grande capital», procurando «que sejam os trabalhadores a pagarem os custos da sua política».



JCP e o ano lectivo Problemas fundamentais por resolver

Uma política educativa «incoerente, desconexa e antidemocrática» foi como o Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP qualificou terça-feira a acção do Governo e do Ministério da Educação, na altura em que se inicia mais um ano lectivo.

Em nota distribuída à comunicação social, após uma reunião daquela estrutura, a JCP lembra que já em 1993/94 o Governo «deixou bem patente a sua incapacidade de resolução de problemas fundamentais, como escolas superlotadas, falta de condições pedagógicas, materiais e humanas».

«Salvar a face perante a opinião pública, por via de um pseudo-recuo político, travestido de "velório" da Reforma Edu-

A JCP desmascara aquilo que o PSD pretende apresentar à opinião pública como a «Escola de Sucesso». A verdade é que persistem a incoerência, desconexão e falta de democracia nas escolas

cativa» foi como os jovens comunistas qualificaram as iniciativas tomadas pelo Ministério durante o Verão, denunciando o facto de as únicas medidas canceladas o terem sido por meras razões orçamentais enquanto os estudantes foram ignorados no processo.

«O PSD surge com a encenação de uma "Escola de Sucesso", um drama em demasiados actos, em que o paradisíaco cenário de um Ensino Básico facilitista e permissivo é subitamente invadido pela catástrofe de um Secundário elitista e intransponível para muitos», diz a nota.

Falta de pessoal não docente, impedindo o funcionamento de refeitórios, bibliotecas, papelerias e outros serviços, chegando-se ao cúmulo de certas escolas se recusarem a abrir os portões aos estudantes por falta de condições de segurança» é um dos problemas levantados pela JCP sobre a abertura do ano lectivo.

Em relação ao acesso ao Ensino Superior, os jovens comunistas assinalam a passagem de 25 mil o ano passado, para 33 mil este ano (mais de 50 por cento dos candidatos), o número de jovens que não conseguiram a entrada na Universidade. «O Governo insiste em privilegiar o investimento no Ensino Superior Privado, em detrimento do Ensino Público, demonstrando uma nítida vocação elitista ao recusar a construção de novas e melhores instalações para o aumento de vagas no Ensino Superior Público», acusa a JCP.

Por fim, a estrutura dos jovens comunistas, lembra que Portugal é o país europeu com o menor índice de licenciados e que a falta de capacidade e vontade política do Governo em resolver o problema do *Numerus Clausus* compromete o desenvolvimento do país.



Embaixada alentejana sábado em Lisboa

Uma embaixada alentejana - constituída por milhares de pessoas - estará sábado em Lisboa, numa iniciativa do movimento «Alentejo-pela Regionalização e Desenvolvimento» que pretende chamar a atenção para a difícil situação que se vive na região, mobilizando as pessoas para a defesa do Alentejo.

O Movimento tem a égide do Conselho Regional do Alentejo e da sua Comissão Executiva fazem parte os presidentes das Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre e das Associações de Municípios de Beja, Évora, Norte Alentejano e Litoral Alentejano.

O programa da iniciativa inicia-se com uma concentração na Praça dos Restauradores de todos os que desejem participar na iniciativa (e os alentejanos residentes na Grande Lisboa estão já a mobilizar-se para

assim suceder), seguindo-se um desfile até ao Parque Eduardo VII onde se realiza uma confraternização à qual se segue uma tarde cultural com a participação de grupos corais, ranchos folclóricos e fanfarras e artistas alentejanos de popularidade nacional.

No final, haverá intervenções proferidas por representantes do Movimento. Também presentes vão estar representantes de autarquias, colectividades e instituições oficiais e particulares de todos os distritos alentejanos.

A organização convidou igualmente os partidos com eleitos na região a fazerem-se representar na iniciativa. Nesse âmbito, para além dos dirigentes regionais e autarcas do PCP que participam nesta iniciativa, o Partido enviará ao Parque Eduardo VII uma delegação que o representará.